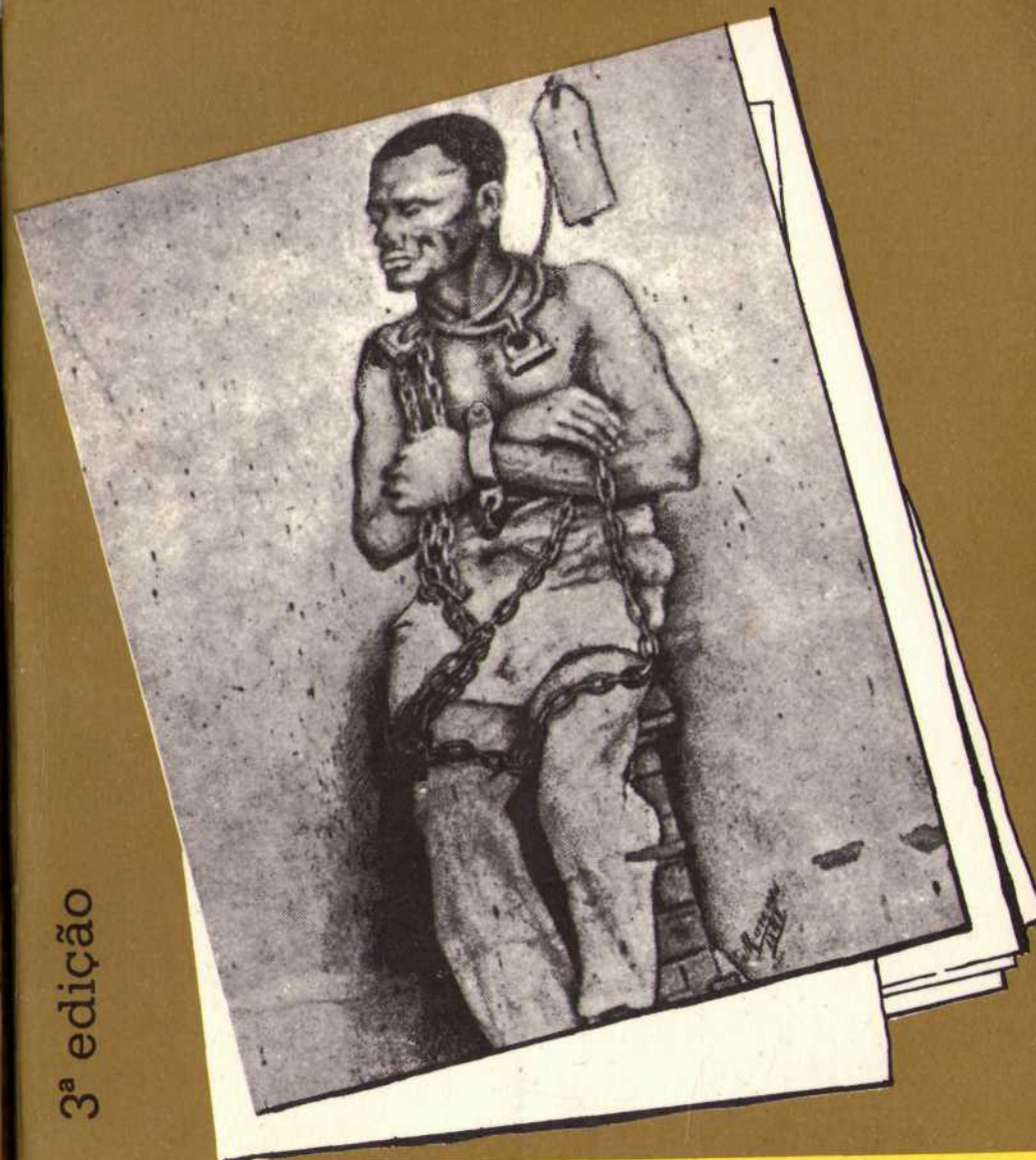


3ª edição



REBELIÕES DA SENZALA

Clovis Moura

A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL 6



A interpretação histórica do Brasil, refletindo as marcas do processo de formação da nossa sociedade — cujo traço maior tem sido a *exclusão* da massa do povo da cena sócio-política —, caracterizou-se por ser uma interpretação *branca*. A dominação de classe entrecruzou-se com dados étnico-raciais e o resultado é conhecido: o negro só saiu do porão da história quando se “branqueou” — ou seja, quando perdeu a sua identidade. Recentemente, alguns desavisados, reagindo naturalmente à historiografia oficial branca, começaram a propor uma *história negra*. Como se a pura negação equivalesse a uma superação...

Para os que recusam a mistificação oficial e se negam ao simplismo de crer que a verdade está no avesso, *Rebeliões da Senzala* é obra de consulta obrigatória. Clóvis Moura procurou — e em larga medida com um sucesso pioneiro, pois a primeira edição deste livro é de 1959 — compreender o *problema negro* na formação brasileira a partir da concreta intervenção prático-social do escravo ao longo da colônia e do império, até o compromisso abolicionista.

Armado de um conhecimento historiográfico ponderável (obtido através de investigações originais) e enquadrando os eventos pertinentes ao escravo na moldura macroscópica do sistema social emergente no Brasil, Clóvis Moura oferece ao leitor tanto uma brilhante *descrição* das condições das lutas *negras* no interior da nossa sociedade escravocrata quanto uma convincente *explicação* do seu papel nas lutas *sociais* brasileiras até finais do século XIX.

Na escala em que foi capaz de aportar elementos para esclarecer “a participação do escravo como força dinâmica, como contribuinte ativo no processo histórico” da formação da sociedade brasileira, Clóvis Moura elaborou uma obra de *leitura compulsória* para todos aqueles que, com Mário de Andrade, acreditam que a história não é exemplo — é lição.

Sallama 2007

Rose
1990

Rebeliões da Senzala

Sumário

Capa de:
Yvonne Saruê

Características gerais	21
Os escravos nos movimentos políticos	53
Quilombos e guerrilhas	85
Insurreições baianas	129
Durante o domínio holandês	163
O Quilombo dos Palmares	183
Revoltas em São Paulo	197
O Quilombo do Jabaquara	219
O escravo negro e o sertão	225
Tática de luta dos escravos	239
Conclusões	247
Bibliografia	255

© LECH LIVRARIA EDITORA CIÊNCIAS HUMANAS LTDA.
Rua 7 de Abril, 264 - Subsolo B - Sala 5 - CEP 01044 - São Paulo - SP.
Impresso no Brasil *Printed in Brazil*

Às minhas origens,

Francisco de Assis Moura
e Elvira Moura,
lembrança de filho.

À minha continuidade,

Soraya,
lembrança de pai.

“Um negro é um negro. Apenas dentro de determinadas condições ele se torna um *escravo*”.

K. Marx

“Os escravos, em geral, não sabem ler; não precisam, porém, soletrar a palavra liberdade para sentir a dureza da sua condição”.

Joaquim Nabuco

Duas Palavras Necessárias

Esta terceira edição de "Rebeliões da Senzala" sai com o mesmo texto da segunda. Depois de reflexão sobre a necessidade ou não de ampliá-lo de acordo com novas fontes que possuímos, resolvemos que o trabalho, como foi feito, não deve ser mais alterado. Isto não quer dizer que o consideremos perfeito, mas da nossa parte não desejamos mais modificá-lo.

O livro surgiu levantando a temática e a problemática dos conflitos entre senhores e escravos num momento em que os setores mais categorizados da nossa historiografia afirmavam o contrário. Surgiu solitário e pioneiro numa época em que, por exemplo o próprio Fernando Henrique Cardoso, apesar da sua contribuição à análise do sistema escravista no Brasil, afirmava que os escravos foram "testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo". Este discurso que leva a se encarar o escravo como *coisa* reflete-se, por extensão, em muitos historiadores, sociólogos, antropólogos e economistas que estudaram o nosso escravismo colonial. O escravo praticamente não existia. Era como se fosse uma abstração que funcionava de acordo com aqueles mecanismos que asseguravam a normalidade da estrutura.

Em face do aparecimento de "Rebeliões da Senzala" o assunto foi reposicionado e a discussão sobre o tema/problema adquiriu nova dimensão. Vários trabalhos e pesquisas surgiram procurando ver o negro escravo não apenas como objeto histórico mas, também, como seu agente coletivo. As discussões aumentaram em face de outro componente da realidade: a conscientização progressiva da comunidade negra, especialmente nas grandes cidades e que iniciou a questionar o problema da história oficial do Brasil especialmente no que diz respeito ao papel do negro escravo não apenas na *construção da riqueza comum*, mas como contestador da construção desse tipo de riqueza, da qual ele foi sistemática e totalmente excluído.

O mérito do nosso trabalho poderá ser centrado apenas neste aspecto: haver despertado não apenas a Inteligência, mas a comunidade negra para o debate de um assunto/problema que era considerado tabu pelos historiadores e sociólogos acadêmicos, especialmente em consequência da herança da obra de Gilberto Freyre que apontava o Brasil como o paraíso da *democracia racial*, fruto e decorrência da benignidade inicial do nosso escravismo patriarcal, e, depois, das relações inter-étnicas democráticas sur-

gidas após o 13 de maio. Esta visão deformada levava a que se repetissem chavões, muitos deles usados ainda hoje no sentido de se escamotear o conteúdo altamente violento das relações entre senhores e escravos.

Na esteira do aparecimento de "Rebeliões da Senzala" outros trabalhos surgiram objetivando desmitificar o problema. Podemos citar, neste sentido, os trabalhos de Décio Freitas, José Alípio Goulart, Ariosvaldo de Figueiredo, Suely Robles Reis de Queiroz, Martiniano J. da Silva, Luís Luna e alguns outros. Desta forma, a reposição do problema contribuiu para um novo enfoque no qual a passividade do escravo pode ser vista como um mito criado pelas classes dominantes para justificar os seus critérios de repressão. O problema continua em discussão e esta reedição vem novamente dialogar com os leitores no sentido de tentar restabelecer a verdade dos fatos.

Introdução

Finalmente, depois de alguns anos, estamos entregando ao público a segunda edição de "Rebeliões da Senzala". Aparecido em 1959, somente agora terminamos a sua revisão, que foi substancial, para reapresentá-lo. Não apenas foi revisto, mas consideravelmente enriquecido, conforme havíamos prometido.

Livro escrito na juventude, tinha uma série de deficiências, muitas das quais nos esforçamos em corrigir. O assunto, por outro lado, era difícil porque poucos foram os historiadores que procuraram estudá-lo de forma sistemática. Pelo contrário. Quando iniciamos as nossas pesquisas, em 1948 — o livro saiu bem depois, pois ficou engavetado vários anos por falta de editor — encontramos pela frente uma série de *barreiras históricas* que nos dificultavam enormemente o trabalho. Uma delas, talvez a mais arraigada e difundida mesmo entre historiadores empenhados em conhecer a nossa verdade histórica, e sociólogos era a de que os escravos negros, por uma série de razões psicológicas, não lutaram contra a escravidão. O processo de *acomodação* foi promovido, por esses estudiosos, à categoria de fator central da dinâmica social no Brasil. Ao invés de procurarem os arquivos, repetem estereótipos muito cômodos, frutos algumas vezes da nossa inércia mental e outras vezes produtos deliberados daqueles deformadores profissionais da nossa história. As fontes históricas, além do mais, não se apresentam facilmente ao pesquisador de assunto como o que abordamos, fato que explica muitos equívocos bem intencionados. É preciso que haja um como acostumar-se à penumbra que existe para podermos ver melhor. Foi o que tentamos fazer: estudar as formas extraleais de que se revestiram as contradições entre senhores e escravos. Essas contradições eram as que, na época, mais influíam na formação e caracterização da sociedade brasileira. Os universos de comportamento, quer da classe senhorial, quer dos escravos, de uma forma ou de outra, isto é, positiva ou negativamente, refletiam esta dicotomia.

E mais ainda: as reações, os mecanismos de defesa, tanto de um lado como de outro, estavam vinculados, através de diversas gradações de subordinação e ligação, à existência do trabalho escravo no Brasil. Contradição que durou até a Abolição.

O processo social que desembocou no abolicionismo não estava cortado ou extinto, no entanto, com esse acontecimento. Pelo contrário. A própria Abolição, como foi feita, significou mais um compromisso que uma solução. Os problemas não solvidos

com o 13 de Maio deixaram aderências e canalizaram forças negativas que até hoje continuam influenciando na nossa história social.

Nosso trabalho não tem em mira estudar as lutas dos escravos do ponto de vista de simpatia ou piedade para com os oprimidos, vistos através de uma ótica paternalista ou filantrópica. Procurará, pelo contrário, fazer uma análise mais profunda e, na medida do possível, científica do processo histórico que as gerou. Fugimos, portanto, das deformações românticas, procurando restaurar a verdade histórica, desfigurada por inúmeros estudiosos. Algumas vezes deliberadamente desfigurada.

O escravo, como classe social, constituía um dos pólos da contradição mais importante do Brasil durante a vigência do regime servil. Toda a nossa estrutura econômica, todos os elementos condicionantes da nossa formação tinham de inserir nos seus poros, diversos problemas que advinham disto. Senhores e escravos constituíam a dicotomia básica brasileira, como já dissemos. Outras que surgiam e que — em determinados momentos — apareciam como fundamentais à superfície, eram apenas reflexas ou se constituíam em contradições suplementares. O escravo, afirmaram inúmeros sociólogos, *contaminava* a sociedade da época. Mas, não era isto o que acontecia. O escravo era o esqueleto que sustentava os músculos e a carne da sociedade escravista, porque era o produtor da riqueza geral, através do seu trabalho. Gandavo tinha razão quando dizia que os moradores das Capitânicas “a primeira coisa que pretendem adquirir, são os escravos para nelas fazerem suas fazendas e se uma pessoa chega na terra a alcançar dois pares, ou meia dúzia deles (ainda que outra coisa não tenha de seu) logo tem remédio para poder honradamente sustentar sua família porque um lhe pesca e outro lhe caça, os outros lhe cultivam e grangeiam suas roças e desta maneira não fazem os homens nem despesa em mantimentos com seus escravos, nem com suas pessoas. Pois daqui se pode inferir quanto mais serão acrescentadas as fazendas daqueles que tiverem duzentos, trezentos escravos, como há muitos moradores na terra que não têm menos desta quantia, e daí para cima”.⁽¹⁾

Mas, as relações escravistas também produziam movimentos de reação que se vinculavam à dinâmica de uma sociedade de capilaridade social quase inexistente, como costumam ser as sociedades de castas. Os diversos escalões, os variados degraus de reação contra o *status* do escravo defluíam em uma constelação de desajustes na economia escravista. Do ponto de vista do próprio escravo essas reações iam desde os suicídios, fugas individuais ou coletivas, até à formação de quilombos, às guerrilhas, às insurreições cidadinas e a sua participação em movimentos organizados por outras classes e camadas sociais. O escravo, desta forma, solapava nas suas bases as relações escravistas, criando uma galáxia de desajustes desconhecida pelos dirigentes políticos da época. É verdade que o escravo, ao se rebelar contra a ordem que o subjuga, não possui elementos cognitivos capazes de fazê-lo um homem autoconsciente. Sua posição de membro de uma classe colocada como entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, incapaz de dominar técnicas mais avançadas do que as rudimentares do seu labor

rotineiro, jungido a um regime de trabalho que o insulava do processo dinâmico de modificações e aperfeiçoamentos técnicos, não podia ter elementos ideológicos capazes de transformá-lo na classe que, através de suas lutas, conseguiria o poder do Estado. A alienação que o envolvia deixava-o como o peru no círculo de carvão. Tal papel estava destinado a outra classe social. Isto se verificou quer na escravidão no seu sentido clássico, do mundo antigo, quer na escravidão ressuscitada pela expansão das nações mercantis, na era moderna.

Com exceção da experiência de conteúdo controverso do Haiti, nenhum movimento de escravos conseguiu estabelecer Estado próprio. O papel dessas lutas foi sempre outro: solapar as bases materiais e conseqüentemente as relações de trabalho existentes entre senhor e escravo. Diz Otávio Ianni: “Apesar de toda sua atividade ‘divergente’, manifesta em fugas, revoltas individuais ou grupais, atos ‘delinquentes’ etc., não é possível afirmar-se que ele tivesse desenvolvido uma ação social à qual se possa atribuir tal significação política. A sua atuação não era diretamente abolicionista, nem deve ser encarada interpretativamente como tal, pois os fins que a orientavam não foram caracterizados pela necessidade de destruição do regime. Ela era definida pela necessidade individual de evadir-se da situação escrava, onde a sobrevivência reduzia-se aos mínimos físicos e não pela exigência coletiva de abolir o regime. (...) Exatamente porque não foi nem podia ser formulado nem estruturado como um movimento coletivo, da casta dos escravos, o comportamento individual ‘desajustado’ do cativo não teve o caráter revolucionário que necessariamente impregnava a ação dos abolicionistas brancos, isto é, livres. Para que assumisse tal significado, seria preciso que o comportamento da coletividade cativa fosse organizado em função de uma elaboração consciente da condição escrava: seria necessário que se atribuísse à casta dos cativos a possibilidade de apreender, ainda que fragmentariamente, a situação alienada em que se encontrava.

E isto consistia na própria negação da natureza da condição escrava, que traz em si, porque é de sua essência a impossibilidade de consciencialização da total alienação da pessoa, do mancipio, do *instrumentum-vocale*. O próprio cativo, pois, estava impossibilitado de romper o círculo fechado em que se encontrava. (...) Por conseguinte, ainda que fornecendo ingredientes políticos para o movimento, apesar de que todas as formas assumidas pelas tensões sociais, expressas no comportamento de escravo, propiciaram o substrato social para a ação dos abolicionistas, é inegável que a atuação daquele não teve nem pode adquirir imediatamente caráter político. Nota-se, contudo, que não teve, mas assumiu configuração política. Por intermédio de homens livres que organizam ou lideram o abolicionismo, o comportamento do cativo acaba adquirindo uma significação política notável.”⁽²⁾

Política não no sentido da conscientização por parte do sujeito do fato histórico, neste caso o escravo, mas no sentido de ser ele o elemento material, a massa humana capaz de impulsionar, embora sem autoconsciência, o processo histórico-social no que diz respeito à sua contradição fundamental, o que foi aproveitado instintivamente,

(1) Gandavo, Pedro de Magalhães: — “História da Província de Santa Cruz” e “Tratado da Terra do Brasil”, S. Paulo, 1964, p. 34-35.

(2) Ianni, Otávio: — “As Metamorfoses do Escravo”, São Paulo, 1962, p. 243-45.

talvez, pelos abolicionistas. A documentação fática que iremos apresentar em seguida só tem sentido como elemento comprobatório de um *processus*. Fora disto, perder-nos-emos em detalhes sem visão diacrônica, ficaremos emaranhados em detalhes e questões sem maior importância. O fato é que, de qualquer maneira, os elementos de realidade de uma sociedade de castas só podem ser compreendidos se atentarmos na sua dinâmica diotônica, no seu processo bipolar de transformação. Na formação da sociedade brasileira foi o escravo o elemento que durante grande tempo conseguiu estabilizar nos tópicos uma economia latifundiária e colonial, baseada na exportação de gêneros para o mercado mundial.

Mas, ao mesmo tempo, foi o quilombola, o negro fugido nas suas variadas formas de comportamento, isto é, o escravo que se negava, que se transformou em uma das forças que dinamizaram a passagem de uma forma de trabalho para a outra, ou, em outras palavras, a passagem da escravidão para o trabalho livre. O escravo visto na perspectiva de um *devir*.

Carlos M. Roma que estudou os movimentos sociais na América Latina durante o século XIX, colocava em primeiro plano no Brasil, "as rebeliões típicas dos escravos negros".⁽³⁾

Como podemos ver, o processo contraditório da abolição do trabalho escravo no Brasil, muitas vezes estudado como sendo fruto da magnanimidade da Princesa Isabel, do Parlamento, do Exército ou de modificações racionais no pensamento das elites, tem raízes muito mais profundas. Cabe ao historiador descobri-las. Analisá-las criteriosamente, voltado apenas para a verdade histórica. Fora deste plano cairíamos na história apologética de homens ou idéias, sem maior dimensão para a ciência histórica.

Nosso trabalho procura estudar a participação do escravo como força dinâmica, como contribuinte ativo no processo histórico. A outra parte, do escravo como elemento dócil, masoquista, conservador do regime, termo passivo do processo social já foi por demais estudada. Há mesmo uma verdadeira *indústria* em tal sentido. Por tudo isto, procuramos ver o escravo, no presente livro, como negação de um sistema que, para afirmar-se em sua amplitude, tinha de estabelecer toda uma mecânica de sujeição. Neste sentido procuramos trazer elementos novos, alguns não muito novos mas desprezados, para melhor se compreender a essência do processo que teve início com o estabelecimento da escravidão e desaguou na Abolição.

Esta segunda edição sai acrescida de inúmeros capítulos especialmente no que diz respeito às lutas dos escravos em São Paulo. Destacamos, igualmente, a participação dos elementos cativos durante a ocupação holandesa. Entre a primeira edição do nosso trabalho e o aparecimento desta segunda, muitos trabalhos valiosos apareceram e foram por nós largamente aproveitados. Todos eles nos ajudaram. O plano da obra, por isto, foi ligeiramente modificado. Inserimos alguns capítulos da primeira edição no segundo volume a fim de dar-lhe maior unidade. O método interpretativo, porém, continua o mesmo, como os leitores poderão ver no decorrer da sua leitura.

(3) Roma, Carlos M. - "Os Movimentos Sociais na América Latina durante o Século XIX" - In "Revista de História", Ano VIII, nº 30, abril de 1948, p. 87 ss.

Levamos em consideração, também, para melhor compreensão do assunto, a influência das organizações tribais africanas e o processo de destribalização que ocorreu no Brasil.

Quando os africanos vinham, na qualidade de cativos, conservavam, ainda, a sua hierarquia, os diversos elementos de sua organização e os padrões de valores correspondentes. Tanto assim, que muitos dos que tinham títulos de mando conservavam aqui esses atributos. De um lado, a destribalização violentava o mundo mental do africano, abrindo a perspectiva de analisar a sua situação, não do ponto de vista das estruturas tradicionais africanas nas quais ele se inseria, mas inserido já no conjunto de uma sociedade estratificada que o colocava coercitivamente com um *status* definido e inferior.

O seu universo psíquico e o seu comportamento social tinham de sofrer, portanto, com tal fato. Já não eram mais homens que procuravam a sua *evolução* dentro de compartimentos de normas estabelecidas pelas tribos respectivas. O seu comportamento tradicional era substituído por outro.

O fato foi visto pelas autoridades ao tempo. O Conde dos Arcos, por exemplo, ao defender os batuques dos negros, pondera que esses batuques serviam para que os escravos conservassem as diferenças que os desuniam, pois seria perigoso que eles se esquecessem delas "ante a desgraça comum".⁽⁴⁾ O Marquês de Aguiar é da mesma opinião do Conde.⁽⁵⁾ Tal fato foi visto igualmente pelos estudiosos modernos que abordavam os diversos caminhos da formação das nações africanas no seu processo de independência. Stonequist mostrou como uma das preocupações das autoridades

(4) Compreendendo muito bem o fenômeno, o Conde dos Arcos escrevia: "batuques olhados pelo Governo são uma coisa e olhados pelos Particulares da Bahia são outra. Estes olham para os batuques como para um Acto offensivo dos Direitos dominicaes huns porque querem empregar seus Escravos em serviço útil no Domingo também, e outros porque os querem ter naqueles dias ociosos à sua porta, para assim fazer parada de sua riqueza.

O Governo, porém olha para os batuques como para um ato que obriga os Negros, insensível e machinalmente de oito em oito dias, a renovar as ideias de aversão recíproca que lhes eram naturaes desde que nasceram, e que todavia se vão apagando pouco a pouco com a desgraça commum; ideias que podem considerar-se como o Garante mais poderoso da segurança das Grandes cidades do Brasil, pois que se uma vez diferentes Nações da África se esqueceram totalmente da raiva com que a natureza as desuniu, e então os de Agomés vierem a ser irmãos com os Nagós, os Gêges, com os Aussás, os Tapas com os Sentys, e assim os demais; grandíssimo e inevitável perigo desde então assombrará e desolará o Brasil. E quem haverá que duvide que a desgraça tem o poder de fraternizar os desgraçados?". (Citado por Nina Rodrigues: "Os Africanos no Brasil", S. Paulo, 1945, p. 253/4).

(5) MS da Biblioteca Nacional, II - 33,2429. - A mesma política verificou-se em outras partes do Brasil. Quando uma autoridade excessivamente zelosa proibia tais batuques era sempre chamada à realidade pelos superiores como aconteceu com o Governador de Santos que os proibira, em 1818. O Governador Interino da Capitania de São Paulo inteirava de que "não hé dezacertado o permittir-se aos miseraveis pretos o seu divertimento nos suburbios dessa Villa, naquelles dias próprios para isso suavizando assim o captivo fazendo-os observar pelas rondas necessárias para que não hajão desordens, e hé isto mesmo o que se pratica nesta Cidade" (Offício do Governador Interino da Capitania de São Paulo D. Mateus de Abreu Pereira ao Governador de Santos", in Documentos Interessantes para a História dos Costumes de São Paulo, vol. 88, 1963, p. 18).

coloniais era manter essas organizações tribais, pois a destribalização corresponde sempre a normas de conduta não controladas.

Diz o conhecido sociólogo: "a destribalização rompe as idéias tradicionais e introduz algumas do Ocidente; a exploração aguça o desassossego resultante que se torna descontentamento; a educação missionária provê líderes e inconscientemente fornece muito da ideologia e padrões de expressão porque as revoltas africanas são muitas vezes um misto de fanatismo religioso e sentimento antieuropeu (...). Surgem profetas e operadores de milagres que atiram os nativos em novos movimentos e organizações hostis à hegemonia européia. Em consequência, os governos coloniais têm procurado mais e mais evitar a desorganização tribal e controlar os esforços missionários".⁽⁶⁾

No Brasil embora o fenômeno se tenha verificado, conforme já acentuamos, e merece ser levado em consideração na análise que empreendemos, devemos, contudo, acentuar certas ponderações suplementares a fim de destacarmos alguns dados específicos. O processo de destribalização ao sofrer o impacto do sistema escravocrata não foi uniforme. Podemos dizer que para os componentes de certas tribos a destribalização serviu para uni-los "ante a desgraça comum". Elementos de outras tribos, porém, conservaram os seus traços tribais deixando-se destribalizar em bem menor escala e, ao mesmo tempo, usaram esses vínculos tribais como ideologia organizadora de levantes, como é o caso dos aussás cujas revoltas, por isto mesmo, são estudadas, enganosamente, por alguns historiadores, como *revoltas religiosas*. O processo de destribalização não foi uniforme e os seus efeitos variaram muito.⁽⁷⁾ A hierarquia tribal funcionou em certas revoltas de escravos no Brasil numa constelação nova. Mas o caso que estamos citando — o dos aussás — não invalida o fato de que, no fundamental, a destribalização era perigosa para as autoridades. Procuravam, por isto, como vimos nos exemplos do Conde dos Arcos e do Marquês de Aguiar, estimular fricções intertribais para que não fosse criada uma consciência da nova situação em que estavam engastados; pelo contrário: procuravam manter as formas tribais de comportamento.

As reminiscências dos traços tribais em alguns casos conservavam e serviam para que os escravos se organizassem visando a minorar sua situação. Podemos citar, no particular, a hierarquia conservada nos "cantos", nos batuques, nas festas religiosas, nas irmandades e confrarias, nos próprios quilombos.

Eram filamentos que se interpunham entre a organização tribal e a situação de escravos na sociedade brasileira. Houve inclusive uma organização como o Ogboni que sobreviveu no Brasil e influenciou em lutas que os escravos travaram contra o instituto que os oprimia.

Até hoje podemos verificar, em algumas organizações recreativas, elementos sobreviventes da organização tribal africana. A própria organização política da República dos Palmares foi um reflexo das muitas existentes no continente negro.

(6) Stonequist, Everett V. — "O Homem Marginal", S. Paulo, 1948, p. 87.

(7) O fenômeno a que estamos aludindo foi estudado em relação aos indígenas por Florestan Fernandes: "O Tupi e a reação tribal à Conquista", in "Mudanças Sociais no Brasil", S. Paulo, 1960, pp. 287-97 e "Organização Social dos Tupinambás", S. Paulo (2ª ed.), 1963, *passim*.

Nosso trabalho padece de todos os defeitos de um trabalho artesão. Isto é explícito em país como o nosso em que a historiografia científica inicia os seus primeiros passos. As próprias condições sob as quais trabalham nossos historiadores propiciam este clima aleatório que caracteriza a maioria dos estudos e da atividade dos historiadores brasileiros debruçados sobre assuntos secundários mas aos quais estão ligados por diversas formas de interesse: até por interesses genealógicos... Das centenas de cartas que escrevemos a historiadores ou pessoas ligadas aos problemas estudados neste livro, solicitando dados, informações ou fontes, recebemos resposta de menos de dez. Isto é uma pena, porque História é ciência de equipe, de colaboração, de intercâmbio de opiniões. Mas a culpa não é dos homens que estudam História: é da situação global em que nos encontramos, todos nós inseridos no mesmo processo, co-participes de um universo de comportamento que não nos foi dado escolher, mas foi imposto por causas diversas. Isto não quer dizer que nos eximimos dos erros ou insuficiências cometidos por nós. Não. Se não fomos suficientemente providos dos dados que solicitamos não nos cabe criticar a quem, como nós, deve trabalhar enfrentando as mesmas dificuldades. Dificuldades que aumentam ao invés de diminuir para todos quantos desejam fazer História verdadeira e não mero amontoado apologetico de datas e atos. Toda ciência tem dificuldades. Especialmente as Ciências Sociais. Daí o nosso empenho em trabalhar tentando fazer o melhor e, ao mesmo tempo, agradecendo àqueles que nos ajudaram com o seu estímulo ou a sua cooperação. Agradecemos especialmente ao professor José Honório Rodrigues pela indicação de fontes indispensáveis à ampliação do presente trabalho; ao senhor Waldir da Cunha por haver copiado com eficiência e probidade, documentos, manuscritos e trechos de obras de difícil acesso para nós, existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; ao Luiz Henrique pelas indicações suplementares de fontes e fornecimento de publicações do Arquivo Público da Bahia, do qual é Diretor; ao professor Vivaldo Costa Lima por várias ponderações válidas e aceitas como, por exemplo, a influência das organizações tribais nos movimentos de revoltados escravos brasileiros; ao escritor L. Borges pelas informações de fontes sobre a participação dos homens de cor na revolta de 1817; ao escritor Nelson Werneck Sodré, pelo empenho de ver terminada esta segunda edição; à socióloga Sílvia Maria Schor pelas opiniões e sugestões, e, finalmente, ao Clóvis Meira pela revisão das originais e das provas.

Características Gerais

A escravidão no Brasil surgiu de dois fenômenos distintos, mas convergentes. De um lado, foi a continuação do desenvolvimento interno da sociedade colonial nos moldes em que se vinha realizando a sua evolução nas primeiras décadas que, de simples aglomerado de feitorias atomizadas no vasto território, transformou-se em donatárias com sistema de estratificação social fechado em estrutura praticamente feudal. A aparente anomalia de instituições feudais trazerem o ressurgimento da escravidão no mundo poderá ser explicada por uma série de fatores que particularizam essa aparição, conforme veremos mais tarde. Do outro lado, foi consequência dos interesses das nações colonizadoras em fase de expansão comercial e mercantil. Portugal participou desse processo expansivo desempenhando o papel de intermediário dos mais fortes países europeus, depois de um período em que teve atuação relevante como nação marítima, na época das grandes descobertas.

Foi, assim, cortado o processo de desenvolvimento tribal dos grupos indígenas que nos habitavam, com o aparecimento dos primeiros colonos, e solapada em suas raízes a estrutura econômica em que os índios baseavam suas instituições, seus costumes, finalmente a sua cultura, no sentido sociológico da palavra. A nação colonizadora, no caso específico, Portugal, que através de elementos de dominação ocupava a terra e subjugava os seus primitivos habitantes, garroteava o desenvolvimento autônomo dessas culturas através de um tampão compressor contra o qual não era possível os nativos lutarem com o instrumental de que dispunham. A expansão mercantil de Portugal, que no caso presente desempenhou o papel de nação dominadora, já era fruto e resultado de todo um processo anterior de subversão econômica, verificado no Velho Continente, através de uma série de acontecimentos conhecidos e retratados, com maior ou menor profundidade, por todos quantos se ocuparam da economia dessa época.¹

(1) Sobre a conjuntura econômico-social de Portugal e as causas da sua expansão geográfico-colonizadora bem como o significado das modificações que ali se processaram, veja-se o lúcido ensaio de António Sérgio — *Sobre a Revolução de 1383-85*, in "Ensaio", tomo VI, Lisboa, 1946, p. 155 ss.

Os primeiros colonizadores portugueses, ao entrarem em contacto com os indígenas, iniciaram o sistema de escambo, dando as populações nativas o seu trabalho na derrubada e condução do pau-brasil — as primeiras atividades lusas no Brasil foram meramente extrativas — seus produtos naturais etc., em troca de miangas, espelhos, pentes, fazendas, animais nativos, utensílios, demarcando a fase que Calógeras com propriedade chamou de “ciclo do intercâmbio”.^(1-A) Esse sistema exigia do índio o seu trabalho e nada lhe dava em troca. Degradava-o social e culturalmente.

Cristalizando posteriormente tal processo de degradação econômica, social e cultural, os Jesuítas subordinaram os índios a uma semi-servidão disfarçada que não correspondia ao que a servidão tem de específico, mas ao mesmo tempo não era o trabalho livre ou a escravidão na sua pureza conceptual.

Contribuíram ainda os homens da S. J. para o abastardamento cultural do índio, destruindo os seus padrões de valores. Esses padrões eram fruto de experiência adquirida através de longo processo de adaptação ao meio, processo que criava a cosmovisão empírica necessária para que eles solucionassem os problemas surgidos na comunidade. Os jesuítas substituíram esses padrões por outros, aquilatados e impostos segundo estereótipos e julgamentos morais que eram inteiramente estranhos aos indígenas.^(1-B) Esta defasagem levou a que a população indígena se fosse marginalizando progressivamente do processo produtivo. Do ponto de vista meramente econômico, foi substituído o conceito de propriedade das diversas tribos, que era comunal-primitivo⁽²⁾, por outro,

(1-A) Calógeras, P. — “A Política Monetária no Brasil”, in “Revista do Livro” nº 9, Rio, março de 1958, p. 185. Cf. Alexandre Marchant: “Do Escambo à Escravidão”, S. Paulo, 1943. Aliás, os primeiros cronistas que se referem às relações iniciais entre colonos e índios salientam que a escravidão não era praticada inicialmente pelos colonos, motivo pelo qual os indígenas cooperavam a fim de que se extraísse o pau-brasil.

(1-B) Escreve com muito acerto Gilberto Freyre que “o que se salvou dos indígenas no Brasil foi a despeito da influência jesuítica; pelo gosto dos padres não teria subsistido à conquista portuguesa senão aquela parte mole e vaga de cultura americana por eles inteligentemente adaptada à teologia de Roma e à moral européia. Nem podia ser outra a sua orientação de bons e severos soldados da Igreja; tocados mais que quaisquer outros da vocação catequista e imperialista. O imperialismo econômico da Europa burguesa antecipeou-se no religioso dos padres da S. J.; no ardor europeizante dos grandes missionários católicos dos séculos XVI e XVII (...) Com a segregação dos indígenas em grandes aldeias parece-nos terem os jesuítas desenvolvido uma das influências letais mais profundas. Era todo o ritmo da vida social que se alterava nos índios. Os povos acostumados à vida dispersa e nômade sempre se degradam quando forçados à grande concentração e à sedentariedade absoluta” (Casa Grande & Senzala”, Rio, 1943, 1º vol., pp. 214-215).

(2) A existência (ou não) de um comunismo agrário primitivo é problema que vem sendo discutido apaixonadamente. Enquanto a corrente antievolucionista sustenta a inexistência dessa fase, historiadores e etnólogos que se filiam às diversas correntes evolucionistas apresentam razões que justificam a tese da existência desse período. Etnólogos como Lowie (História de la Etnologia, México, 1946) além de não analisarem na sua complexidade o problema, ficam presos a esquemas ditados em maior ou menor escala por preconceitos políticos Cf. op. cit. p. 72 ss) quando analisam a escola morganista. E também o que fazem outros antropólogos so-

vias e etnólogos sem, no entanto, verem com que elasticidade essa fase comunal-primitiva deve ser encarada. Assim, fazendo uma análise dos livros “Traté de Sociologie Primitive” (Paris, 1935), de Robert Lowie; L’Economie Primitive (Paris, 1937), de Richard Thurnwald e “Etat Social des peuples sauvages” (Paris, 1930, de Paul Deschamps, L. Xavier Teles afirma, depois de implicitamente negar o comunismo primitivo que as “sociedades árticas (Esquimaus, Koriks, Tchuktches) obedecem a dois princípios: — 1º — partilha altruística dos produtos alimentares; 2º — necessidade de um emprego efetivo dos meios existentes de produção econômica” (...) “Os elementos individualistas, ainda que esbatidos, semidiluídos, não deixam de existir. Razões supersticiosas tornam incontestáveis certos direitos individuais” (...) Há povos caçadores que reconhecem direitos não comunais e hereditários, sobre certas frações do território tribal. Thurnwald ensina que a propriedade imóvel abrange todo o território de onde a horda, o clã ou a aldeia tiram os meios de vida e subsistência, recusando-se em geral os povos primitivos a aceitar a pretensão de um indivíduo de possuir pessoalmente, uma parcela do território comum”. (Cf. “A Propriedade entre os povos Primitivos”, in “Sociologia”, vol. I, p. 61 ss.) Em outro local Thurnwald, cujo pensamento o sociólogo brasileiro tentou resumir, afirma que “a constituição da propriedade privada repousa numa estrutura social decorrente de certas constelações e desenvolvimento descrito no quarto volume desta obra. Somente a quebra dos laços clânicos, autonomia das famílias e a multiplicação de famílias senhoriais com escravos e criadagem, abriam caminho para a introdução da propriedade privada de terras, ou rebanhos entre aquelas famílias” (Cf. “Origem, Formação e Transformação do Direito”, in “Sociologia”, Vol. III, nº 3, agosto de 1941). Vê-se portanto que não há nenhuma rigidez da parte de Thurnwald contra a existência do comunismo primitivo. Partindo de posições metodológicas não de um etnólogo que procura sua documentação entre os chamados “primitivos” mas das posições de historiador que tem o seu equipamento de conhecimento voltado para épocas mais recuadas, procurando auxílio na arqueologia e na paleontologia, o professor V. Gordon Childe aceita a hipótese de uma fase comunal-primitiva. (Cf. “Lo que Sucedió en la Historia”, Buenos Aires, s/d) técnica que vem servindo também aos soviéticos entre os quais muitos, através de um esquematismo injustificável deixam o assunto mais no âmbito da Economia Política. Aliás, Gilberto Freyre dá-nos notícias de pesquisas realizadas pelos “Antropologistas da Academia de Ciências da URSS, a um dos quais, o professor Kaganow, deve-se notável estudo histórico sobre os trabalhos de antropologia na Rússia pós-revolucionária”. “Nem todos — continua Gilberto Freyre — acreditam ter sido o comunismo, de modo absoluto, aquela “primeira fase de desenvolvimento social” a que estaríamos próximos a voltar “sob forma mais alta”; o professor P. Kushner, por exemplo, não vê evidência da ação do princípio de distribuição comunista de alimento entre as comunidades da Austrália (Cf. “Sociologia”, Vol. I, Rio, 1945, p. 208). E que os autores soviéticos, como já afirmamos, deixaram o problema mais ligado à Economia Política do que à Etnologia. O professor Mauro Olmeda, num alentado e importantíssimo trabalho sobre as sociedades pré-capitalistas, sustenta a existência desse comunismo primitivo, baseado em observações locais e em dados da pré-história (Cf. “Sociedades Pré-capitalistas: I — Introducción a las Sociedades Precapitalistas”, México, s/d, pp. 197, 203, 268, 269, 271). Etnólogos franceses realizaram também debates interessantes sobre o tema. Maxime Rodinson apresentou trabalho onde mostra que mesmo aqueles autores que põem em dúvida o sentido universal desse comunismo, como R. Thurnwald e A. Goldenweiser não deixam de admitir de certa forma a validade do conceito de modo relativo. O primeiro, citado pelo autor do trabalho, afirma que “la théorie qui regarde le communisme primitif comme ayant précédé la propriété primitive de l’histoire ultérieure doit par conséquent être rejetée, au moins sous sa forme rigoureuse (drastic). Elle contient cependant un germe de vérité dans cette mesure: dans la société occidentale moderne, la propriété individuelle a, comme nous savons, acquis une signification et un rôle dépassant de beaucoup l’importance de cette institution chez les primitifs”. Goldenweiser por seu lado, escreve que “Les conceptions qui sont à la base des droits de propriété sont de même ordre. Des objets purement personnels, tels que l’habillement, le Kayak, le tetineau, les armes de chasse, etc., sont propriété, et tous ceux qui ont trafiqué avec, les Esquimaux savent comme cette règle est strictement observée; il serait inconcevable, par exemple, même les parents, de vendre l’un quelconque des jouets des enfants sans s’assurer préalablement de la permission

no qual a propriedade privada existia, mas não para os produtores, exatamente aqueles que eram os habitantes da terra e que tinham o seu conceito de propriedade comunal vinculado à distribuição da produção entre os próprios produtores, de acordo com diversas normas tribais que não cabem ser analisadas aqui. Nos aldeamentos os padres da S. J. tentaram criar um coletivismo que não tinha nenhuma conexão de continuidade com o que existira nas diversas tribos, mas se baseava na autoridade dos padres da Companhia que se arvoraram não apenas em manipuladores teológicos, mas em autoridades que distribuíam a produção e regulavam o consumo.

Antes disto, com o aparecimento das Capitânias Hereditárias tentou-se a exploração da terra através do colono reinol exportando-se para o Brasil os braços necessários ao trabalho. Paralelamente — é verdade — processavam-se tentativas violentas de escravização do índio: na sua maioria improdutivas pois o índio apresado mostrou-se mau trabalhador dentro dos quadros de relações de trabalho a que o queria submeter o colonizador. Ainda não bastavam essas relações contudo, para que se caracterizasse a sociedade existente como escravista. Falta ao labor escravo preponderância no bojo das relações de trabalho, já que o jornaleiro, o reinol pobre, o colono, eram, no fundamental, aqueles que constituíam o que de mais estável se possuía na colônia, pois o colonizador, até o momento, "arranhava a costa como caranguejo", na expressão feliz de um cronista da época. A escravidão indígena tinha uma desvantagem: pelo próprio material humano que a compunha, vindo de um estágio cultural muito mais primitivo do que o existente para as tarefas a que o predispunham, era uma peça subsidiária, que desempenhava — do ponto de vista econômico — um trabalho complementar e não qualificado. A faina do primeiro ciclo da colonização desempenhada pelos índios era, incontestavelmente, a mais dura e rudimentar.

des jeunes possesseurs. Ce qui est en usage au bénéfice de plusieurs familles, — les grandes maisons communes, les pierres érigées pour la chasse au saumon et les chasses au caribou, etc., — appartiennent à la communauté globalement. En principe, la situation est celle-ci: la possession personnelle est conditionnée par l'usage réel de la propriété; un homme qui ne se sert pas de sa trappe à renard doit permettre à un autre individu de la placer; au Groenland, un homme qui possède déjà une tente et un oumiak ne pouvait pas encore en recevoir, par héritage, car il était entendu que personne ne pouvait réclamer et utiliser plus d'un exemplaire de pareils objets".

Finalmente Maxime Rodinson exprime a sua própria opinião. Para ele "en parlant de communisme primitif, nous ne nions nullement la complexité des appropriations chez cette catégorie de peuples, comme nous en accusent les ethnographes bourgeois. Nous disons seulement qu'il n'y a pas propriété privée des moyens de productions ou de la terre en règle générale et droit quasi-absolu d'usage et d'abus, en dehors de toute autre considération que le droit bourgeois classique a mis en relief." (Rodinson, M. — L'étude des sociétés "primitives" à la lumière de l'ouvrage d'Engels", in "La pensée", n. 66, 1956, pp. 7, ss).

O certo é que, mesmo colocando-se em dúvida o valor universal desta categoria, no caso particular dos índios brasileiros, sua economia estava enquadrada dentro de coordenadas que a colocam entre os povos que não conheciam a propriedade privada dos meios de produção nem um direito que, estratificado, garantisse esse tipo de propriedade.

O sistema de controle sobre essas populações subjugadas era, portanto, dos mais rígidos.

Mas, os setores que se desenvolviam como elementos dinâmicos (a agricultura, a mineração posteriormente) exigiam material humano mais adaptável, mais predisposto do ponto de vista cultural ao seu desempenho. E o colono, por este motivo e por outros talvez mais poderosos como veremos depois, teve de recorrer a um braço muito mais caro — o africano — para possibilitar o posterior desenvolvimento da sociedade colonial.^{2a}

Somente, de fato, com o desenvolvimento dos primeiros núcleos de plantação de cana-de-açúcar o colono verificará a necessidade de aplicar a escravidão não apenas como solução doméstica (nos moldes em que vinha sendo feita em Portugal), mas como solução para todo regime de trabalho que brotava e posteriormente se estratificaria na Colônia. Mas, somada a essa necessidade, para se compreender a substituição do indígena pelo negro na escravidão brasileira, não podemos deixar de analisar um dos aspectos mais importantes, senão o fundamental: a transformação do tráfico de simples atividade de pirataria em atividade mercantil, com o emprego de grandes somas de dinheiro na aquisição de veleiros, equipagens, portos e contratação de material humano para o comércio de carne humana. Tal transformação exigiu e determinou que o predador de índios fosse esmagado pelo traficante que vinha com

2B) Dizer que o índio foi mau trabalhador dentro dos quadros da escravidão não implica absolutamente nenhum juízo que o incapacite para o trabalho por questões biológicas, inatas. O que há no problema, aliás já muito debatido entre nós, é um fato de ordem psicológica que por sua vez foi decorrência de um fato econômico e cultural. Sob as condições de trabalho que o colonizador impôs ao índio foi que ele se manifestou mau trabalhador. A prova do que afirmamos é que, enquanto vigorou o sistema de escambo nas relações entre colonos e índios, estes se mostraram trabalhadores eficientes. Alexander Marchant, no seu trabalho sobre as relações econômicas entre índios e portugueses de 1500 a 1580 expõe fatos importantes. Afirma o professor norte-americano que, segundo Tevet e Lery "para ganhar alguma bugiganga ou enfeite os próprios índios cortavam a madeira e transportavam-na aos navios, a uma distância, às vezes, de três ou quatro léguas". Em seguida afirma: "como não havia cavalos ou outros animais de tração ou carga cabia ao homem fazer o trabalho. Não fora a ajuda dos índios, portanto, e aqueles estranhos no país não conseguiriam carregar um simples navio por ano. Em troca de camisas, chapéus, facas e outros artigos, e com ferramentas de metal que os franceses lhes davam, os índios cortavam, serravam, falquejavam e toravam o pau-brasil. (Cf. Alexander Marchant: "Do Escambo à Escravidão", S. Paulo, 1943, p. 54.55). O outro lado da questão é querer-se apresentar o índio como biologicamente inadequado à escravidão. São dois pólos do mesmo estereótipo... O que acontece, no particular, é que os indígenas, ainda na fase comunal-primitiva — como já tivemos oportunidade de comentar — não puderam se adaptar à escravidão, principalmente quando aplicada de modo quase exclusivo à agricultura sedentária, dentro de latifúndios pertencentes a senhores estrangeiros ao processo de trabalho. A base da economia das tribos indígenas era recoletores. Todo o equipamento psicológico dos índios, portanto, foi atingido quando o tentaram escravizar. Daí a sua reação, coisa que não aconteceu com o negro que, oriundo de culturas já em estágio superior, conhecendo a agricultura e a escravidão, pôde alcançar nível técnico exigido pelo colonizador para os trabalhos agrícolas. No que, também, não vai nenhuma inferioridade do negro de ordem biológica, mas, pelo contrário, maior evolução social. A prova, no entanto, de que o negro também não foi elemento dócil ou adaptável à escravidão, veremos no decorrer deste trabalho.

todo um equipamento de domínio econômico pacientemente estruturado e penetrava nas cartilagens da economia da época com uma série de atividades correlatas altamente compensadoras. O tráfico de escravos, como Sombart já demonstrou, contribuiu enormemente para a acumulação capitalista. No momento, o que convém destacar é que essas causas internas foram superadas por uma bem mais importante: os traficantes estavam economicamente em condições de dominar o mercado escravo brasileiro. Aqui fincou pé o comércio negreiro amparado por toda uma literatura protetora dos índios; por toda uma campanha *humanitarista* de defesa das populações indígenas. Essa campanha surgia exatamente como corolário ideológico dessa mudança de situação que já era previsível não em decorrência das apóstrofes do Padre Bartholomeu de Las Casas, mas porque a organização superior dos traficantes não podia permitir que se vendesse mercadoria muito mais barata — o índio — nas áreas sob seu domínio. As grandes empresas de navegação que posteriormente se sucederam ou tiveram vida simultânea ao tráfico no seu esplendor, que vai do século XVII aos primeiros quarenta anos do XIX, têm como elemento de colaboração o traficante. O capital comercial invertido nessas empresas, as vastas áreas sob seu domínio, os grandes interesses nelas comprometidos e, sobretudo, a sua organização internacional, exigiam que qualquer concorrente ao então rendoso comércio fosse dele aliado. (2-C)

As grandes companhias navegadoras, das quais as empresas de traficantes de escravos são das mais importantes, com sede nas metrópoles, as grandes plantações nas áreas colonizadas e o monopólio comercial são o tripé no qual se apoiam a economia e a política das metrópoles da época. Esses três elementos constituem uma unidade contraditória que só poderá ser compreendida se analisarmos objetivamente o estágio de desenvolvimento dessa fase da História.

(2-C) "Uma segunda grande razão que tem sido geralmente esquecida, foi a pressão dos grupos interessados no tráfico de africanos no sentido de imporem-se ao Brasil (como às demais colônias tropicais) os escravos negros, fonte de polpidos lucros. O tráfico de africanos, ensina-nos Marx, desenvolveu-se na fase histórica da acumulação primitiva que precedeu ao surto do capitalismo industrial (sécs. XVII a XVIII), como uma empresa tipicamente comercial, um fator a mais daquela acumulação. Tratava-se de uma empresa de certo modo autônoma que, se estava condicionada pelo seu mercado, em grande parte também o condicionava. O mercado era a agricultura dos gêneros tropicais, que se desenvolveu a partir do século XVI como parte integrante do sistema colonial da fase do capitalismo manufatureiro, vale dizer como um outro fator da acumulação primitiva. Toda uma série de motivos, ligados ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, às condições geográficas, a certas condições ideológicas, etc. (motivos que não será possível analisar aqui) ocasionaram essa ligação histórica entre a agricultura dos gêneros tropicais e o tráfico de africanos, e o fato é que onde vicejou a primeira verificou-se a penetração comercial do segundo; coisa fácil de comprovar-se no caso brasileiro: com exceção do surto minerador (há aí razões particulares), o afluxo dos escravos negros correspondeu no Brasil — geográfica e historicamente — às vicissitudes da agricultura dos gêneros tropicais (o açúcar, o algodão, o café). Foram portanto esses interesses mercantis externos, ligados à agricultura colonial e ao tráfico de africanos, uma outra grande razão da predominância da escravidão negra no Brasil" (Tancredo Alves: "Sobre Escravos, Índios e Negros no Brasil", in "Para Todos", Rio de Janeiro nº 17, julho, 1952, p. 29).

Inicialmente os ingleses, depois os portugueses e brasileiros entraram no comércio negreiro e dele usufruíam lucros incalculáveis. Muitos deles influíam poderosamente nas decisões do governo, tendo em algumas ocasiões subornado autoridades e figurões da política e da Justiça. A figura do traficante em determinado momento era todo-poderosa. Não adiantavam denúncias como a de Martim Francisco (em 1837), o qual mostrou que somente uma dessas embarcações, acossada por ventos contrários, lançava ao mar 250 africanos para não sentir falta de gêneros. Navios dos Estados Unidos também eram usados no tráfico negreiro. Como diz José Honório Rodrigues: "Os traficantes daqui ou da costa africana foram sempre homens ricos e poderosos, capazes de improvisar novos meios de burlar a vigilância inglesa e de inventar recursos legais como esse da compra de navios americanos, ou ilegais, já que o tráfico foi um dos maiores negócios do Brasil, durante os primeiros cinquenta anos do século dezenove". (2-D)

A medida que o entrelaçamento das economias nacionais criava a necessidade de um mercado universal; que novas rotas marítimas eram abertas por essas nações (impulsionadas pelas suas burguesias comerciais); que as populações dos diversos pontos geográficos da terra estabeleciam relações até então inéditas na história da humanidade e que, por outro lado e em consequência desse fenômeno, um punhado de países altamente desenvolvidos na Europa tomava a liderança desse comércio e por ele lutava encarnadamente, seu reflexo se fará sentir na Colônia — ela própria uma consequência desse processo de expansão — através da procura cada vez maior dos gêneros destinados a suprir um mercado que se ampliava em proporções insuspeitas. Assim, "em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento das nações que se bastam a si próprias, desenvolve-se o tráfico universal, uma interdependência de nações". (2-E)

O apelo à escravidão africana — que já se realizara com êxito na Europa desde tempos imemoriais — será uma solução lógica a que recorrerá o colono a fim de conseguir estabelecer nos trópicos uma sociedade para a qual o material humano autóctone era de pouca rentabilidade (embora mais barato) e o braço europeu que para aqui vinha não podia ser arrolado no *status* de trabalhador que interessava ao colono: o de escravo.

Em São Vicente, segundo alguns historiadores, no ano de 1549, o primeiro *stock* de africanos era desembarcado. Para isso D. João III concedera autorização a fim de que cada colono pudesse importar até 120 escravos para as suas plantações, fato que provocou protestos por

(2-D) Rodrigues, José Honório: "Brasil e África: outro horizonte", Rio, 1964, 2 vol. 1º vol., p. 181.

(3) Marx, K. e Engels, F.: "Manifesto Comunista", Rio s/d., p. 25.

acharem alguns ser número insuficiente. A data exata da entrada dos primeiros escravos negros não está, porém, aceita pacificamente e não nos interessa de modo direto averiguar minudências que nenhum significado essencial têm no conjunto do processo social que analisamos. Sabemos que daí em diante, em face do desenvolvimento da Colônia e, conseqüentemente, das grandes levas que chegavam no bojo dos navios negreiros, o número de escravos importados crescerá até pouco antes de 1850 quando, através da Lei Eusébio de Queirós, entrará em colapso o tráfico que logo depois se extinguirá. ⁽⁴⁾

O estabelecimento da escravidão sistemática veio subverter em suas bases o regime de trabalho até então dominante na sociedade brasileira. Essa transformação se processará em todas as formas de manifestações da vida social. Demograficamente aumentou em ritmo acelerado e ininterrupto a população da Colônia; do ponto de vista sociológico cindiu a sociedade colonial em duas classes fundamentais e antagônicas: uma constituída pelos senhores de escravos, ligados economicamente, em face do monopólio comercial à metrópole, outra constituída pela massa escrava, inteiramente despojada de bens materiais, que formava a maioria da população do Brasil Colônia e era quem produzia toda a riqueza social que circulava nos seus poros.

A subversão do processo de formação inicial dos primeiros núcleos colonizadores, produzida pela introdução em escala sistemática do trabalho escravo, veio isolar quase totalmente as populações indígenas do trabalho agrícola. Especialmente onde se condensava a atividade produtiva naquela época: os engenhos de açúcar. Isto porque a estrutura social dos indígenas se encontrava ainda, como já afirmamos, em um estágio comunal-primitivo. Viviam quase exclusivamente da caça e da pesca, com uma economia recoletores. Na América, somente na região andina e no México os nativos se ergueram em culturas ponderáveis e dificilmente se adaptavam ao trabalho agrícola nas grandes plantações, lutando desde o primeiro momento contra as tentativas de submissão. Será por isso que somente nas fainas mais ajustadas ao seu modo de vida que o seu trabalho se aproveitará. Na expansão da pecuária, principalmente nas zonas do centro-norte e centro-leste, o elemento humano indígena será aproveitado e até hoje prepondera através de cruzamentos com outros grupos étnicos, estabelecendo nessas zonas um tipo antropológico relativamente uniforme. O escravo negro não teve papel saliente nesse tipo de atividade. Pelo contrário: quando penetrava nessas zonas era como perturbador, como quilombola. À agricultura já estavam acostumadas, no entanto, as populações africanas, inclusive com o instituto da

(4) Em 1829, Walsh dava como entrados no Brasil, somente pelo porto do Rio de Janeiro, 52.600 escravos, número que decresce, em 1842, em conseqüência de maior repressão ao tráfico, para 17.435, de acordo com cálculos feitos por Pereira Pinto, baseado em dados do "Foreign Office" e citados por Osório Duque Estrada no seu livro "Da Regência à Queda de Rosas", no capítulo dedicado a "Tráfico, Colonização 1851 para 3.257 escravos contrabandeados. Ainda sobre o tráfico, Pandiá Calógeras, dispondo de documentos do Itamarati, fornece-nos dados interessantes no livro "A Abolição" (Rio, 1918). Este total crescerá, para 60.000 em 1848 e cairá, ção, Finanças", p. 321 ss.

escravidão, existente em inúmeras tribos. ⁵ Além disto o domínio por parte de grandes grupos africanos de uma técnica agrícola relativamente adiantada, o conhecimento da fundição de metais, o seu uso, e outros hábitos trazidos da África, davam aos elementos negros possibilidades de maior rentabilidade no trabalho de que aos indígenas. ^{6A}

As antigas feitorias, os primitivos núcleos colonizadores esparsos no litoral, foram substituídos — com a presença do escravo negro — pelos engenhos, pelos latifúndios agrários e surgiu em seu lugar, já estratificada e com os seus contornos gerais definidos, uma sociedade cheia de contradições internas. Essas contradições chegarão à tona da sociedade através dos movimentos que agitarão todo o período colonial, entrando pelo primeiro e segundo reinados.

As levas sucessivas de escravos que entravam pelos diversos portos eram, de um lado, o elemento fundamental da expansão econômica da Colônia, criando a renda global que era canalizada para fora e, de outro, a argamassa principal da expansão demográfica verificada então. Para avaliarmos o crescimento demográfico verificado com o desembarque ininterrupto de escravos, basta dizer que, no ano de 1583, as estimativas davam à Colônia uma população de cerca de 57.000 habitantes. Deste total, 25.000 eram brancos, 18.000 índios e 14.000 negros. Segundo cálculos de Santa Apolônia, em 1798, para uma população de 3.250.000 habitantes havia um total de 1.582.000 escravos dos quais 221.000 eram pardos e 1.361.000 negros, sem contarmos os negros libertos que ascendiam a 406.000. Para o biênio de 1817-1818 as estimativas de Veloso davam, para um total de 3.817.000 habitantes, a cifra de 1.930.000 escravos dos quais 202.000 eram pardos e 1.361.000 negros. Havia também uma população de negros e pardos livres que chegavam a 585.000. Há quem estime em 50.000 o número de negros importados anualmente. Foi quando o escravo africano passou a ser chamado "pés e mãos dos senhores" e Angola "nervo das fábricas do Brasil". O historiador Afonso de E. Taunay teve oportunidade de estudar o assunto, analisando criticamente as principais fontes dos historiadores que se ocupam do tráfico. Rocha Pombo estima em quinze milhões o montan-

(5) No próprio Quilombo de Palmares, para manter as bases de uma economia que se assentava quase exclusivamente na agricultura, os ex-escravos tiveram de estabelecer a escravidão interna na república. Os negros feitos prisioneiros à força eram transformados em escravos que trabalhavam para aqueles que voluntariamente haviam fugido para o quilombo. Particularizaremos os aspectos mais importantes do fato no capítulo sobre o assunto. Em muitas tribos africanas o instituto da escravidão já era conhecido e algumas levas enviadas para o Brasil eram constituídas de negros que, na própria África, eram escravos.

(5-A) "Houvessem chegado ao Brasil imigrantes com alguma experiência manufatureira, e o mais possível é que as iniciativas surgissem no momento adequado, desenvolvendo-se uma capacidade de organização e técnica que a Colônia não chegou a conhecer. Exemplo claro disso é o ocorrido com o metalurgia do ferro. Sendo grande a procura desse metal numa região onde os animais ferrados existiam por dezenas de milhares — para citar o caso de um só artigo — e sendo tão abundantes o minério de ferro e o carvão vegetal, o desenvolvimento que teve a siderurgia foi o possibilitado pelos conhecimentos técnicos dos escravos africanos" (Celso Furtado: "Formação Econômica do Brasil", Rio, 1959, p. 99).

te de negros entrados pelos diversos portos durante a escravidão, número que Taunay acha exageradíssimo. Renato Mendonça cifra-o em quatro milhões oitocentos e trinta mil. Outros números são ainda arrolados pelo conhecido historiador paulista.⁶

No século XVIII que — segundo Calógeras — foi o de maior importação negreira, a média chegou a 55.000 entradas anualmente.⁷

Essa imensa massa escrava é que irá impulsionar a nossa economia e esmagará quase inteiramente o trabalho livre que existia antes do seu aparecimento em diversas faixas da economia brasileira. O trabalho manual passa, por isto, a ser considerado infamante. Somente praticável por escravos. A economia brasileira irá assentar as suas bases na grande agricultura monocultora, no trabalho escravo produzindo para os senhores de escravos, terras e engenhos, sob o monopólio político e comercial da Metrópole.⁸

Portugal canalizará para si o resultado de quase toda a renda através da exportação. Nossa produção era completamente desvinculada do mercado interno: existia como parte do mercado mundial e somente circulava fora de nossas fronteiras, afora o setor de subsistência. Aqui era imobilizada nas fontes de produção ou nos portos para embarque. O seu valor de uso ficava além das fronteiras. Por isto mesmo o seu dinamismo só existia na medida em que essa produção era solicitada pelos mercados europeus. Outros gêneros ou produtos que os não destinados à exportação para a Metrópole têm o seu plantio ou fabrico proibidos, através de alvarás e avisos. A plantação de tabaco será impedida. Atividades como as de ourives e outras, eram perseguidas e os seus praticantes punidos. Estava, assim, constituída e estabilizada momentaneamente nossa sociedade em moldes destinados exclusivamente a produzir gêneros exportáveis — no nosso caso particular o açúcar — apoiada socialmente nos donos de terras, os grandes latifundiários agrários.⁽⁹⁾

(6) Taunay, A. de — "Subsídios para a História do Tráfico Africano no Brasil", S. Paulo, 1941, pp. 245 ss.

(7) As estatísticas — se é que podemos chamar o que dispomos sobre o assunto de estatísticas — referentes ao número de escravos entrados são todas discutíveis. A de Calógeras que citamos acima — extraída do livro "Formação Histórica do Brasil" — é muito contestada. Há inúmeras outras, todas, porém, em maior ou menor número sujeitas a críticas. Existe um trabalho de Artur Ramos com detalhes sobre o assunto para o qual remetemos o leitor: "Introdução à Antropologia Brasileira", 1º vol., Rio, 1943.

Sobre o tráfico a bibliografia é extensa, mas não muito exata e, para o caráter do nosso trabalho, uma idéia aproximada das suas proporções é suficiente para a interpretação dos fatos subsequentes.

(8) Para constatar o caráter colonial de nossa economia na época: Cf. — "Cultura e Opulência do Brasil", André João Antonil, Bahia, 1950.

(9) J. Norberto de Souza e Silva escreve, referindo-se a Minas Gerais, mas pintando um quadro que podemos generalizar à Colônia no seu conjunto, que "os povos da rica indústria da capitania viviam no maior descontentamento possível pela proteção que se dava à indústria manufatureira da mãe-pátria em detrimento do país. Para verificar e animar os estabelecimentos do reino e da saída fácil às suas imperfeitas manufaturas era necessário aniquilar as fábricas brasileiras. O sopro, que era vivificante e animador no Reino, torna-se mortífero na Colônia. Não viu

Dando moldura geral ao quadro do tempo quando estavam as grandes nações colonizadoras no seu fastígio, travava-se no mundo renhida luta entre elas, que marchavam na senda do desenvolvimento capitalista, por vias comerciais e marítimas, fontes de matérias-primas e novos mercados. Portugal decadente tinha de contentar-se com as regiões que ele próprio descobrisse, já que não podia disputar a partilha com países como Inglaterra, Holanda e França. Isto não quer dizer que os países citados não se interessassem pelas novas terras descobertas. Também participaram desses acontecimentos, apenas com características diferentes. Essas nações dominavam os nativos de áreas geográficas recém-descobertas, exterminando-os sem dó ou piedade, arrancando-lhes as riquezas, explorando-lhes o trabalho quando se deixavam dominar ou retirando parte de sua própria população para ser vendida como mercadoria no mercado mundial, como escrava. A Holanda era, então, como assinalara Marx, a República burguesa típica da Europa e competia com a Inglaterra na posse daquelas rotas e colônias. A Inglaterra, por seu turno, após encarniçada refrega, saiu vitoriosa, tornando-se senhora absoluta dos mares, a dominadora do tráfico negreiro. Pela Ata de Navegação de 1651 impunha que as mercadorias procedentes da Ásia, África e América só fossem transportadas por navios britânicos, assestando um golpe mortal na Holanda, sua principal competidora. Um diplomata exclamaria: "É meu dever dizer-vos que agora estamos tanto nós como o mar em poder da Inglaterra".^{9A} O tráfico de escravos africanos foi um dos motivos mais importantes no aguçamento das contradições entre essas nações. A burguesia comercial auferia lucros elevadíssimos do comércio de carne humana. Como disse Marx: os comerciantes ingleses transformaram a África no "lugar onde eram caçados os homens negros". No começo do século XVIII a Inglaterra assegurou o monopólio do tráfico negreiro para a Espanha e suas colônias da América do Sul.¹⁰

o governador D. Antônio de Noronha sem espanto e admiração o aumento considerável das fábricas mineiras e a diversidade dos gêneros de suas manufaturas a ponto de se lhe afigurar que em pouco tempo ficariam os habitantes da capitania inteiramente independentes das fábricas do Reino (...) Proibindo-as, foi o seu expediente adotado pelo governo da Matrópole que não só o sancionou como estendeu a proibição a todas as capitanias do Brasil. Completou o facho dos esbirros incendiários por conta do governo a obra de destruição — os teares desapareceram!" (J. N. Souza e Silva: — "História da Conjuração Mineira", 1º vol., R. de Janeiro, p. 63). O que o autor narra não é uma atitude esporádica mas a sistemática da política da Metrópole em relação ao Brasil.

(9A) "Já em 1621 uma ordenança real havia proibido à Virgínia exportar os seus produtos para o estrangeiro, sem os ter previamente desembarcado na Inglaterra, mas aquela ordenança fica quase letra morta, graças ao tráfico dos holandeses que levavam para o seu país uma parte do tabaco de Virgínia e, no retorno, a forneciam de mercadorias européias.

Bem mais importante e geral é o Ato de navegação de 1651, estabelecendo em substância: 1º que as mercadorias provenientes da Ásia, África ou América não poderiam ser transportadas para a Inglaterra senão por navios pertencente a ingleses e cuja equipagem fosse na maioria também inglesa; 2º: as mercadorias provenientes da Europa não poderiam ser transportadas para a Inglaterra ou suas dependências senão por navios ingleses ou pertencentes ao país produtor" (Henri See: "As Origens do Capitalismo Moderno", Rio, 1959, p. 136-37).

(10) Efimov, A. e Freiberg, N.: "História da Época do Capitalismo Industrial", Rio, 1945, I vol., p. 10

Em 1776 tinha quinhentos mil escravos em suas colônias da América do Norte. Em 1792 existiam mais de 132 embarcações para essa mesma finalidade. O tráfico negro viria contribuir em escala ponderável para a acumulação primitiva do capital que serviu de alicerce à sociedade atual.

Obtida a supremacia do tráfico de escravos, a Inglaterra dele se beneficiará enormemente durante dilatado período. O Porto de Liverpool nasceu de um entreposto de escravos. A África tornou-se — em consequência — um campo de pilhagens e grande parte do seu devassamento geográfico está subordinado aos interesses dos traficantes de escravos. Desde muito cedo, por isto, o Continente Negro foi vítima das nações em fase de expansão capitalista. As populações africanas passaram a ser mercadoria de exportação já que o mercado africano não existia de um lado e, ao mesmo tempo, abriam-se áreas novas de exploração que solicitavam, no trabalho das plantações, mão-de-obra barata, de vez que os exploradores locais do trabalho, embora aparentemente fossem topo-poderosos nas colônias, tinham de produzir mercadorias a preço ínfimo para suprir as solicitações das metrópoles. Para isto, necessitavam da mão-de-obra escrava. Como as principais nações haviam transformado o tráfico em empresa comercial supridora da mão-de-obra, os produtores das colônias tinham de estar subordinados, direta ou indiretamente, ao supridor de escravos.

As nações mais importantes digladiavam-se no cenário internacional. A França havia precedido a Inglaterra na política de subordinação da África. Pelo célebre Tratado de Utrecht a Inglaterra obtinha, por trinta anos (1713-1743) o contrato dos *asientos* e por ele se comprometia a introduzir na América Espanhola 4.800 escravos. O soberano da Espanha recebeu, como recompensa, da "Companhia Inglesa de Guiné", a quantia de 200.000 coroas pela transação.

Muito antes deste fato, porém, (em 1662), era fundada a "Company of Royal Adventures of England", destinada a explorar o comércio negro. O incremento à pilhagem foi de tal monta que um historiador chegou a avaliar em mais de vinte mil almas o número de escravos arrancados anualmente da África. Cresciam astronomicamente as proporções do comércio negro com a política de Carlos II.¹¹

Essa política de pilhagem por parte da Inglaterra, cedo entrará em choque com as outras nações que igualmente desejavam a posse dos mercados negreiros. A França entrará em antagonismo aberto com os ingleses e já muito antes iniciará um processo de dominação dos portos africanos objetivando a proporcionar os escravos necessários ao seu comércio. O arrendamento do *asiento* será concedido à "Companhia de Guiné" que se comprometerá a fornecer quatro mil e oitocentas "pe-

ças"¹² anualmente, durante dez anos (1702-1712). Já muito antes, porém, inúmeras outras companhias haviam sido fundadas com o fim de explorar o comércio negro. Em 1625 a "Compagnie de l'Amérique" abarrotava os portos antilhanos de escravos. Luís XIV ofereceu um prêmio de dez libras por cabeça de negro desembarcado nas ilhas da França, mais uma gratificação especial às tripulações dos navios negreiros. Em 1679 a "Companhia de África ou do Senegal" conseguirá o monopólio do tráfico. Pelo tratado firmado com o governo francês, comprometeu-se a desembarcar nos portos das Antilhas francesas 15.000 escravos em oito meses, além de fornecer o número solicitado pelo monarca para as suas galeras. Como diz Rodolfo Ghioldi "a acumulação primitiva do capitalismo fez ressurgir a escravidão na América depois de séculos extinta a escravidão antiga".¹³

O problema apontado por Ghioldi de modo genérico pode ser compreendido em termos de análise objetiva somente através de um apanhado histórico, mostrando-se as diferenças entre o surgimento da escravidão clássica, decorrência da decadência da sociedade gentílica antiga e o aparecimento da escravidão moderna que surgiu como um elemento constitutivo inicial do capitalismo. A segunda escravidão surgiu quando, em determinado momento histórico, os setores detentores do poder econômico aplicavam os seus excedentes, as suas reservas monetárias, numa empresa comercial que se expandia através do domínio de uma área — África — na qual buscava a mercadoria para venda; e da exploração de outras áreas — Brasil, Antilhas, países outros da Amé-

(12) Sobre o conceito de "peça" escreve Maurício Goulart: "Em minúcias, porém, o que era *peça de Índias*?"

O negro sadio, aparentando 30 a 35 anos, de 7 quartas de altura, até aí estão todos de acordo. De 7 quartas de vara, 1,75 mts., estatura regular de negro adulto, escreve João Lúcio de Azevedo, nas "*Épocas de Portugal Económico*". De 7 quartas, valendo a quarta cerca de 26 etc., diz Scelle, na *Truite*. Cálculo idêntico ao de Rinchon para o qual, igualmente, a medida padrão seria de 1,82 mts.

Corresponde porém a vara, medida antiga de comprimento a 5 palmos cravetos ou, em linguagem mais familiar a 110 cm. Taunay pergunta — acho que com razão — onde João Lúcio foi buscar a sua vara de 1 metro da qual sete quartas somavam 1,75? Onde a encontraram, os outros, de 104 cms.? Por outro lado, no entanto, se atribuímos à quarta 27,5 cm. teríamos desde logo 1,925 m como sendo a estatura regular do negro adulto, o que é um despropósito.

Mas, de qualquer forma, aceito um ou outro padrão, o mais alto, ou o mais baixo, é evidente que a maioria dos negros não podia satisfazer às exigências requeridas para a peça da Índia. O mais comum, ao contrário, era serem necessários um e meio, ou dois pretos, para satisfazer a peça.

Contrariando, por exemplo, com o assentista Marin, em 1693, a Companhia de Cachau e Cabo Verde, ela própria, daí a pouco, concessionária do contrato, obriga-se a fornecer anualmente 4 mil negros de diversas categorias, de maneira a completar 2.500 peças da Índia. Previsão de mais de 60% de pretos que de peças.

No ramerrão do tráfico adotara-se uma escala prática de valores: 2 negros, dos 35 aos 40 anos, valiam 1 peça, como as crianças entre 4 e 8 anos, 3 moleções, de 6 a 18 anos, 2 peças. As crianças de peito, levadas pelas mães, não entravam no cômputo.

Com o tempo, — de tal modo se comercializa esta indústria assassina, a expressão é de João Lúcio de Azevedo — a conta das importações passou a ser feita não mais por *peças da Índia*, mas por *toneladas*. (Maurício Goulart: "A Escravidão Africana no Brasil", S. Paulo, 1950 (2ª ed), pp. 102-103.

(13) Ghioldi, R. — "Gilberto Freyre, um passo atrás no Pensamento Brasileiro", in "Para Todos", n° 11 (segunda fase).

(11) Cf. Artur Ramos: "As Culturas Negras no Novo Mundo", R. de Janeiro, 1937, p. 81 ss.

rica do Sul — que consumiam a mercadoria que elas levavam: o escravo. Isto é, a escravidão moderna surgiu no momento em que o escravo não era mais um homem alienado dentro da sua própria estrutura local, mas se alienava por forças exteriores, por um conjunto exógeno de circunstâncias. Em outras palavras, a escravidão era explorada pelas metrópoles sem que, nos seus sistemas de estratificação social locais se verificasse esse tipo de trabalho.

O que se verificou foi exatamente o contrário: a existência da escravidão nas colônias proporcionou o desenvolvimento do capitalismo industrial nas metrópoles.

Podemos dizer, portanto, que, como cimento dos alicerces da sociedade capitalista, a escravidão durante um período de tempo relativamente longo, foi um dos seus elementos mais importantes.

Com a revolução burguesa da Inglaterra (1642-1653) a economia britânica sofreu uma evolução no sentido de ver substituídas as relações pré-capitalistas que ainda subsistiam em determinados setores, especialmente no setor fundiário, por outras que representavam a estratificação do capitalismo industrial. Inicialmente teve necessidade do tráfico de escravos para que o capitalismo se consolidasse. Mas, a continuação prolongada da escravidão, quando o capitalismo industrial já se havia consolidado em toda a sua plenitude, cedo se transformou em entrave ao desenvolvimento da economia inglesa. A África não era apenas uma região onde se preava o negro. Era para a "altiva Albion" um mercado em potencial para as suas manufaturas. Lança-se, então, a Inglaterra — depois de ter sido a campeã do tráfico durante anos — na campanha por todos conhecida de extinguir o tráfico negreiro e a escravidão. Os países que continuam realizando essa espécie de comércio sofrerão imediatamente e de maneira frontal as consequências da mudança de atitude da Inglaterra frente ao problema da escravidão. Afirma, por isto, um *scholar* brasileiro: "O todo-poderoso Gladstone ameaçava o Brasil ao cumprimento dos tratados a *ponta de espada e pela guerra até o extermínio*." E pode-se acreditar que isto significaria alguma coisa mais que simples figura de retórica...

O governo brasileiro, vendo a ineficácia dos seus platônicos protestos, apoiados embora nos mais "sólidos princípios dos direitos das gentes", como eruditamente proclamava nas suas notas a chancelaria do Império, mas que não traziam a sanção dos canhões e das baionetas, teve afinal de ceder.

A lei promulgada em 4 de setembro de 1850 seguida de outras providências e da enérgica atitude do Ministro Eusébio de Queirós, extinguiu por completo, em menos de dois anos, o tráfico africano. Efetuaram-se depois de 1852 apenas dois desembarques, sendo contudo apreendidos os negros contrabandeados. Estavam plenamente satisfeitas, as exigências da Inglaterra... ^{13-A}

(13-A) Prado Júnior, Caio — "Evolução Política do Brasil e Outros Ensaios", São Paulo, 1957, p. 85.

Objetivando executar essa política ditada pelos seus interesses econômicos, a Inglaterra tomará atitudes que muitas vezes parecerão contraditórias mas que, no seu conteúdo mais profundo, refletem o desejo de desenvolver suas indústrias, seu comércio, finalmente defender aquilo que exprime o capitalismo — o lucro. No caso específico da escravidão podemos citar o exemplo da posição assumida pela diplomacia inglesa frente ao regime servil em nosso país e nos Estados Unidos. Enquanto combatia o tráfico e a escravidão no Brasil, a Inglaterra apoiava os Confederados na guerra civil norte-americana.

A Inglaterra necessitava do algodão produzido no Sul dos Estados Unidos para alimentar a sua indústria têxtil, uma vez que, com a aplicação do algodão nesse setor em substituição à lã, os industriais ingleses tiveram de depender dos mercados produtores do "ouro branco". Mais de quatro milhões de pessoas viviam, direta ou indiretamente, dessa indústria. Os Estados Unidos tinham o monopólio do algodão, fato que já provocara uma luta sub-reptícia entre as duas nações. Em 1850 a Inglaterra tentou comprar algodão de fontes asiáticas, sem êxito. Exatamente no ano em que conseguia com a Lei Eusébio de Queirós a extinção do tráfico no Brasil...

Na guerra civil estadunidense o bloqueio por parte das forças da União dos portos dos Confederados ameaçava seriamente o abastecimento das fábricas inglesas. A crise já se fazia sentir nas Ilhas Britânicas e algumas fábricas da região de Lancashire passaram a trabalhar apenas três dias na semana. Nessa conjuntura os ingleses tinham de apoiar os escravistas do Sul.¹⁴

A extinção total e efetiva do tráfico no Brasil — verificada a partir de 1850 com a Lei Eusébio de Queirós — além das consequências econômicas que veremos mais adiante — contribuiu para um afluxo demográfico, desta vez despovoando as Províncias do Norte em face da necessidade de braços para a lavoura cafeeira, como antes — embora por outros motivos e em condições diversas — idêntico movimento se tenha verificado para o centro da Colônia.

As Províncias do Norte, decadentes, foram sendo despovoadas parcialmente do braço escravo e viram-se na contingência de substituí-los pelo trabalho livre. As fazendas de café de São Paulo e do Estado do Rio escancaravam as bocas ávidas de material humano. Tavares Bastos analisava no seu tempo a questão: mostrava que o comércio interior de escravos seguia a direção Norte-Sul e, de janeiro de 1850 a abril de 1862 — durante os doze anos, portanto, que se seguiram à extinção do tráfico — havia alcançado a cifra de 37.408. Analisando a questão destacava o fato de "já estarem em Pernambuco, no Rio Grande do Norte e Paraíba, os homens livres admitidos por salário ao trabalho dos próprios engenhos e plantações de açúcar."¹⁵

(14) Marx, K. e Engels, F.: — "La Guerra Civil en los Estados Unidos". B. Aires, s/d., p. 110.

(15) Tavares Bastos, A. C. — "Cartas do Solitário", S. Paulo, 1938, p. 460.

O mesmo fenômeno registrava Tavares Bastos em relação à lavoura do café no Ceará. Em outro local, ainda afirmava, analisando o mesmo problema o autor das "Cartas do Solitário", que o Amazonas, "onde o índio é o trabalhador do campo, o barqueiro e o criado, apenas possui 851 escravos sobre uma população de 39.408 almas".⁽¹⁶⁾ No Ceará, acrescentava, "a população é de um escravo para 14 homens livres". Em seguida apontava as Províncias do Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas onde o trabalho escravo já não era preponderante na agricultura.

O latifúndio escravista do Nordeste e do Norte entrava em decadência e surgia em linha ascendente na economia nacional — o café. E a fazenda de café tinha outras características que não se coadunavam com a manutenção do trabalho escravo.

A extinção do tráfico negreiro, de um lado, criou condições propícias para que os coronéis decadentes, para quem o escravo já era um ônus mais do que fonte de receita, pudessem vendê-lo às áreas do café; de outro lado, permitiu uma fase de especulação em larga escala com movimentos de capitais que eram anteriormente aplicados pelos traficantes do comércio de carne humana e foram transferidos para outros ramos da economia nacional. Inúmeras sociedades anônimas foram criadas. Em 1851 funda-se o segundo Banco do Brasil. A primeira linha telegráfica é inaugurada em 1852 e um ano após, funda-se o Banco Rural Hipotecário, que chegou a distribuir dividendos superiores aos do Banco do Brasil. Em 1854 inaugura-se a primeira linha de estrada de ferro ligando o porto de Mauá à estação de Fragozo (14 quilômetros). Um ano mais tarde teremos outra estrada de ferro funcionando: a que ligará o Rio de Janeiro a São Paulo. De 1850 a 1860, escreve um economista — se concederam 71 privilégios industriais, para a incorporação de 14 bancos de depósitos e descontos e alguns de emissão; criaram-se 3 caixas econômicas, organizaram-se 20 companhias de navegação a vapor, 23 companhias de seguros, 4 de colonização, 8 de estradas de ferro, 2 de rodagem, 4 de carris urbanos com tração animal, 8 de mineração, 3 de transportes e 2 de gás.¹⁷ As primeiras linhas de navegação transoceânicas também datam dessa época. Para a realização de muitos desses empreendimentos — e não incluímos neles os que podem ser facilmente identificáveis como sendo de capitais alienígenas — contribuiu o capital dos antigos traficantes que, como disse Mauá ao explicar as ori-

gens do segundo Banco do Brasil, "se viram repentinamente deslocados do seu ilícito comércio."^{17A}

Viria, por outro lado, a extinção do tráfico incrementar a imigração de colonos europeus. Foram criadas 4 companhias de colonização, como vimos — datando mais ou menos dessa época o estabelecimento de uma corrente migratória contínua e estável no país.

Antes disto, porém, já como sintoma de decomposição da escravidão, as colônias de estrangeiros eram instaladas em alguns pontos do território nacional. Devemos salientar, contudo, que as primeiras tentativas de associar o trabalho escravo e o livre fracassaram. As colônias, por isto, na sua grande maioria estiolaram-se de maneira lamentável. O fato aliás era notado por viajantes que nos visitavam na época, como Burton, que aqui esteve em 1868 e assim se expressou sobre o assunto: "todos estão prevenidos do fato que a imigração e a escravidão dificilmente podem coexistir".¹⁸

De fato Burton tinha carradas de razão. As tentativas feitas em algumas fazendas de café de São Paulo não lograram êxito. Aumentava,

(17A) Mauá escreve textualmente: "Acompanhei com vivo interesse a solução desse grave problema; compreendi que o contrabando não podia reerguer-se desde que a vontade nacional estava ao lado do Ministério que decretava a suspensão do tráfico. Reunir os capitais que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio e fazê-los convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país, foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter certeza de que aquele fato era irrevogável (...). Consegui formar uma diretoria composta dos melhores nomes da praça, como é sabido, diretoria que com pequena alteração me acompanhou durante a vida curta do primitivo Banco do Brasil" (Visconde de Mauá: "Autobiografia" com prefácio e anotações de Cláudio Ganns, R. de Janeiro, 1942, pp. 126-27).

(18) Burton, R. F.: "Viagens aos Planaltos do Brasil" (1868), S. Paulo, Tomo I, p. 432. Zaluar também afirma, em seu livro de viagem que, em município paulista encontrou um representante dos mais conhecidos da lavoura que com ele discutiu os meios de "suprir de braços livres os trabalhos da lavoura, tornando os escravos homens morigerados". Cf.: E. Zaluar: "Peregrinação pela Província de S. Paulo", S. Paulo, 1945, p. 12 — Tavares Bastos discutiu também o assunto escrevendo: "Em vez de promover reformas indicadas recentemente lembra-se um ministro de renovar a importação de cookies. Fornecer braços à lavoura é o pretexto com que se invoca a intervenção do governo para tal fim. Condenamos, vivamente condenamos, este desvio da opinião mal esclarecida: não é essa a imigração de que carecemos. Estéril para o aumento da população, dispendiosa, bárbara como o próprio tráfico de negros, ela é acompanhada de um triste cortejo de imoralidades. As colônias francesas, espanholas e inglesas têm de sobra expiado o erro de importarem índios e chins; não nos aproveitaremos a sua longa experiência? A indignação do mundo persegue este novo tráfico: haveremos de afrontá-la? Demais, se vamos emancipar o escravo cumprindo um dever de humanidade, como é que operamos ao trabalhador liberto, o trabalhador asiático concorrente insuperável pela modalidade de salário? E quem paga as despesas dessa importação hostil ao liberto? O povo inteiro e, portanto, o próprio liberto prejudicado. Isto é injusto e impolítico: é injusto aumentar com índios e chins a oferta do trabalho, abaixo do salário ao extremo limite; é impolítico criar e dirigir contra o negro indígena, contra o nacional, concorrência formidável do asiático. Não substituiremos a escravidão pelo dissimulado trabalho servil dos chins embrutecidos ou de negros reduzidos à miséria. Formação da pequena propriedade, independência industrial do povo, independência do sufrágio tudo isso virá somente do verdadeiro trabalho livre remunerado por seu justo valor". (A. C. Tavares Bastos: "A Província", Rio de Janeiro, 1937 pp. 273-74).

(16) Tavares Bastos, A. C. — "Jornal do Comércio", n° 239, de 1865, apud Perdigão Malheiro: "A Escravidão no Brasil", S. Paulo, 1944, 2° vol., pp. 356 ss.

(17) Holanda, S. B.: — "Raízes do Brasil", R. de Janeiro, 1948, p. 190 ss.

Inúmeros outros fatos importantes poderiam ser aduzidos aos mencionados por Sérgio Buarque de Holanda. O impulso da economia nacional poderá ser verificado através do seguinte: "De 1850 a 1860 se concederam 71 privilégios industriais, para a incorporação de 14 bancos de depósitos e descontos e alguns de emissão; criaram-se 3 caixas econômicas, organizaram-se 20 companhias de navegação a vapor, 23 companhias de seguros, 4 de colonização, 8 de estradas de ferro, 2 de rodagem, 4 de carris urbanos com tração animal, 8 de mineração, 3 de transportes e 2 de gás." (Cf. Castro Carreira: "História Financeira", citado por Gilberto Amado: "A Margem da História da República", Rio de Janeiro, 1924, pp. 59-60).

por outro lado, enormemente, o número de imigrantes que para cá vinham após a abolição, não como membros de colônias, mas como imigrantes que tinham a sua viagem financiada, vendiam antecipadamente a sua força de trabalho e eram engajados no processo produtivo como trabalhadores livres. De 54.990 em 1887 passou a ser 160.000 em 1889. Antes da abolição com a extinção do tráfico negreiro, houve quem pensasse em importar *coolies* chineses para trabalhar na nossa agricultura.

Alguns chegaram a vir para o Brasil, não se adaptando, porém, ao sistema de trabalho vigorante. Teófilo Ottoni chegou a levar muitos chineses para trabalharem na construção de estradas, mas depois de terem sido importados pelo Ministro do Interior em 1855, ficaram morrendo à míngua. Teófilo Ottoni empregou-os naquele mister, no que foi infeliz pois "os tratavam dum modo por demais duro", conta uma testemunha de vista.⁽¹⁸⁾

Vejamos, agora, o ritmo em que surgiram as colônias de imigrantes: em 1812 (antes, portanto, da Independência) é fundada uma em Espírito Santo. Outra — a chamada D. Leopoldina — é instalada, em 1817, no Sul da Bahia. Seguem-se inúmeras outras; Nova Friburgo, em 1819. Forquilha e Torres, no Rio Grande do Sul, já após a independência, em 1826; São Leopoldo, na mesma Província, em 1824.

Em Santa Catarina a primeira tentativa de estabelecimento de imigrantes dá-se no ano de 1827.⁽¹⁹⁾ Todas porém tinham um caráter mais

(18A) "Para iniciar nova era no desenvolvimento do Brasil, o Ministro do Interior, em 1855, anunciara a importação de chineses e, de fato, logo depois entraram algumas centenas de projetistas de rabicho no Celeste Império no Império de S. Cruz. Mas ninguém sabia o que fazer com eles e os pobres-diabos não tardaram a verem-se numa situação premente (...) Teófilo Ottoni lembrou-se então de levar o maior número possível desses homens para o Mucuri, tomou a seu cargo grande número deles e empregou-os na construção de estrada. Mas deram-se muito mal revoltaram-se uma vez, porque os tratavam de um modo por demais duro.

— Que fazem esses chineses hoje — perguntou o Dr. Ernesto ao português. E ele respondeu com toda franqueza, que só trabalhavam bem, quando os soavam bastante; bonita *conditio sine qua non* para o desenvolvimento da Empresa Mucuri.

Prosseguimos a viagem e, depois de uma hora, deparamos longa fila de chineses, guiados por um feltro mudo de um cacete, que, depois do descanso do meio-dia, iam continuar o trabalho iniciado pelos negros (...) Podiam ser 50 a 60 chineses, na maioria moços, fortes, de menos de 30 anos e bem parecidos. Todos vestiam apenas as calças curtas chinesas e muitos quase nem estas, de maneira que mostravam bem os corpos musculosos, deixando adivinhar uma raça de homens fortes. Causava admiração a cor escura da maior parte deles, tão escura que podiam tomar-se por mulatos escuros ou mesmo por negros pardo-escuros, excetuando, naturalmente, a cabeça (...). Quase impossível ver algo mais miserável do que esse acampamento dos chineses. Certo número de tendas estragadas pela exposição ao tempo, armadas em dois grupos, permeáveis ao sol e à chuva, servindo igualmente para sãos e doentes, um espetáculo revoltante, repugnante, que a mais calejada desumanidade ausaria não produziu a menor impressão na fisionomia do feitor." (Robert Avé Lallemant: "Viagem pelo Norte do Brasil" (no ano de 1859), R. de Janeiro, 2 vols. 1.º vol., pp. 184, 185, 186).

(19) Ainda sobre a imigração como tentativa de substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra livre, devemos nos referir às experiências feitas pelo Senador Vergueiro na sua Colônia de Ibicaba e às de outros fazendeiros paulistas. No particular um documento indispensável ao conhecimento do assunto é o livro de Thomas Davatz "Memórias de um Colono no Brasil" (Trad. de Sérgio Buarque de Holanda).

experimental do que mesmo de participação direta na produção econômica global, vindo efetivamente o imigrante entrar como injeção ponderável na vida econômica após a abolição do tráfico, na área de produção cafeeira.

As consequências diretas na economia trazidas com a extinção do desembarque de africanos não serão tão profundas como à primeira vista poderão parecer. Houve mesmo na agricultura como no setor do comércio e das finanças um equilíbrio que não se esperava. Perdigão Malheiro mostra como o café, já principal gênero de exportação — o açúcar, o algodão, o fumo, a goma-elástica, a erva-mate e o cacau mantiveram-se em nível ascendente de produção, tendo oscilado apenas a de couro e diminuído a de aguardente, por haver desaparecido um dos principais mercados consumidores do produto, que era a África.

A extinção do tráfico foi uma etapa na marcha da Abolição. Extinto o comércio negreiro — e esse fato todos já previam — a abolição tornou-se uma simples questão de tempo e oportunidade. O movimento abolicionista passou para a ordem do dia até 1888, quando será definitivamente derogada a escravidão entre nós. Inicia-se, com a extinção do tráfico, uma nova etapa na luta sustentada pelos abolicionistas em várias frentes, tendo de enfrentar ainda um período de árduas lutas.

A extinção do tráfico garroteou as forças escravocratas, cortando-lhes as raízes econômicas, deixando-as sem possibilidade de prolongar por muitas gerações a escravidão. Isto é, sem o tráfico negreiro, a escravidão não podia sobreviver por muito tempo, porque sem as levadas de escravos que vinham substituir aqueles que morriam ou servir à solicitação de novas áreas de atividades, cedo haveria o encarecimento proibitivo do escravo. Fato que logo se verificaria.

S. Paulo, s/d, onde as relações de trabalho estabelecidas no chamado "sistema de parceria" são analisadas com cuidado e penetração. A obra traz, ainda, em apêndice, vários documentos importantes para a compreensão do problema. Aliás, o livro de Davatz não somente neste particular é interessante, mas também como depoimento que reflete a situação do país na época, a decomposição da escravidão e as tentativas de coexistência do trabalho livre e escravo. As limitações do chamado "sistema de parceria" e suas insuficiências são também focalizadas num enquadramento realista e algumas vezes surpreendente. O autor, por sinal, foi mestre-escola no estabelecimento do Senador Vergueiro e liderou uma revolta de colonos contra a situação em que se encontravam, movimento que despertou grande alarma na época. A experiência foi analisada, ainda, em números sucessivos da revista "O Auxiliar da Indústria Nacional". Nessa publicação escrevia entre outras coisas o Sr. Carlos Perral Gentil que "os proprietários etc., etc., habituados a só verem empregar-se braços escravos nos trabalhos agrícolas, consideravam os brancos, cultivadores pessoais, como uma raça que apenas a cor diferenciava daquela: e baseando seu raciocínio neste princípio errôneo, não tinham para os colonos nem tratamento consentâneo com os costumes europeus, nem mesmo opinião favorável em razão do valor e consideração que em toda a parte merece o homem laborioso" (Nº 9, março de 1852, p. 330). A mesma publicação insere em outros números artigos focalizando o problema. Há um trabalho assinado por F. L. C. Burlamaqui sobre "Trabalho Livre", onde o autor mostra a necessidade da substituição da escravidão, não baseado em considerações filantrópicas, mas à base de uma análise em que mostra a maior rentabilidade da mão-de-obra livre. (Nº 1, pp. 6 ss.). Nos diversos números do "Auxiliar da Indústria Nacional" encontram-se trabalhos abordando o problema da colonização, fato que demonstra o interesse que o assunto vinha despertando na época, em consequência das próprias necessidades da agricultura.

Desde o seu início o movimento abolicionista trazia no seu bôjo, de modo geral, duas alas: de um lado militavam aqueles que pertenciam à ala moderada do movimento, chefiada por Joaquim Nabuco; do outro, estavam os mais radicais, como Silva Jardim, Luís Gama, Antônio Bento, Raul Pompéia e inúmeros mais. ^(19A)

Luís Gama chegou mesmo a travar luta dentro do Partido Republicano Paulista em face da oposição da agremiação a que pertencia frente ao problema. Não foi outra, aliás, a posição de Silva Jardim que, em documento publicado no ano de 1889, fez vigorosa análise da situação em que se encontrava o Partido Republicano, situação que, às vésperas da República, refletia todo um processo anterior de manobras oportunistas e acomodaticias. ⁽²⁰⁾

A primeira ala dos abolicionistas tinha como método de reivindicação não a organização dos escravos, mas o trabalho de mostrar às classes dominantes do Império os prejuízos morais da escravidão. Diziam que somente com a persuasão, através do choque de idéias e da racionalização da opinião pública, era possível fazer triunfar o abolicionismo. Esta camada, ou melhor, esta ala era a que incorporava no seu bojo os elementos legais da campanha, aqueles que pugnavam por uma simples modificação jurídica, sem atentarem na vinculação social profunda do movimento. Joaquim Nabuco, que liderou a corrente moderada, afirma em um dos seus livros mais conhecidos e onde conta a história do movimento: "A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma cobardia, inepta e criminosa, e além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição ou ao crime homens sem defesa e que a Lei de Linch, ou a justiça pública imediatamente haveria de esmagar". Mais adiante esclarece as razões de sua atitude: "Suicídio político porque a nação inteira vendo uma classe, e essa a mais influente e poderosa do Estado, exposta à vingança bárbara e selvagem de uma população mantida até hoje ao nível dos animais cujas paixões, quebrando o freio do medo, não conheceriam limites no modo de satisfazer-se, pensaria que a necessidade urgente era salvar a sociedade a todo custo por um exemplo tremendo e este seria o sinal de morte do abolicionismo". ^(20A)

Isto é, Nabuco desejava, no processo das lutas pela abolição, excluir o escravo, exatamente aquele que representava um dos pólos da contra-

(19A) A divisão que fazemos do movimento abolicionista em duas alas fundamentais não significa que desconhecamos ou não levemos em conta as várias gradações ideológicas de que se revestiu, ou queiramos impermeabilizá-las de quaisquer inter-relações. Por questões metodológicas, simplificamos o processo, sem, no entanto, nos esquecermos de que essa divisão significa apenas um corte à distância de um problema histórico muito mais complexo. Como, no entanto, neste capítulo, desejamos apenas fazer um apanhado sintético dos acontecimentos que vão do início da escravidão à abolição, terminando com um resumo da evolução ideológica do abolicionismo, achamos que a divisão se justifica porque, de qualquer maneira, eram as alas que, desbastadas as arestas dos detalhes, imprimiam dinamismo às idéias que se formavam contra o trabalho servil.

(20) Cf. Vinhas de Queirós, M.: "Uma Garganta e Alguns Niquels", R. de Janeiro, 1947.

(20A) Nabuco, J.: "O Abolicionismo", R. de Janeiro — S. Paulo, 1938, p. 25.

dição fundamental da sociedade brasileira da época. Toda a sua atitude confirmará este pensamento expresso em 1888.

A outra ala abolicionista — que poderemos chamar de radical — dirigia por sua vez as vistas e atividades cotidianas mais para os próprios escravos do que para os entevos jurídicos, organizando-os para que lutassem com as próprias forças contra o cativo. Luís Gama será o mais notável dos seus líderes. Sendo ex-escravo e tendo experimentado essa situação, tornou-se o porta-voz de centenas de escravos que, de várias formas, através das fugas, da compra de alforria etc. não se conformavam com o *status* a que estavam submetidos. Embora não querendo diminuir o papel de Joaquim Nabuco — certamente uma das figuras mais ativas e respeitáveis do movimento — desejamos dizer, no entanto, que enquanto ele tomava posição tímida e de uma prudência que hoje a História não justifica, combatendo a "vingança bárbara e selvagem" dos escravos, Luís Gama tomava posição diametralmente oposta. Dizia, em pleno tribunal que o acusava de acoitar negros fugidos, que o escravo ofendido no seu direito, que assassinava o seu senhor, praticava um ato de legítima defesa. ⁽²¹⁾ Posição que reflete de maneira lapidar a forma de ação de duas alas do abolicionismo. Silva Jardim foi outro político atacado pelas suas posições "muito radicais". O conhecido tribuno visitava, em companhia de outros abolicionistas, os quilombos que existiam na periferia de Santos, é o que afirma Maurício Vinhas de Queirós, um dos seus biógrafos. ⁽²²⁾

Contra a idéia abolicionista, porém, levanta-se a opinião conservadora que expressa os interesses dos grandes fazendeiros latifundiários do Nordeste e donos de fazendas de café em São Paulo — postados nos seus pontos de vista de classe. Qualquer tentativa de reforma, mesmo de uma timidez que hoje nos faz rir, era recebida no Parlamento com violentos ataques da maioria escravista. Inúmeros projetos não foram objeto de discussão. A Lei do Ventre Livre (1871) encontrou no Parlamento a oposição mais cerrada. O Gabinete Rio Branco era acusado de "Governo comunista, governo de morticínio e de roubo". Segundo Rui Barbosa, certo deputado dissera então que o Gabinete Rio Branco havia desfraldado as velas por "um oceano onde voga também, o navio pirata denominado "A Internacional"... ⁽²³⁾ Mesmo depois da Abolição, os con-

21) Cena que Sud Menucci dá como desenvolvida no Juri da cidade de Araraquara. Cf. "O Precursor do Abolicionismo no Brasil", R. de Janeiro, 1938 e "Retrato do Poeta Luís Gama", Clóvis Moura, in "Fundamentos", n.º 41, 1956, p. 7 ss. — Raul Pompéia escrevia, também, em artigo de jornal: "A humanidade só tem a felicitarse, quando um pensamento de revolta passa pelo cérebro oprimido dos rebanhos operários das fazendas. A idéia da insurreição indica que a natureza humana ainda vive. Todas as violências em prol da liberdade — violentamente acabrunhada devem ser saudadas como vinditas santas. A maior tristeza dos abolicionistas é que estas violências não sejam frequentes e a conflagração não seja geral". Enéias Galvão, Alberto Torres, Raimundo Correia e Augusto de Lima declararam-se de acordo com os termos do artigo do romancista de "O Ateneu".

(22) Vinhas de Queirós, M.: *op. cit.*, p. 108.

(23) Pereira, A.: "Interpretações", R. de Janeiro, 1944, nota à página 201. Ainda segundo Astrojildo Pereira no voto de Sousa Carneiro ao projeto de 15 de Julho lê-se que o mesmo não passava de "pretexto para a agitação, revolução e

versas Províncias. Em 1883 funda-se a "Confederação Abolicionista" que dirigirá o movimento em todo o território nacional.²⁶

No Ceará houve greve histórica dos jangadeiros contra o embarque de escravos, liderada pelo prático-mor de Fortaleza, Francisco José do Nascimento, cognominado "O Dragão do Mar". Francisco José do Nascimento foi trazido depois para o Rio de Janeiro onde provocou incidente entre elementos escravistas e antiescravistas do Exército.

Por outro lado, o incremento das atividades industriais nas últimas décadas que precedem à Abolição iria formar uma classe operária que, embora pequena, tomou imediatamente posição contra o escravismo.²⁷

Os tipógrafos de Fortaleza negaram-se a executar qualquer impresso que defendesse a escravidão. A Imperial Associação Tipográfica Fluminense, ao ter conhecimento de que entre os seus associados havia um escravo, designou uma comissão para libertá-lo. E Luís Gama, no Centro Operário Italiano, em São Paulo, pronunciou muitas conferências abolicionistas. Inúmeras outras manifestações operárias contra o escravismo podem ser citadas. Antônio Bento, ao organizar a ordem dos "Caifazes", destinada a dar fuga aos escravos, conseguiu criar uma verdadeira rede, ligando-se aos ferroviários de São Paulo. "Não havia trem de passageiro — afirma um historiador — no qual um negro fujão não encontrasse meios de esconder-se, como não havia estação onde diretamente alguém o não recebesse e orientasse".²⁸

Numa situação como a que apresentamos, o trabalho escravo estava em decomposição; os escravos na sua maioria já estavam convencidos de sua situação de explorados e, em maior ou menor grau, desobedeciam às ordens dos seus senhores formando quistos que não era mais circunscritos aos quilombos mas se manifestavam dentro das próprias senzalas. Mesmo dentro do baixo nível de produtividade médio, a faina dos escravos não tinha mais aquela rentabilidade dos primeiros tempos, já pela

tomada de consciência dos mesmos da sua situação de oprimidos, o que os levava a posição de revolta e oposição aos senhores, já por questões econômicas que escapavam ao seu controle e conhecimento, bem como dos senhores de engenho e fazendas. Assim, famílias inteiras, ante a desagregação das relações institucionais que garantiam os graus de hierarquia no campo, não mais podendo estabelecer aquele sistema de barganha social que era inerente à sociedade escravista e sem o qual as relações senhor-escravo entravam em processo de deterioração, retiravam-se para as cidades, vão compor o setor populacional urbano, com receio das fugas, das revoltas e de outras formas de reação do elemento escravo. Um autor insuspeito no particular, como Oliveira Viana, pinta desta maneira o quadro da época que antecede ao abolicionismo: "Os escravos se levantavam, e passavam a desconhecer a autoridade dos senhores. Desertavam das senzalas; partiam em massa; cerca de dez mil desceram as encostas de Cubatão para o asilo de Santos. Outros fizeram-se conspiradores em conjurações perigosas. Outros, rebelando-se, assassinavam os senhores". Era portanto o fim de um sistema de trabalho que não mais correspondia às exigências do dinamismo da sociedade brasileira.

O trabalho escravo cai ainda mais de rendimento. E note-se: a sua média de rentabilidade já era uma das mais baixas do mundo em consequência do desinteresse pelo produto do seu trabalho e da rudimentaridade dos meios de produção empregados, já que o escravo era, para os produtores da época, um animal de carga como outro qualquer. A lavoura arruinava-se, especialmente no Leste e Nordeste onde a escravaria já era um peso morto em uma economia não apenas em decadência, mas em franco processo de decomposição. Os escravos fluminenses incendiavam canaviais e fugiam.

Nestas circunstâncias, o povo — já bastante trabalhado pelas idéias abolicionistas — acoitava os escravos contra perseguições de senhores e autoridades; as leis contra esses atos, por seu turno, não eram aplicadas. Juizes recusavam-se a aplicar a pena de açoite no fim do período em que perdurou essa forma de castigo. Autoridades negavam-se muitas vezes, a receber nas cadeias escravos fugitivos, tendo o Clube Militar, que no momento contava com elementos democráticos na sua diretoria, respondido ao Trono em 25 de outubro de 1887 salientando a repugnância de grande número de seus associados em servir de capitão-do-mato.

Dentro desse conjunto de razões havia outras também importantes impulsionando a marcha do abolicionismo: era, como já dissemos, a pouca rentabilidade do trabalho escravo frente ao salarizado. Em alguns ramos da produção nacional o trabalho servil já havia sido abolido parcial ou inteiramente. Especialmente na indústria têxtil recém-nascida. E outra: o escravo quase não consumia. A burguesia nascente e os industriais ingleses que dominavam o mercado interno brasileiro, cada um por motivos diferentes, ou melhor, antagônicos, tinham interesse, naquela época, em ampliar esse mercado para que fosse proporcionada a absorção dos seus produtos. A economia baseada na escravidão não acajava com essa perspectiva. Por outro lado, em consequência da decadência do Nordeste, debatia-se a agricultura daquela área — até então

(26) Compunha sua comissão os seguintes abolicionistas: João Clapp, André Rebouças, Bittencourt Sampaio, João Paulo Gomes de Matos, Júlio de Lemos, Alberto Vitor, Tenente do Exército Manuel Joaquim Ferreira, Eduardo Nogueira, Dr. Pau Brasil, José dos Santos Oliveira, Jarbas S. das Chagas e Domingos Gomes dos Santos. O Conselho Deliberativo era formado por Aristides Lobo, Frederico Júnior, João Augusto do Pinho Batista, Evaristo Rodrigues da Costa, Luís Pires, João Ferreira Serpa Júnior, Procópio Russel, Dr. Leonel Jaguaribe, Adolfo Ebstein Júnior, Capitão Emiliano Rosa de Sena, Abel Trindade, Tenente do Exército Nabuco de Araújo, José de Arimatéa e Silva, Luís Rodrigues da Silva, Eugênio Bittencourt, Antônio S. Brasil, José Maria da Costa, J. Campos Porto, José Maria Barreiro, José do Patrocínio, Dr. José dos Santos e Miguel Dias.

(27) Sobre as primeiras manifestações da classe operária ver: Astrojildo Pereira: "Lutas Operárias que Antecederam a Fundação do Partido Comunista do Brasil" in "Problemas", n.º 39, março-abril de 1952 — Everaldo Dias "Lutas Operárias no Estado de S. Paulo" in "Revista Brasileira" e "História das Lutas Sociais no Brasil" (S. Paulo, 1962) — H. Linhares: "As Greves Operárias no Brasil Durante o Primeiro Quartel do Século XX", in "Estudos Sociais", junho-agosto, 1958 — Vamireh Chacon: "História das Idéias Socialistas no Brasil", Rio, 1965 — Jover Telles: "O Movimento Sindical no Brasil", Rio, 1962.

(28) Maria dos Santos, J.: "Os Republicanos Paulistas e a Abolição", S. Paulo, 1942, p. 179.

a mais importante do país — em profunda crise, agravada com a extinção do tráfico, crise que era profligada por Perdigão Malheiro, na Câmara, quando afirmava: "as dívidas ficavam e com elas os terrenos hipotecados aos especuladores que compravam os africanos aos traficantes para revendê-los aos lavradores. Assim a nossa propriedade territorial ia passando das mãos dos agricultores para os especuladores e traficantes". Por outro lado a média de vida do escravo era muito exígua: sete anos segundo Simonsen e dez segundo documentos da época.^{28-A} Tudo contribuía, como vemos, para que o trabalho escravo fosse, na fase em que se encontrava a economia do país, um sistema obsoleto para a época.

Como agravante da crise que já tinha as suas causas intrínsecas, fatores internacionais entravam em jogo e contribuíam para que a produção do açúcar entrasse em decadência: o trabalho escravo, rotineiro, de fraco rendimento e técnica rudimentar, não estava em condições de produzir esse artigo em nível de preço e qualidade que pudessem competir com o Havai, Antilhas, etc., que o produziam por métodos mais racionais, usando o trabalho livre em suas plantações. Além disso, a produção do açúcar de beterraba, que entrava na balança comercial da Europa, influiu ainda mais para a decadência de nossa produção açucareira. O café, que já era nosso principal produto de exportação, passará a ser o eixo em torno do qual girará a economia nacional.²⁹

A escravidão decompunha-se. Entraves externos e internos levariam o trabalho escravo ao impasse cuja solução foi a Abolição. Nos anos que precederam ao 13 de Maio, o número de escravos e sua proporção dentro do conjunto da população do país diminuíra consideravelmente. Vejamos:

Anos	População	População escrava	% da população escrava sobre o total
1850	5.520.000	2.500.000	31
1852	8.429.672	1.510.000	15
1887	13.278.616	723.419	5

28.A) Simonsen, Roberto C. — "História Económica do Brasil", S. Paulo, 1937, tomo I, p. 202.

(29) Comentando a decadência da produção açucareira, Luís Amara escreve: "Os engenhos centrais só podiam visar os mercados externos, visto como os internos se contentavam com a produção dos banguês e, sobretudo, iam se arranjando com a rapadura, que cada região agrícola produz para o próprio consumo, só se apelando para o açúcar no tempo dos remédios; mas, sendo exigentes os mercados externos e não sendo da melhor qualidade nossa produção, começou a crescer no exterior a indústria de sucedâneos, e a cair nossa exportação paralelamente ao aumento da produção." (Luís Amara: — "História Geral da Agricultura Brasileira", 2º tomo, S. Paulo, 1940, p. 79).

Devemos ponderar, porém, que entre os *livres* havia milhares de pessoas que viviam praticamente em condições de escravos. Os *libertos* não eram outra coisa senão escravos disfarçados.^{29-A} Mesmo assim, não se pode negar a queda vertical da população escrava no conjunto da sociedade brasileira. Nas cinco principais Províncias do país, em 1882, (São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro) segundo depoimento de Joaquim de Godoy, citado por Jovelino M. de Camargo Jr. era essa a população:

(29.A) "O Africano livre, entregue ao serviço de particulares ou de estabelecimentos públicos, não passa de um verdadeiro escravo; os que desfrutavam seus serviços não caem na asneira de facilitar-lhe a emancipação, e, como escravo que é de fato, não pode adquirir meios pecuniários com que pague a advogados e procuradores para tratarem de sua emancipação.

Segue-se, portanto, que estes infelizes devem resignar-se com a falha da lei, ou esperar que o acaso lhes depare um protetor desinteressado e que, revestido da mais evangélica paciência, se prepare a sofrer e acompanhar todas as seguintes provas desta nova inquisição moral:

1º) — Pedir ao escrivão dos africanos a certidão demonstrativa de que é passado o lapso de tempo.

2º) — Requerer ao governo imperial por intermédio da secretaria da justiça.

3º) — O ministro da justiça manda ouvir o juiz de órfãos.

4º) — O juiz de órfãos informa e faz volver a petição ao ministro.

5º) — O ministro manda ouvir o chefe de polícia.

6º) — O chefe de polícia manda ouvir o curador geral.

7º) — O curador geral dá a sua informação e faz voltar a petição ao chefe de polícia;

8º) — O chefe de polícia manda ouvir o administrador da casa de correção;

9º) — O administrador da casa de correção informa e faz voltar à secretaria da justiça.

10º) — O chefe de polícia informa e faz voltar à secretaria da justiça.

11º) — A secretaria faz uma resenha de todas as informações para o ministro despachar.

12º) — O ministro despacha afinal, mandando passar a carta de liberdade.

Este afinal quer dizer:

13º) — Volta a petição ao juiz de órfãos.

14º) — E expede-se um aviso ao chefe de polícia.

15º) — O juiz de órfãos remete a petição ao escrivão e faz passar a carta, que este demora em seu poder até que a parte vá pagar os emolumentos.

16º) — Remete-se a carta ao chefe de polícia.

17º) — O chefe de polícia officia ao administrador da casa de correção mandando vir o africano.

18º) — O administrador manda-o, e o chefe de polícia designa o termo ou município em que há-de residir.

19º) — O chefe de polícia da corte officia ao da provincia, a que pertence o termo designado, e remete-lhe o africano acompanhado de carta.

20º) — O chefe de polícia da provincia officia, remetendo o infeliz e a sua carta à autoridade policial do lugar para onde o chefe de polícia da corte aprouve designar o degresso do homem livre e não condenado por crime algum.

E depois de todo o trabalho, de despesas feitas com procuradores ou veículos para que a petição não ficasse sepultada no *mare magnum* de nossas repartições, o *misero africano* consegue ser banido do lugar em que residia por dez, quinze, e vinte anos, em que adquiriu raízes, em que começou a preparar o seu futuro, os seus interesses!" (Artigo do Diário do Rio de Janeiro, 1863).

Trabalhadores livres	1.433.170
Trabalhadores escravos	656.540
Desocupados	2.822.583 ³⁰ .

Os desocupados eram ex-escravos marginalizados que depois iriam ingressar na faixa dos servos que aumentariam progressivamente no Brasil. A qualificação do trabalhador só podia ser feita à medida que ele ingressasse naquela nova classe que surgia: a classe operária. Na capital baiana, pouco depois de extinta a escravidão, existia a "União Fabril" que englobava seis fábricas de tecidos com um total de 805 operários trabalhando em 358 teares.

Era toda uma conjuntura econômico-política delicada e complexa que se apresentava ante os olhos da Regente: uma economia em decomposição e uma opinião pública que, na sua quase totalidade, condenava o sistema de trabalho que predominava ainda na agricultura. Certamente, sentindo-se forçada ante o império das circunstâncias — um ano antes mandara espingardear os escravos fugidos — deveria ter raciocinado como, tempos depois, frente ao problema da revolução que se aproximava, exprimiu-se um político brasileiro, exclamando: "Façamos a abolição antes que os escravos a façam..." Era o medo da "vingança bárbara e selvagem", de Nabuco, tomando forma jurídica: a Lei Aurea...

CAUSAS PRINCIPAIS QUE DETERMINARAM A ABOLIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

<i>Causas Externas</i>	<i>Causas Internas</i>
<ol style="list-style-type: none"> 1) Pressão política e militar da Inglaterra; 2) Formação de um mercado produtor de açúcar em outras áreas, especialmente as Antilhas; 3) Aparecimento de um sucedâneo do açúcar de cana e sua aceitação no mercado europeu; 4) Política migratória ofensiva dos países europeus em face dos seus excedentes populacionais; 5) Interesse das nações capitalistas, especialmente a Inglaterra, de criarem um mercado consumidor interno africano, fato que motivou, anteriormente, a extinção do tráfico de escravos no Brasil; 6) Necessidade, por parte dos manufatureiros ingleses de ampliar o mercado consumidor brasileiro. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Abolição do tráfico de escravos africanos com a Lei Eusébio de Queirós; 2) Queda da produção e crise estrutural da área açucareira nordestina e conseqüente decadência do trabalho escravo; 3) Aparecimento das primeiras indústrias de transformação que exigiam mão-de-obra livre; 4) Mínima rentabilidade do trabalho escravo em comparação com o livre; 5) Surto do café, cuja unidade produtora — a fazenda — não se adaptava ao trabalho escravo e se desenvolvia com uma dinâmica interna capaz de absorver a mão-de-obra livre, inclusive a importada; 6) Chegada de imigrantes estrangeiros para os trabalhos agrícolas; 7) Campanha abolicionista com a participação da intelectualidade e da classe média; 8) Lutas dos próprios escravos.

As causas acima não foram enumeradas de acordo com o seu grau de importância, pois elas tiveram maior ou menor influência de acordo com os elementos circunstanciais de tempo e espaço. Temos de vê-las, portanto, como um conjunto dinâmico que se interpenetrava, muitas vezes gerando conflitos agudos, outras vezes impulsionando movimento "legais" dentro dos quadros institucionais vigentes.

(30) Camargo Jr. J. M.: "A Abolição e suas Causas", in "Estudos Afro-Brasileiros", R. de Janeiro, 1936, p.169.

Escravos nos Movimentos Políticos

I

A participação dos escravos nos movimentos políticos que ocorreram durante a Colônia e o Império foi decorrência lógica da situação em que se encontravam. Na base da pirâmide social, a classe escrava constituía a força produtiva mais importante. Se, demograficamente, pesava de maneira esmagadora, tinha, no entanto, contra si, a *alienação* em que se encontrava, *alienação* que — no caso particular do escravo — tem características específicas que devem ser analisadas.

Em primeiro lugar, dentro do conjunto da sociedade, não era a classe que estava ligada aos meios de produção mais avançados. Pelo contrário. Era fator de atraso do próprio processo de desenvolvimento desses meios. Por outro lado, ele não apenas produzia mercadorias dentro de um sistema que dificultava o desenvolvimento das forças produtivas, mas se constituía, também, em mercadoria, em objeto de troca. Era, portanto, força produtiva no seu sentido global, dentro da sociedade escravista, mas, ao mesmo tempo, do ponto de vista do senhor de escravos, simples meio de produção; equiparado aos animais de tração que eram utilizados no funcionamento dos engenhos e em outros setores de atividade econômica. ⁽¹⁾ Não por acaso era considerado simples coisa, pois, dentro do regime escravista, não passava, efetivamente, de um instrumento. Não vendia a sua força de trabalho, mas era considerado pelo senhor de escravos um simples instrumento de trabalho, de vez que o direito de propriedade se estendia à própria pessoa do escravo. Transistava como mercadoria, já que "a compra e venda dos escravos é, também, quanto à sua forma, compra e venda de mercadorias". ⁽²⁾

(1) "O escravo não vendia a sua força de trabalho ao possuidor de escravos, assim como o boi não vende o produto do seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, com sua força de trabalho de uma vez para sempre a seu proprietário e uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as de outro. Ele mesmo é uma mercadoria, mas sua força de trabalho não é sua mercadoria." — (Marx, K.: "Trabalho Assalariado e Capital", Rio 1954 p. 22) — "A força de trabalho se confunde com a pessoa do escravo no transcurso de toda sua existência futura. Não se pode assim computar nela, pelo menos com rigor suficiente, o esforço despendido na produção das diferentes mercadorias, cada uma de per si. (Prado Jr. Calo: "Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica", S. Paulo, 1957, p. 41).

(2) Marx, K. "El Capital", tomo 2 p. 41.

Sem falarmos na situação material em que viviam e a que estavam submetidos através de diversos métodos de coerção social, temos de atentar — para compreendermos a sua participação em movimentos que surgiram conduzidos por elementos das outras classes sociais — nas restrições políticas totais a que estavam sujeitos. A economia escravista, montada no Brasil desde os primórdios da colonização, considerou, como não podia deixar de ser, o escravo um simples objeto. Havia, nas Ordenações Manóelinas, um título regulando "De como se podem rejeitar Escravos ou Bestas por Doença ou Manqueira". Dizia Perdigão Malheiro no seu insubstituível trabalho sobre a escravidão no Brasil, que "nem lei alguma contemplava o escravo no número de cidadãos ainda quando nascidos no Império, para qualquer efeito em relação à vida social, política ou pública. Apenas os *libertos* quando cidadãos brasileiros gozam de certos direitos políticos e podem exercer alguns cargos públicos".⁽³⁾

Na Constituinte de 1823 são sumariamente excluídos do direito de voto, juntamente com os criados de servir, os jornaleiros, os caixeiros de casas comerciais, enfim juntamente com todas as pessoas que tinham rendimentos líquidos inferiores ao valor de 150 alqueires de farinha de mandioca. Para os eleitores de segundo grau, que escolhiam os deputados e senadores, exigia-se um rendimento de 250 alqueires e, finalmente, para que o cidadão fosse candidato a deputado se exigia a soma de 500 alqueires (1.000 para senadores), além da qualidade de proprietário, foreiro ou rendeiro por longo prazo, de bens de raiz ou fábrica de qualquer in-

(3) Malheiro, P. "A Escravidão no Brasil", p. 17. Ainda para ilustração de como vivia o escravo durante o regime escravista, transcrevemos este trecho de R.drigues de Carvalho sobre o assunto: "Agora vejamos o que concretizava em lei no Brasil, deste Brasil já separado da Metrópole, portanto à sombra do "pendão auri-verde".

"Os juizes de Paz não podem açoitar escravo algum, sem que primeiramente o tenham devidamente processado, e sentenciado com audiência do senhor" (Aviso de 16.6.1837).

"Não pode o escravo dar queixa contra pessoa alguma, ainda que seja contra aquele que o quer conduzir à escravidão" (Acórdão da Relação do Rio de 1-4.1879).

"Não pode o escravo ser considerado pessoa miserável para que em seu lugar o Promotor público possa agir contra quem o ofenda criminalmente" (Aviso de 2-4.1853). Suprema irritação!

Sem termos que citar as disposições do Cód. Penal de 1830, prossegue o autor: que estamos citando — basta para se fazer uma idéia do conceito em que era tido o escravo perante a lei, transcrever o seguinte para instruir uma condenação:

"Na sentença em que for o escravo condenado a açoites, deve o juiz que a proferir, também condená-lo a trazer um ferro pelo tempo e maneira que for designado conforme o artigo 60 do Cód. Criminal" (Paula Souza, Cód. do Proc. Criminal).

"A mancebia entre senhor e escrava não lhe minora a condição de escravo, nem os próprios filhos do senhor são libertos" (Acórdão do Trib. de Ouro Preto, "Direito", vol. 8).

"Se for condenado a açoites, libertando-se não sofre aquele castigo mas fica preso" ("Direito" vol. 7).

"Por ter morto um administrador foi o escravo de menor idade condenado à morte" (Acórdão do Tribunal de Porto Alegre, em 1876, vol. 7).

"O escravo fugido não pode pleitear a sua liberdade, ainda mesmo com indenização". (Aviso do Ministro da Agricultura — "Direito", vol. 25. (Carvalho Rodrigues de: "Aspectos da Influência Africana na Formação Social do Brasil", in "Novos Estudos Afro-Brasileiros", Rio, 1937, p. 27.

dústria.^(3A) Os escravos, como é óbvio e já ficou dito linhas acima, não eram considerados brasileiros; posteriormente passaram a ser brasileiros, mas não cidadãos, fato que levou Joaquim Nabuco, na análise que fez do regime, a mostrar a sua ilegalidade dentro do próprio formalismo do Direito da época.^(3B)

Os mecanismos de defesa da sociedade escravista estabeleceram um sistema de peneiramento social no processo eleitoral capaz de preservar as suas bases de qualquer possível abalo. O Estado era uma sólida carapaça que — através de elementos de pressão — mantinha o *status quo*, escudado em um conjunto de leis completamente reflexas do regime escravista.

Segundo depoimento datado de 1835 — documento aliás que é peça do processo de repressão à insurreição de escravos ocorrida naquele ano, em Salvador — não "gozavam de direito de cidadão, nem privilégio de estrangeiro".⁽⁴⁾

Tal situação levou a que os elementos cativos desde muito cedo participassem como aliados e muitas vezes como elementos destacados e até decisivos nas lutas, levantamentos e tentativas de sedição que diversas camadas sociais realizaram ou organizaram durante o nosso desenvolvimento histórico. Esses movimentos se amudavam e aprofundavam à medida que certos setores dessas camadas adquiriam relativo poder econômico. Tal diferenciação era decorrência do desenvolvimento

(3A) Prado Júnior, C.: "Evolução Política do Brasil e outros ensaios" S. Paulo, 1957, p. 53.

(3B) "Se os escravos fossem cidadãos brasileiros, a lei particular do Brasil poderia talvez, e em tese, aplicar-se a eles; de fato não poderia, porque, pela Constituição, os cidadãos brasileiros não podem ser reduzidos à condição de escravos. Mas os escravos não são cidadãos brasileiros, desde que a Constituição só proclama tais os ingênuos e os libertos. Não sendo cidadãos brasileiros eles ou são estrangeiros ou não têm pátria, e a lei do Brasil não pode autorizar a escravidão de uns e de outros que não estão sujeitos a ela pelo Direito Internacional no que respeita à liberdade pessoal. A ilegalidade da escravidão é assim insanável, quer se considere no texto e nas disposições da lei quer nas forças e na competência da mesma lei". (Nabuco, J.: "O Abolicionismo", Rio-São Paulo, 1938, 111).

(4) Portaria do Chefe de Polícia da Cidade de Salvador, MS do Arquivo Público do Estado da Bahia. — E mais: "O escravo ainda é uma propriedade como qualquer outra, na qual o senhor dispõe de um cavalo ou de um móvel". (Nabuco, J.: "O Abolicionismo", Rio-São Paulo, 1938, p. 39) — "Assim como se dá algum descanso aos bois, e aos cavalos, assim se dê, e com maior razão por suas ocupações, aos escravos". (Antonil, André João: "Cultura e Opulência do Brasil", Bahia, 1950, p. 39).

"No Brasil costumam dizer, que para o escravo são necessários três PPP a saber, pau, pão e pano. E posto que comecem mal, princípio no castigo, que é o pau; contudo prouvera a Deus, que tão abundante fosse o comer, e o vestir, como muitas vezes é o castigo dado por qualquer coisa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos de que se não usam com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo, que de meia dúzia de escravos: pois o cavalo é servido e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor, e sela, e freio dourado" (Ibid., p. 55).

"O escravo era apenas um instrumento de trabalho, uma máquina; não passível de qualquer educação intelectual e moral (...)" "Eram conduzidos à condição de coisa como os irracionais aos quais eram equiparados" (Malheiro, P.: "A Escravidão no Brasil", t. II, São Paulo, 1944, p. 27).

do comércio e do surgimento de algumas indústrias de transformação, empresas que, por seu turno, tinham o seu desenvolvimento impedido pela Metrópole, durante a Colônia, e pelos setores que representavam a agricultura latifundiária-escravista, durante o Império. A contradição era bem clara e foi notada por muitos estudiosos do tempo: o latifúndio escravista impedia o surgimento de uma burguesia que se formava como crosta, como seu elemento subsidiário e muitas vezes inicialmente complementar, mas que, paulatinamente, cristalizava interesses próprios e entrava em choque se não frontal pelo menos de flanco, com tal sistema.

No bojo de tal contradição o escravo se encontrava, de um lado, como força de trabalho decisiva das formas tradicionais de economia, mas, de outro, transformava-se progressivamente em negação dessa economia. E à medida que se integrava no processo de transformação dessa forma de trabalho, integração que muitas vezes, ou melhor, quase sempre, não tinha caráter consciente, criava os elementos para que o processo de alienação passasse a se desenvolver no outro pólo, na classe que, divorciada do processo de produção, era quem auferia todos os seus proventos: os senhores de escravos.

Na malograda revolta de Filipe dos Santos, em Minas Gerais, temos notícias da participação no movimento de "portugueses com os seus negros", que foram presos.⁽⁵⁾ No dia 28 de junho de 1720, sete mascarados, juntamente com muitos pretos, armados, derivaram do morro onde se encontravam, invadindo e depredando diversas casas. Em seguida, intimaram o governador a não abrir novas casas de fundição.

Em outro movimento, a Inconfidência Mineira — como na revolta de Filipe dos Santos — o papel do escravo como reserva social do acontecimento ainda não foi suficientemente estudado e esclarecido. Que os inconfidentes, de um modo geral, eram abolicionistas, não há muitas dúvidas.⁽⁶⁾ Mas, até que ponto esperavam que os escravos aderissem e participassem da revolta é que não está bem claro, embora fosse Minas, na época, um dos maiores focos de quilombos do Brasil.

Tiradentes, segundo Norberto de Souza Silva, chegou a possuir três escravos nas suas malogradas tentativas de mineração.⁽⁷⁾ O certo é que pelo menos uma escrava sabemos ter pertencido ao Alferes Inconfidente: a que foi doada por ele a D. Maria do Espírito Santo, órfã menor a quem Tiradentes deixara grávida "com promessas esponsalícias" e de quem tivera uma filha.⁽⁸⁾

(5) Calmon, P.: "História do Brasil", vol. III, Rio, 1961, p. 1019, 1020.

(6) Ver o trabalho de Afonso Arinos de Melo Franco "As Ideias Políticas da Inconfidência", in "Terra do Brasil", Rio, 1939.

(7) Souza Silva, J. Norberto: "História da Conjuração Mineira", Rio, 1948, p. 79.

(8) Rev. do Inst. Hist. e Geog. de Minas Gerais, vol. III, 1959, "Requerimento de D. Antônia Maria do Espírito Santo pedindo devolução da escrava Maria que lhe fora doada por Joaquim José da Silva Xavier (O Tiradentes)", p. 426 ss.

Voltando à nossa análise, temos de constatar que os Autos de Devassa são o único documento que conhecemos capaz de explicar, em certo sentido, este aspecto de um movimento já por si mesmo confuso; capaz de explicar como aqueles "duros braços ao trabalho feitos" se comportaram ao saber que na Capitania se tramava um movimento que tinha, entre outros objetivos, acabar com o instituto da escravidão.

José Alvares Maciel, filho de um capitão-mor de Vila Rica, ao depor nos autos afirmou que "sendo o número de homens pretos e escravatura do país muito superior aos homens brancos, toda e qualquer revolução que aqueles pressentiam nestes, seria motivo para que eles mesmos se rebelassem".⁽⁹⁾ O receio do filho do capitão-mor era endossado por Alvarenga Peixoto. Outros inconfidentes viram na escravaria de Minas Gerais aquele tempo organizada em quilombos em diversas zonas da Capitania, material humano e social muito importante. O Sargento Luís Vaz de Toledo propunha que os escravos participassem ativamente da luta juntamente com eles, pois "um negro com uma carta de alforria à testa se deixava a morrer".

Como já dissemos, em Minas Gerais, ao tempo em que os inconfidentes se reuniam para discutir o movimento, os escravos estavam em franca ebulição. Tinham-se ligado os da cidade aos quilombos do interior da Capitania. Daí porque, em Sabará, segundo depoimento de Brito Malheiro, "se puseram uns pasquins que dizem que tudo o que fosse homem do Reino havia de morrer e que só ficaria algum velho clérigo e que isto foi posto em nome dos quilombolas". Em seguida afirmava que "já se ouvia das pessoas da última classe de gente nesta terra, como são os negros e mulatos, que está para haver um levante" e "que os nacionais desta terra o desejavam".

Podemos ligar estes fatos ao detalhe dos pardos, mesmo aqueles "mestres do ofício", "músicos" e "afazendados com escravaturas", até 1753 não poderem andar de espada à cinta, somente conseguindo naquele ano permissão para tal. É que a simples cor parda já constituía ameaça para os senhores de escravos.⁽¹⁰⁾

Mas na Inconfidência Mineira, qual a posição de Tiradentes em relação não somente à abolição mas também à participação dos escravos no movimento de que ele foi incontestavelmente o líder? Até que ponto vislumbrou no escravo um elemento aproveitável à vitória das idéias dos inconfidentes? É possível que tenha visto também, como o Sargento Luís Vaz de Toledo, nos escravos, uma reserva de grande importância para a vitória do movimento. Mas, tudo não passa de mera suposição, como, aliás, a maioria das conclusões sobre a Inconfidência Mineira, movimento mais estudado pelo seu simbolismo do que pelos fatos que apresenta ao historiador. Tanto assim que é apresentado como o ponto culminante das lutas pela nossa independência política, quando a chamada

(9) Melo Franco, Afonso Arinos de — "Terra do Brasil", Rio, 1939, p. 78.

(10) "Petição dos Homens Pardos livres da Capitania pedindo para usarem Espada à Cinta" — Revista do Inst. Hist. e Geog. de Minas Gerais, vol. VII, 1959, p. 425 ss.

revolta dos alfaiates, na Bahia, tem um significado muito mais profundo não apenas do ponto de vista de organização dos insurgentes mas, também, pelo seu programa, pelas suas metas a alcançar. Foi a mais avançada tentativa de quantas foram realizadas, antes de obtermos a nossa emancipação de Portugal. Por isto mesmo é atacada por muitos historiadores, como é o caso de Varnhagen. O autor da *História Geral do Brasil*, ao analisar a Inconfidência Baiana, depois de chamá-la "um arremedo das cenas de horror que a França e principalmente a bela São Domingos acabavam de presenciar", conclui que "os conspiradores que se chegaram a descobrir não subiram a quarenta: nenhum homem de talento, nem de consideração; e quase todos libertos ou escravos, pela maior parte pardos". (11)

Os *homens de valia*, de fato, não participavam desse movimento, que foi mais da *patulêia* e dos *homens de poucas posses*, homens que, muitas vezes, tinham o seu *status* social ligados à sua cor. Os mulatos, os pardos que participaram da Inconfidência Baiana foram o elemento que formou o grosso da insurreição. Na capilaridade quase inexistente da sociedade da época, transpiravam para a superfície esses movimentos, movimentos que tinham como desiderato modificar ou pelo menos atenuar as condições que eram impostas pelo estatuto colonial. Por isto, muitos dos elementos que formavam o *entourage* de dominação lusa que aqui se encastelou, sentiram as arestas que a defasagem existente entre a Metrópole e a Colônia criava. Ao mesmo tempo compreendiam que aqueles elementos arrolados na categoria de *patulêia* e que, por isto mesmo, se encontravam nas camadas mais baixas, eram a estrutura humana desses movimentos. Pandiá Calógeras, a seu modo, assinalou o fato quando escreveu que "nesse assalto contra o instituto servil, desempenhavam papel os eternos ódios dos que nada possuem contra os que têm riqueza; a revolta dos pobres, ou do *popolo minuto*, contra os potentados, ou o *popolo grosso*, das Repúblicas italianas da Renascença. E sobre os herdeiros de uma situação velha já de séculos, recaía o espírito de vindita de um santo furor, ansioso por destruir a instituição." (11-A)

José Venâncio de Seixas, quando chegou à Bahia na qualidade de provedor da Casa da Moeda, constatou "o perigo em que estiveram os habitantes (...) com uma associação sediosa de mulatos, que não podia deixar de ter perniciosas conseqüências, sem embargo de ser projetada por pessoas insignificantes; porque para se fortificarem lhes bastavam os escravos domésticos inimigos irreconciliáveis dos seus senhores, cujo julgo por mais leve que seja lhes é insuportável." Prosseguindo dizia: "Foi Deus servido descobrir por um modo bem singular a ponta desta meada, ao fim da qual julgo se tem chegado, sem que nela se ache embaraçada pessoa de estado decente". (12)

De outro lado, as idéias liberais da França encontravam fácil guarida na Bahia, conseqüência das condições da Capitania que vinha pas-

sando por um longo processo de efervescência política, como decorrência da crise crônica da agricultura atrasada da região e cedo se transformaria em arma ideológica, manejada pelos intelectuais, e aglutinadora das camadas mais empobrecidas da população. Mas, se é exato que essas idéias se difundiram muito mais entre os letrados, o certo é que, de qualquer forma, deixaram ressonâncias — pelo menos indiretas — entre as camadas mais oprimidas, conforme se pode verificar nos Autos da Devassa. (12-A)

Já em 1678, nas "Cartas do Senado", remetidas para Portugal, lê-se que "fazemos manifesto a Vossa Alteza do miserável estado deste povo pelas muitas cargas e opressões que em tempo tão cansado carregam sobre a fraqueza de seus tenuíssimos cabedais." (13) Em conseqüência de tal situação — são ainda as "Cartas do Senado" que nos informam — os moradores da Bahia, algumas vezes faziam "tumultos", como ocorreu quando da nomeação de Bartolomeu Fragoso para assistente de Luís Gomes de Mata Correia. (14)

A situação foi-se agravando progressivamente com o passar do tempo, até a época da Revolta dos Alfaiates. Os membros da intelectualidade reuniam-se, segundo Aluísio Sampaio, com a finalidade de "propagar os livros dos enciclopedistas e os êxitos da Revolução Francesa". (15) A sociedade agrupou no seu seio os elementos que desejavam lutar contra a dominação portuguesa, desenvolvendo atividade clandestina no sentido de conduzir o povo a combater o estado de coisas existente. Esses intelectuais, dentre os quais vale destacar os nomes de Agostinho Gomes, Cipriano Barata, os tenentes José de Oliveira Borges e Hermógenes de Aguiar (que foi absolvido e morreu como Marquês de Aguiar) propagavam, nos quadros daquela sociedade literária, idéias libertárias. Mas não foi tal organização que impulsionou o movimento. O pensamento de uma saída revolucionária para a situação surgiu exatamente de outro componente da conjuração: artesãos, soldados, alfaiates, sapateiros, escravos e escravos. A posição de Cipriano Barata, que participava da sociedade literária, foi cética e reticente quanto à possibilidade de uma solução violenta. Ao ser procurado por Manuel Faustino dos Santos para participar do levante, afirmou que "deixasse de semelhante projeto porque a maior parte dos habitantes vivia debaixo da disciplina de um cativo e não tinha capacidade para tal ação; e o melhor era esperar que viessem os franceses os quais andavam nessa mesma diligência na Europa e logo cá chegavam." (16) "Francisco Moniz Barreto, a quem se atribui a letra do hino dos inconfidentes, também optava pela vinda

(12-A) "Anais do Arquivo Público da Bahia", vols. XXXV, XXXVI: "Autos da Devassa do Levantamento e Sedição Intentados na Bahia em 1798", Imprensa Oficial da Bahia, 1959.

(13) "Cartas do Senado (1673 — 1683), 2º vol. Bahia s/d, p. 39.

(14) Idem, Idem, p. 54.

(15) Sampaio, A.: "Inconfidência Baiana de 1798", in "Seiva", n.º 4, setembro de 1951, Salvador, Bahia.

(16) Anais

(11) Varnhagen: "História Geral do Brasil", tomo V. S. Paulo, p. 25-26.

(11-A) Calógeras, J. P. — Formação Histórica do Brasil — S. Paulo, 1945, p. 336.

(12) Anais da Biblioteca Nacional: vol. 37 — p. 460-61.

dos franceses. ⁽¹⁷⁾ Não era outra, também, a posição de Hermógenes de Aguiar. ⁽¹⁸⁾

Se é verdade que esses intelectuais desejavam acabar com o estatuto colonial ou supunham fosse possível atenuar a situação em que se encontrava a Capitania — e neste particular exerceram papel que deve ser destacado — o certo, porém, é que recuaram, tergiversaram, vacilaram à medida que os acontecimentos se precipitavam e tomavam caráter mais radical e a ele aderiram os artesãos, alfaiates, sapateiros, ex-escravos e escravos. Enquanto os intelectuais teorizavam sobre um possível papel libertador dos franceses, a ala mais popular do movimento, sem muito teorizar, apresentava uma posição programática para a ação imediata contra o estatuto colonial. Será por tudo isto, entre as camadas mais empobrecidas da população de Salvador que o movimento encontrará base social e irá consolidar-se política e militarmente. Queriam a emancipação do Brasil do jugo português, um regime de igualdade para todos, onde não mais houvesse preconceito de classe ou raça e cada um fosse julgado pelo seu merecimento. ⁽¹⁹⁾ Manuel Faustino dos Santos, ao ser perguntado sobre os objetivos do levante, não teve dúvidas em afirmar que “era para reduzir o continente do Brasil a um governo de igualdade, entrando nele brancos, pardos e pretos sem distinção de cores, somente de capacidade de governar, saqueando os cofres públicos e reduzindo todos a um só para dele se pagar as tropas e assistir as necessárias despesas do Estado.” ⁽²⁰⁾

(17) Muitos historiadores, entre eles Caio Prado Júnior, exageraram a posição de Cipriano Barata na Conspiração dos Alfaiates. Afirma o conhecido historiador “ao lado destes setores populares, aparecem alguns intelectuais. Entre eles, Cipriano Barata”. (Evolução Política do Brasil e outros ensaios, (2ª edição), S. Paulo, 1957, p. 210). Os fatos se encarregam de desmentir o que foi escrito acima. Cipriano Barata foi implicado nos acontecimentos que estamos analisando, quando o temor das autoridades via olhos e atividades subversivas por toda parte. Mas nele não se envolveu. Não mostrou, mesmo, grande simpatia pelo movimento dos artesãos. Os seus depoimentos perante as autoridades e outros documentos apreendidos desmentem cabalmente a sua participação.

Durante a Devassa, ao ser inquirido, declarou, sobre a distribuição de papéis sediciosos que “em certa ocasião depois que se espalharam os papéis sediciosos e libertinos no mês de agosto (...) ele se lembra de se haver justamente indignado contra todos aqueles que estavam em semelhante artefato, isto na casa do dito Gonçalo Gonçalves onde tinha ido saber de uma obra que lhe encomendara, já quando se despedia dele”. (...) “A opinião que costumava com facilidade formar, sobre o Estado Político da Europa, sem aplicação ao continente do Brasil, mal ouvidos e pior interpretados por alguns desses pardos, interessados na revolução, é que tem resultado nas imputações que lhe têm feito”. Mas, dando xéque-mate, citaremos trecho da carta de Cipriano Barata a um amigo, onde diz: “Temos escapado de grande desastre da rebelião de escravos, mulatos e negros; ainda o sangue de todo se não aqueceu, visto o perigo a que temos andado expostos”. (...) “Meu amigo, cauteia com essa canalha africana...” (Anais... I vol. p. 184) — Não apenas estes fatos, por si sós muito conclusivos desmentem a sua participação na revolta. Os votos de fidelidade “que sempre prestou e presta a sua Real Majestade”, conforme declarou, são provas irrefutáveis de que a sua atuação nesses eventos não ficou comprovada. Pelo contrário.

(18) Anais.

(19) Anais.

(20) Anais.

A mesma coisa diziam os papéis que foram colocados na cidade. ⁽²¹⁾ Em um dos manuscritos apreendidos pelas autoridades, lê-se: “Ó vós povo (ilegível) sereis livres para gozares (sic) dos bens e efeitos da liberdade; ó vós Povos que viveis flagelados com o pleno poder do Inimigo coroadado, esse mesmo rei que vós criastes; esse mesmo rei tirano é quem se firma no trono para vos vexar, para vos roubar e para vos maltratar.

“Homens, o tempo é chegado Para a vossa ressurreição, sim para ressuscitareis (sic) do abismo da escravidão, para levantareis (sic) a Sagrada bandeira da Liberdade.”

“A Liberdade consiste no estado feliz, no estado livre do abatimento; a liberdade é a doçura da vida, o descanso do homem com igual paralelo de uns para outros, a Liberdade é o repouso, a bem-aventurança do mundo.” ⁽²²⁾

A ação revolucionária prosseguia a sua marcha, enquanto os intelectuais na sua maioria discutiam teoria política ou aguardavam que a França viesse em socorro do Brasil.

Isto, porém, não quer dizer que a componente popular dos inconfiáveis baianos não procurasse penosamente estabelecer uma base teórica para o movimento. Sendo quase todos da condição chamada humilde, tinham dificuldades em apreender o ideário que vinha expresso numa língua para eles desconhecida: a francesa. Por isto mesmo, sempre que possível, diligenciavam a tradução de obras que lhes vinham do estrangeiro. Por esta razão, mantinham ligações estreitas com a França, dali recebendo livros, folhetos e possivelmente apoio para o movimento. Oficiais de navios franceses que aportavam, comunicavam-se com os conspiradores. Tal movimento político clandestino não era desconhecido pelas autoridades da Metrópole. Em 1792 recomendavam ao governo da Colônia vigilância severa ao navio francês *Le Diligent*, que vinha à procura do explorador desaparecido La Pérouse, mas — segundo pensavam as autoridades lusas — tinha o objetivo real de disseminar entre nós “o espírito de liberdade que reinava na França.” Otávio Tarquínio de Souza afirma que a mesma Carta Régia que denunciava as intenções do *Le Diligent* informava que a Constituição Francesa de 1791 já havia sido traduzida para o espanhol e o português. ⁽²³⁾ A aludida sociedade secreta — Cavaleiros da Luz — que se reunia provavelmente em casa de João Ladislau de Figueiredo e Melo como inúmeras outras, pregava as obras de Voltaire e os seus membros tinham entre os seus livros os de Mably, Reynal, Condorcet, liam Adam Smith e discutiam as idéias dos enciclopedistas.

Inúmeros “papéis libertinos” chegavam para os conspiradores baianos como chegavam, também, para o Rio de Janeiro, onde, em 1794, o padre José de Oliveira dizia que “meio Rio de Janeiro estava perdido e

(21) Anais.

(22) Anais.

(23) Tarquínio de Souza, O.: “O Meio Intelectual na Época da Independência”, in “Literatura”, nº 1, Rio, setembro de 1946, p. 4 ss.

lidertino.”⁽²⁴⁾ Os intelectuais que eram ligados às idéias liberais eram chamados “franceses.”

A conspiração, porém, não ganhava a amplitude exigida para vencer, pois a intelectualidade que a ela se engajara não se sentia encorajada e decidida a se apoiar nas camadas sociais mais descontentes, em consequência da posição econômica que esses letrados ocupavam na estrutura da sociedade colonial. Vacilavam em dar base mais radical à revolta. Em consequência dessa posição expectante a Inconfidência Baiana como que estaciona, surgindo, em seguida, as primeiras delações acompanhadas de prisões. Diante desta moldura conturbada é que começam a se projetar os seus líderes populares. Luís Gonzaga das Virgens é o primeiro que se destaca com invulgar mérito. Descontente com a orientação que vinham dando à revolta, inicia um amplo movimento de agitação e difusão dos manuscritos que continham o programa inconfidente. Aluysio Sampaio informa — e os manuscritos apreendidos pelas autoridades confirmam — que o programa do movimento era: 1.º) Independência da Capitania; 2.º) governo republicano; 3.º) liberdade de comércio e abertura de todos os portos “mormente à França”, 4.º) cada soldado terá soldo de 200 réis por dia; 5.º) libertação dos escravos.

Já haviam sido tomadas, porém, logo após as primeiras delações, as providências necessárias para que a revolta fosse sufocada e os seus cabeças encarcerados. O autor dos manuscritos — Luís Gonzaga das Virgens — é caçado pela polícia, sendo preso finalmente a 24 de agosto. Isto vem precipitar os acontecimentos e obriga os inconfidentes a medidas de emergência.⁽²⁵⁾ Tentam os seus companheiros um ato desesperado a fim de arrancá-lo do cárcere. Fracassada a tentativa, seguem-se novas delações. Afastam-se os intelectuais praticamente do movimento. Sua direção passa a ser exercida pelos líderes saídos das camadas mais baixas e oprimidas da população da Capitania: artesãos, ex-escravos, escravos. O governo iniciou em seguida brutal repressão contra os implicados na conspiração. Detém inúmeros dos seus participantes ou simples suspeitos. Todos passam pela peneira fina das autoridades, como é o caso de Cipriano Barata.

Mas, o que nos interessa aqui não é fazer uma história da Inconfidência Baiana. Nosso objetivo, dentro dos planos do presente trabalho, é ver o grau de participação dos escravos nos eventos.

Que os líderes populares do movimento contavam com os escravos como força atuante, não há dúvida. Cedo reconheceram a importância desse elemento como aliado. Dirigiram, por isto, suas vistas para aquela classe com muito empenho. Especialmente os batalhões de pardos e pretos eram constantemente trabalhados pelos insurgentes na fase preparatória. Lucas Dantas declarou: “temos os regimentos de pardos e pretos a nosso favor”, aos quais se juntariam a “escravatura dos engenhos de Fernão e Bulcão”.⁽²⁶⁾

O conteúdo francamente abolicionista do movimento é colocado com ênfase nos documentos e nas declarações dos principais implicados. A grande participação de pardos e escravos, depois indiciados, por isto mesmo, marca a sua origem popular. João Nascimento era pardo; Manuel Faustino dos Santos, pardo livre; Inácio da Silva Pimentel, pardo livre; Luís Gama de França Pires, pardo escravo; Vicente Mina, negro escravo; Inácio dos Santos, pardo escravo; José, escravo de D. Maria Francisca da Conceição; Cosme Damião, pardo escravo; José do Sacramento, pardo alfaiate; José Félix, pardo escravo; Filipe e Luís, escravos de Manuel Vilela de Carvalho; Joaquim Machado Pessanha, pardo livre; Luís Leal, escravo pardo; Inácio Pires, Manuel José e João Pires, pardos escravos; José de Freitas Sacoto, pardo livre; José Roberto de Santa-Ana, pardo livre; Vicente, escravo; Fortunato da Veiga Sampaio, pardo forro; Domingos Pedro Ribeiro, pardo; o preto gege Vicente, escravo; Gonçalo Gonçalves de Oliveira, pardo forro; José Francisco de Paulo, pardo livre; Félix Martins dos Santos, pardo; tambor-mor do Regimento Auxiliar, além de brancos como Cipriano Barata e outros.

Recolhidos à prisão na sua quase totalidade, ali permaneceram até que, em 22 de dezembro, foi enviada carta ao Governador determinando fosse realizado julgamento dos implicados. Em novembro de 1799 terminava o julgamento com as seguintes sentenças: Luís Gonzaga das Virgens era condenado a morrer na forca e ter pés e mãos decepados e expostos em praça pública; João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas, Manuel Faustino dos Santos Lira também foram sentenciados à forca e esquartejamento, ficando os seus corpos expostos em lugares públicos.

Igual sentença foi proferida contra Romão Pinheiro, com a agravante de serem os seus parentes considerados infames. (Posteriormente a sua pena seria atenuada para degredo). O escravo Cosme Damião foi banido para a África. O pardo escravo Luís da França Pires, que conseguira fugir, foi condenado à morte, dando a Justiça direito de matá-lo a qualquer pessoa que o encontrasse.⁽²⁷⁾

(24) Tarquinio de Souza, O.: “Libertinos do Rio de Janeiro”, in “Folha da Manhã”, S. Paulo, 19-2-52.

(25) “Determinando o ajuntamento no campo do dique do Desterro, para a noite de vinte e cinco de agosto passado procurou ele declarar ao dito José Raimundo Barata, com quem tinha amizade por lhe ter feito obras do ofício de alfaiate e a seus irmãos e pela prática, já expressada que com ele tivera a respeito da liberdade lhe expôs o projetado levantamento com todas as circunstâncias, que ele declarante sabia e as mesmas que já expressou dizendo-lhe mais que por se ter preso um dos cabeças do dito levante, que era o soldado Luís Gonzaga, se pretendia naquela noite passar revista a gente, que havia do partido, a fim de desencadear o levante que estava destinado para mais vagar...” (Anais, vol. I, p. 18).

(26) Anais.

(27) Os “pregões reais” lidos no momento em que os condenados subiram ao patíbulo diziam bem do ódio que era votado contra os mesmos pelo governo português. Sobre Luís Gonzaga das Virgens afirmava que “seja levado até o lugar da forca erigida para este suplicio, e que nela morra morte natural para sempre, sendo-lhe depois de morto separadas as mãos, e cortada a cabeça, que ficarão postadas no dito lugar da execução, até que o tempo as consuma, no que foi condenado e na confiscação dos seus bens para o Forro”. Sobre Lucas Dantas, João de Deus do Nascimento, e Manuel Faustino dos Santos Lira, dizia: “homens pardos forros a que

Finalmente, no dia 8 de novembro de 1799 foram executados na Praça da Piedade. Lucas Dantas e Manuel Faustino não aceitaram a extrema-união que um padre franciscano lhes oferecera. Foram os quatro executados depois de ter saído o cortejo do Aljube, onde se encontravam os mártires, para a Praça da Piedade.

Impressionante é a pouca idade desses heróis: Lucas Dantas tinha 24 anos; João de Deus do Nascimento tinha a mesma idade; Manuel Faustino dos Santos Lira contava apenas 23 anos e Luís Gonzaga das Virgens, o mais velho de todos, 36 anos.

Segundo depoimento da época, os quatro condenados portaram-se ante o carrasco com uma altivez que chegou a irritar os seus algozes. (28) Estava — com a execução dos cabeças da sedição — sufocado mais um episódio das lutas travadas pela independência da Colônia, com o derramamento de sangue de escravos que também participaram dos acontecimentos, juntamente com os demais componentes das camadas populares de Salvador.

De 1799, quando foram executados, a 1817, medeiam 18 anos, tempo que serviu para que, em Pernambuco, com ramificações em outras Províncias, houvesse possibilidade de que novamente se organizasse uma revolta com objetivo idêntico aos dos inconfidentes baianos — a independência — embora com as diferenças inerentes às particularidades de composição social de cada uma. Se, na Revolta dos Alfaiates, tudo não passou de projetos, na revolução pernambucana, em 1817, a coisa muda substancialmente de figura.

Em Pernambuco, os insurgentes passaram da palavra à ação e tomaram o poder político. Tiveram de enfrentar, portanto, todas as vicissitudes que a organização de um novo poder acarreta; tiveram de organizar um programa de governo, uma fração de administradores e uma força militar que garantisse as conquistas da revolução.

com barão e pregão pelas ruas desta cidade, sejam levados à Praça da Piedade por ser também uma das mais públicas dela, onde na fôrça, que para este suplicio se levantará mais alta do que a ordinária, morram morte natural para sempre, depois do que lhes serão separadas as cabeças e os corpos os dos primeiros feitos em quartos, sendo conduzida a do réu Lucas Dantas ao sítio mais descoberto, e alto levantado, até que o tempo o consuma e da mesma sorte os quatro quartos ficando em distância proporcionadas desde a casa, que foi de sua habitação até o sítio, por ser o próprio destinado para o infame e sedicioso ajuntamento da noite de 25 de Agosto do ano passado, sendo igualmente posta a cabeça do réu João de Deus defronte da casa, que lhe servia de morada, e os quartos nos cais de maior freqüência e comércio desta Cidade, até que uns e outros sejam consumidos pelo tempo para ser assim patente a todos a enormidade do seu delito e a correspondente punição: e a cabeça do réu Manuel Faustino por não ter habitação certa seja posta defronte da casa do primeiro réu, Lucas Dantas, onde fazia a sua maior assistência". Finalizando afirmavam os pregões que isso se daria por terem tentado os réus "reduzirem o continente do Brasil a um Governo democrático, e o substituírem ao Suavíssimo e Humaníssimo Governo da dita senhora". (Documento transcrito por Afonso Rui, op. cit., p. 155).

(28) Ainda para se ter uma idéia dos últimos instantes dos condenados vide Afonso Rui, op. cit., p. 115 ss..

II

A Revolução dos Alfaiates foi, do ponto de vista do conteúdo político e definição programática, o mais profundo acontecimento que antecedeu a Independência. A participação do escravo tinha, por isto mesmo, um grau de coerência que advinha da coincidência de interesses das camadas artesãs que o estruturaram e a classe escrava.

Se a Inconfidência Mineira foi um movimento de letrados e surgiu de um descontentamento verificado em camadas que já tinham, dentro da estratificação da sociedade colonial, um *status* médio, a Revolta dos Alfaiates, pela sua composição social, teve outro significado; organizada e desenvolvida basicamente por elementos das camadas que se encontravam asfixiadas dentro da capilaridade quase inexistente da sociedade colonial, projetou-se, por isto mesmo, como um movimento de homens de "pouca valia", como quer Varnhagen, isto é, foi o transbordamento de uma sedimentação de problemas que se acumulavam no seio da sociedade colonial em detrimento dos interesses daqueles que sofriam a pressão esmagadora de toda a pirâmide social do Brasil, por se encontrarem exatamente na sua base. Os escravos, com a sua participação, deram à revolta um conteúdo preciso, já que a abolição se inseria como um dos seus postulados fundamentais.

Daí por diante, porém, a composição das forças que se organizavam a favor da Independência muda substancialmente. A classe senhoria — possuidora de escravos — entra na composição dessas forças e influi cada vez mais poderosamente, fato que determina a mudança concomitante de objetivo dos movimentos subsequentes. Joaquim Nabuco escreve: "depois veio o período da agitação pela Independência. Nessa formação geral dos espíritos os escravos enxergavam uma perspectiva mais favorável de liberdade. Todos eles desejavam instintivamente a Independência. A sua própria cor os fazia aderir com todas as forças, ao Brasil como Pátria (...). Daí a conspiração perpétua pela formação de uma pátria que fosse também sua. Esse elemento poderoso de desagregação foi o fator anônimo da Independência. As relações entre os cativos, os libertos, e os homens de cor, entre estes e os representantes conhecidos do movimento, foi a cadeia de esperanças e simpatias pela qual o pensamento político dos últimos infiltrou-se até as camadas sociais constituídas pelos primeiros.

"Uma prova de que no espírito não só desses infelizes como também dos senhores, no dos inimigos da Independência, a idéia desta estava associada com a da emancipação, é o documento dirigido ao povo de Pernambuco, depois da revolução de 1817, pelo Governo Provisório." (29)

Nabuco tinha toda razão ao pintar o quadro de tal modo. A própria revolução de 1817 já é um sintoma da solução compromissada para o problema da Independência. Somente a classe que tinha base econômica sólida podia dirigir o movimento que desaguiaria na Independência. Daí

(29) Nabuco, J. "O Abolicionismo", Rio de Janeiro, 1938, p. 50.

as contradições entre as camadas letradas e populares e o núcleo básico dos senhores de escravos em todos os movimentos que se seguiram. Contradições que espelhavam exatamente a passagem do bastão de comando político das mãos das camadas populares para as dos senhores de terras e escravos. Aquilo que Joaquim Nabuco com precisão chamou de "ilusão até à Independência" irá adquirindo conotações diferentes nos movimentos seguintes.

Da revolução pernambucana de 1817 o escravo também participará. Embora a sua atuação seja bem menos importante do que na Inconfidência Baiana, iremos encontrá-lo, contudo, contribuindo para a instalação de uma República independente dos vínculos coloniais. A revolução de 1817 não terá, conforme a análise que fizemos anteriormente, um sentido e um conteúdo tão radicais como a dos alfaiates baianos. Sua composição social será bem distinta, seu programa bem menos avançado e os seus objetivos muito mais acanhados. No particular da abolição do trabalho escravo, embora inicialmente fosse favorável à medida, logo após a vitória precária da revolução o Governo Provisório apressava-se em esclarecer o assunto à classe senhorial com o seguinte documento: "Patriotas Pernambucanos! A suspeita tem-se insinuado nos proprietários rurais: eles creem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor escravos. O Governo lhes perdoa uma suspeita que o honra. Nutrido em sentimentos generosos não podem jamais acreditar que os homens, por mais ou menos tostados degenerassem do original tipo de igualdade; mas está igualmente convencido de que a base de toda sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade. Impelido destas duas forças opostas, deseja uma emancipação que não permita mais lavrar entre eles o cancro da escravidão; mas deseja-a lenta, regular, legal. O Governo não engana ninguém; o coração se lhe sangra ao ver longínqua uma época tão interessante, mas não a quer prepóstera. Patriotas: vossas propriedades ainda as mais opugnantes ao ideal da justiça serão sagradas: o Governo porá meios de diminuir o mal, não o fará cessar pela força. Crede na palavra do Governo, ela é inviolável, ela é santa." (30)

Para salvarem a pele tentaram uma aliança com o latifúndio escravista. Levantando a bandeira da inviolabilidade da propriedade privada — um dos postulados teóricos do liberalismo — estenderam esse direito até a posse de outros seres (uma das características das sociedades escravistas) servindo, assim, à defesa da propriedade dos senhores de escravos que era reconhecida no nosso país. As idéias liberais serviram, na sua forma, neste caso particular, para defender uma formação econômico-social que na Europa elas ajudaram a esfacular.

Mesmo assim, os escravos participaram da luta. No trabalho de aliciamento foi visível o interesse que os organizadores do movimento tiveram pelo elemento servil ou pelas camadas a ele diretamente ligadas. Antônio Henrique Rebelo, 2.º tenente do Regimento da Artilharia, tinha

(30) Documento citado por Joaquim Nabuco, Op. Cit., p. 51.

grande familiaridade com os Henriques, fato que levou o Alferes Tomás Pereira da Silva a inquirir sobre aquele comportamento, obtendo a seguinte resposta: "Deixa estar, é preciso tratá-los bem para nos ajudarem algum dia a ser livres." (31)

Quando o Conde dos Arcos iniciou a repressão contra o movimento pernambucano, ordenou o fuzilamento sumário de inúmeros escravos que lutaram ao lado dos republicanos. Na Paraíba, ao ser Amaro Gomes Coutinho enforcado por haver tomado parte na revolta, juntamente com ele subiram ao patíbulo, por crime idêntico, 23 escravos. (31A)

Em manuscrito transcrito por Gilberto Freyre, afirma Luís do Rego Barreto em correspondência para a Metrópole que "não foram todos os negros, nem todos os mulatos os que tomaram o partido dos rebeldes e se uniram a eles; porém dos homens destas cores aqueles que abraçaram a causa dos rebeldes, a abraçaram de um modo excessivo, e insultante, e fizeram lembrar com frequência aos moradores as cenas de S. Domingos. Os homens mais abjetos desta classe, os mesmos mendigos, insultaram seus antigos benfeitores, seus senhores ou senhoras e se prometiam, como todo despojo, a posse de uma Senhora, como acontecimento infalível: este grau de orgulho já era temível quando o Governador Inteiro Rodrigo José Ferreira Lobo entrou nesta Capitania, e uma das medidas mais eficazes que ele tomou foi punir prontamente com açoites a todos taqueles de que se sabia fato notável desta espécie, ou que tinham cometido algum atentado a coberto da Rebelião." (32)

Convém notar, ainda, que a participação do escravo na revolta de 1817 era, de uma parte, espontânea, em face de razões que já apresentamos e, de outra parte, uma obrigação imposta pelos seus senhores que estavam envolvidos na luta. Por isto mesmo escreveu com razão L. Borges: "Os escravos que passaram a figurar entre as tropas, que asseguravam a vitória inicial da revolução, eram incorporados a elas por iniciativa daqueles que dirigiam o movimento pela independência, sendo trazidos para a luta diretamente dos engenhos onde trabalhavam". (33) O mesmo autor esclarece que "quando da ocupação da Fortaleza do Brum, já figuravam entre a tropa 600 escravos do Cabo." (34) Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque "acudiu com todos os seus escravos armados". (35) O Padre Pedro de Souza Tenório solicitou auxílio de Jerônimo Albuquerque Maranhão, que "veio com os seus escravos". (36)

(31) Varnhagen, F. A. "História Geral do Brasil. S. Paulo, 5.º vol., p. 157. p. 157.

(31A) Sebastião Pagano no seu livro apologético "O Conde dos Arcos, e a Revolução de 1817" (S. Paulo, 1938) escreve sobre a participação dos escravos naquele movimento: "Os negros ameaçando revoltar-se foram alguns deles enforcados e, só no dia 29, foram presas mais de 60 pessoas..."

(32) Apud Freyre, Gilberto: "Nordeste", Rio, 1937, p. 243 ss.

(33) Borges, L.: Participação dos Homens de Cor na Revolução de 1817. In "Estudos Sociais", n. 12, abril de 1962, p. 490.

(34) Idem, idem.

(35) Idem, idem.

(36) Idem, idem.

Ascendino Carneiro da Cunha depõe que, em Itabaiana (Paraíba), foi organizado "um exército de escravos e mestiços indisciplinados, pesadamente armados e equipados", que levantaram "uma bandeira branca, símbolo da liberdade, e desceram em demanda da sede do governo realista".⁽³⁷⁾ Na noite do dia 12 de março (viam-se) negros armados, naturalmente escravos dos patriotas e não povo".

Tais fatos aconteceram amiudadamente no início da revolta, ante o impulso que as forças populares imprimiram no sentido de radicalizá-la. No entanto, conforme já dissemos, a composição social do movimento não permitia mais a posição hegemônica dessas camadas. Oliveira Lima escreverá que "a 8 de abril os escravos, armados no começo da revolta, tinham restituído as armas e retomado a canga".⁽³⁸⁾ Pelos fins de abril a revolta estava quase circunscrita a Pernambuco. A situação não era nada lisonjeira, quase desesperadora. Daí, entre outras medidas, terem sido libertos mil escravos que foram postos em armas.

A medida, porém, deixou — em face das circunstâncias em que foi tomada — de ser uma atitude política, para converter-se em medida militar de emergência, pois, na mesma ocasião, decretou-se o recrutamento geral, declarando-se que todo capaz era obrigado, sob pena de morte, a defender a República.⁽³⁹⁾

Mas a República já estava perdida. Sufocada pelas tropas coloniais, são em seguida os seus líderes encarcerados ou executados.⁽⁴⁰⁾ Vejamos, porém, o saldo apurado através das listas dos implicados, da participação dos homens de cor nos acontecimentos de Pernambuco: 4 do Regimento dos Henriques e 4 dos pardos; Paraíba: 2 escravos, 2 do Regimento dos Henriques e 1 cabra; Ceará: 1 membro do Regimento dos Henriques, 4 cabras; e Rio Grande do Norte: apenas um cabra.

Com referência à cor, escreve ainda Luís Borges: "dezoito são livres, isto é, sete do Regimento dos Henriques, quatro do Regimento dos Pardos e sete cabras e, finalmente, dois são escravos".⁽⁴¹⁾

Devemos anotar, finalmente, que esses implicados são apenas os que constam da devassa mandada abrir pelas autoridades. Cremos, no entanto, com sólidos argumentos, que a contribuição do escravo foi bem maior do que refletem tais documentos, pois apenas os mais importan-

tes foram responsabilizados, especialmente os que faziam parte da intelectualidade e da Maçonaria. O lastro popular da revolta não podia ser envolvido na rede da Justiça por ser muito mais difícil identificá-lo, ou dele se ocupar, quando havia muito figurão a ser detido e julgado.

Como vemos, duas foram as formas fundamentais de participação dos escravos na revolução de 1817: a primeira como elemento que agia por ordens do seu senhor, sem consciência, portanto, da essência, do significado da sua participação; a segunda, como elemento consciente que se rebelava contra o *status* em que se encontrava e que engrossava as fileiras dos insurgentes sabendo que eles tinham como objetivo extinguir a escravidão. A primeira forma de participação mostra o escravo *alienado*, ainda ideologicamente estruturado nos quadros institucionais que vigoravam, isto é, participando sem se transformar em elemento de negação do sistema escravista, mas, pelo contrário, através da sua obediência às ordens senhoriais, dando (paradoxalmente) substância ao regime. A outra forma de participação leva o escravo a se negar como tal — ao transformar-se em quilombola — e se inserir como elemento de negação da ordem escravista.

Pouco depois do malogro da revolução de 1817 temos notícias de outro acontecimento interessantíssimo que se entrosia no longo e tortuoso rosário das lutas dos escravos contra o instituto da escravidão e que demonstra, também, como os escravos estavam longe de entender, como era óbvio, a essência dos acontecimentos políticos. Segundo o informe que estamos acompanhando, os negros cativos organizaram-se para impor, nada mais, nada menos, que a Constituição que fora promulgada em Portugal através da chamada revolução liberal daquele país. Os escravos mineiros, dirigidos por um negro de fartas posses chamado Argôins, proclamaram a Constituição lusa em toda a zona onde atuavam: Guaraciaba, Sabará, Santa Rita etc — travando combates de envergadura com os habitantes do Paraibuna e os pretos do Arraial de Santa Bárbara, que se colocaram contra o movimento.

Como diz Miguel Costa Filho, "o ideal constitucionalista avançara pelo interior do Brasil convencendo-se os pretos de que eram iguais aos brancos. Em Minas, todos os portugueses (abrangeria esse gentílico, além dos reinóis, os mazombos, os descendentes brancos, ou quase brancos, daqueles?) desde o Rio Canizana (Carinhanha) até a Serra da Mantiqueira eram "constitucionais". A Constituição já fora jurada na Comarca de Serro Frio".⁽⁴²⁾

(42) Miguel Costa Filho, com a sua costumeira proibida intelectual, discute as fontes que amparam a existência desse acontecimento. Levanta dúvidas quanto à autenticidade do documento — "Notícias de uma Revolução entre Pretos no ano de 1821, em Minas Gerais" — que é apenas cópia de um "diário" — número 24 do *Diário Extraordinário da Europa*, de 19 de agosto de 1821, do qual não há exemplar no Arquivo Público Mineiro, segundo pesquisa do citado historiador. Diz Miguel Costa Filho: "Devemos, todavia, dizer que não rejeitamos *in limine* a autenticidade do

(37) Idem, idem.

(38) Citado por L. Borges, loc. cit.

(39) Pombal, R. "História do Brasil", I vol., Rio, 1953, p. 388.

(40) "Os chefes rebeldes procuraram disfarçados e em fuga evitar o castigo. O Padre João Ribeiro suicidou-se. Dos rebeldes Domingos Teotônio Borges e oito dos seus companheiros subiram ao patíbulo. Indignado com tantas execuções, ordenadas pela comissão militar, o rei fez suspendê-las, e instituiu uma alçada civil para prosseguir no processo. Mas esta, ainda mais sanguinolenta, excitou a animadversão pública e o governador de então, Luís do Rego Barreto, e o Senado da Câmara do Recife representaram ao príncipe-regente implorando anistia" (...). Se as origens da revolução foram criminosas, o termo dela, a ação dos realistas foi tão execrável e hedionda que bastaria para justificar a simpatia que ainda despertam as suas vítimas". (João Ribeiro: "História do Brasil", Rio, 1900, p. 264).

(41) Borges, L.: loc. cit.

O ardor e entusiasmo desses negros — inúmeros deles escravos — chegaram quase ao fanatismo. Algum tempo depois de ter Argôins iniciado o aliciamento dos adeptos desse movimento, contava nas suas fileiras cerca de quinze mil negros e escravos da região de Ouro Preto.

A eles haviam aderido dois regimentos de Cavalaria Auxiliar da Comarca de Serro Frio. Iniciaram, então, ataques continuados aos negros da região que não haviam aderido ao movimento constitucionalista, matando-os sem compaixão. Criaram uma bandeira, usavam distintivos nas ruas e muitos deles festejavam antecipadamente a liberdade. Uma das proclamações dos seus chefes diz: "Em Portugal proclamou-se a Constituição que nos iguala aos brancos; esta mesma Constituição jurou-se aqui no Brasil. Morte ou Constituição decretamos contra pretos e brancos: morte aos que nos oprimiram, pretos miseráveis! No campo da honra derramai a última gota de sangue pela Constituição que fizemos os nossos irmãos de Portugal." (43)

Voltando a falar do documento que serve de base ao que estamos escrevendo, Miguel Costa Filho diz que "insiste o documento em pintá-la (a situação de Minas Gerais) em cores severas, asseverando que os pretos haviam jurado exterminar e matar os inimigos da Constituição. Cita alguns lugares em que se usavam seus trajes: Caeté, Pitangui, Queluz (Lafaiete) e Baependi; conta que em Paracatu mil negros, com os mais habitantes, fizeram festas públicas e que em Campanha se praticaram horrores e houve mortes, tendo aparecido "espíritos revolucionários que se apoderaram dos negros". (44)

Como se pode constatar sem muito esforço ou exibição de inteligência, havia muita confusão, muita contradição e muitas limitações na mente desses escravos e dos seus líderes, fato que, aliado à própria dinâmica da sociedade escravista, facilitou sua dissolução. Depois de alguns combates, muitos deles, ao que se diz, de alguma importância e violência — como os de Diamantina e Mariana — foram-se separando, dispersando-se na região até quando veio a Independência, fato que os levou a se julgarem livres. E o movimento, sem maiores consequências, extingue-se. (45)

Entra, assim, o Brasil, em plena embocadura da sua independência política, com os escravos em efervescência, reserva social e muitas vezes

documento em que se teria baseado a notícia divulgada pelo *Diário Extraordinário da Europa*. É possível que tenha sido lançada em parte do território mineiro, entre os escravos e os negros e mestiços libertos de inferior condição por esse misterioso Argôins ou Arguim (...). De qualquer forma, parece-nos que o assunto comporta maiores indagações, uma pesquisa documental mais demorada acaso não desejada pelos escritores que colocam os seus preconceitos de classe e as suas idéias retrogradadas acima da verdade histórica". (Costa Filho, M.: "Um Enigma Histórico", in "Estudos Sociais", n.º 19, fevereiro de 1964, p. 312 ss).

(43) Citado por João Dornas Filho: "A Escravidão no Brasil". Rio, 1939, p. 121.

(44) Costa Filho, M., loc. cit.

(45) Dornas Filho, J.: op. cit., p. 122.

militar dos movimentos que eclodiram para dar substantivação ao nosso desligamento da Metrópole. Conforme estamos vendo, no rastilho de lutas que se sucedem, o escravo é uma constante. Tal posição nascia do fato de vislumbrar, com maior ou menor clareza, conforme Nabuco tão bem acentuou, no desligamento do Brasil da Metrópole a oportunidade de conseguir a extinção do estatuto da escravidão e, concomitantemente, a sua liberdade, fato que o iria integrar no conjunto da sociedade civil brasileira como homem livre; oportunidade, em outros termos, de anular, dentro da estratificação social existente, o *status* de escravo. Na medida, portanto, em que supõe estar a independência indissolúvelmente vinculada à abolição do trabalho servil, é um engajado nesse movimento. Os escravos continuam vendo uma "ilusão de liberdade" no processo de lutas que desembocaria na Independência. Daí a sua participação ser uma constante. Ao se aproximar a data da nossa Independência, movimentos desordenados como o de Argôins, em Minas Gerais, são sintomas que bem demonstram como o chamado elemento servil já aspirava e transpirava politicamente, embora dentro das limitações estruturais que a sua situação econômico-social estabelecia.

Proclamada a Independência política do Brasil, em 7 de setembro, cumpria consolidá-la e garanti-la militarmente, já que as tropas lusas, aquarteladas na Bahia, não estavam dispostas a depor as suas armas. A batalha que se iria travar, portanto, entre lusos de um lado e brasileiros de outro, era decisiva porque não representava simplesmente um duelo militar, mas configurava a solução de todo o movimento político que se havia iniciado e desenvolvido ainda no seio da Colônia e agora entrava em choque direto com a Metrópole. Havia um significado político muito mais vasto do que um duelo de forças no seu sentido estritamente militar.

Na Bahia o ambiente era tumultuoso desde 1821, com a constitucionalização de Portugal. Diversos incidentes surgiram. É nesta conjuntura delicada que chega a Independência. Era governador das armas o General Madeira de Melo que — não aceitando a proclamação da Independência e rejeitando as solicitações de sua rendição — inicia as operações militares na Província. Se de um lado os lusos lançam na refrega os seus contingentes militares ali aquartelados, a população baiana apela para os filhos da Província.

Ainda neste capítulo os escravos tiveram papel ativo. Era a última vez que entravam na composição de forças sociais que desejavam a independência e mais uma vez, conseguido o objetivo daqueles setores que se empenhavam dentro dos quadros institucionais do latifúndio escravista, ficavam marginalizados após a vitória.

Devemos salientar, agora, para melhor compreensão, quais as formas escravas que participaram dessas lutas e o seu comportamento global em face dos acontecimentos políticos e militares que se desenrolavam. Quais as formas de que se revestiu tal participação? O elemento escravo durante as lutas armadas teve quatro formas básicas de comportamento: 1) aproveitou-se da confusão reinante e fugiu para as

matas, debandando dos seus senhores; 2) aderiu ao movimento libertador para conseguir a sua alforria; 3) lutou por simples obediência aos seus senhores e 4) participou ao lado das forças portuguesas.

Quanto à primeira forma de reação, os documentos da época mostram como as autoridades não se descuidaram e traçaram as normas necessárias para reprimi-la. O Governo Provisório que se instalara, querendo "acautelar", "como é do seu dever, os graves prejuízos que resultarão, tanto a particulares como geralmente a toda a Província, da dispersão dos escravos que andam vagando fora da companhia dos seus senhores pelas povoações, lugares e matas do Recôncavo e alguns retidos em poder estranho, ordena o seguinte:

1) Que toda e qualquer pessoa que tiver em seu poder algum escravo que por legítimo título lhe não pertença, o entregue a seu verdadeiro senhor; e ignorando quem ele seja, vá logo recolher à cadeia mais vizinha, entregando-o ao Juiz respectivo; isto no prazo de 15 dias depois da publicação deste, abaixo das penas estabelecidas contra os receptores de escravos alheios.

2) Que todos os Juizes e Capitães-mores façam a mais exata indagação para descobrirem tais escravos e fazê-los prender. Recolhidos que sejam à cadeia, darão conta pela Secretaria deste Governo, remetendo uma lista circunstanciada, na qual se declare os nomes, nação e sinais dos sobreditos escravos e a quem pertencem, sendo que eles o contassem; outrossim declarem os vencimentos que tiveram os Capitães-de-mato ou quem os for prender, os quais deverão se regular pela distância em que foram presos com relação à morada dos referidos Capitães-de-mato, na conformidade do seu regimento; e o dia em que forem recolhidos à cadeia a fim de saber-se o quanto tem despendido o carcereiro em comedorias, o que tudo se faz público pela folha que chegue à notícia de seus donos.

3) Que todos os proprietários de Engenhos e Fazendas indaguem se nas suas terras se acolhem alguns destes escravos e os farão prender e remeter à cadeia vizinha; e não os podendo prender, por se recolherem às matas, dêem logo parte aos Capitães-mores e Juizes, declarando o lugar onde lhes conste que existem". (46)

Quanto à adesão dos escravos ao movimento para conquistar a sua alforria, os fatos e documentos demonstram que foi relativamente grande. Escravos formaram massa compacta ao lado do exército libertador, tendo destacado papel militar. (47)

Aliás, quando os cativos lutavam com tal objetivo, não escolhiam de que lado deviam ficar. Os portugueses também não se descuidaram em aliciar escravos para as suas hostes com promessas de alforria. Em resposta à proclamação de Labatut, que convida os soldados da cidade a desertarem em troca de um "lote de terra e uma sesmaria", os lusos conseguiram levantar 200 escravos africanos que atacaram os nacionais

em Mata Escura e Saboeiro, causando danos às tropas nativas. Depois da luta, que não foi de pouca monta, os escravos foram vencidos, tendo Labatut mandado fuzilar "cerca de 50, sendo os outros açoitados". (48)

Ao tempo em que punia tão severamente os que se colocaram a serviço dos adversários, pensou em "formar batalhões de escravos libertos, como aconteceu na antiga Roma". (49) O Conselho Interino do Governo, acautando as ponderações de Labatut, que era a de "se proceder a uma prestação voluntária de escravos que mais parecerão para formar corpos de primeira linha" determinou que os proprietários fossem ouvidos e convocados "os mencionados Proprietários, pessoas do Clero, empregados públicos e mais homens bons" para deliberarem sobre o assunto, sendo a decisão favorável à solicitação de Labatut.

O certo é que os Henriques já estavam, a esta altura dos acontecimentos, combatendo ao lado dos nacionais, sob o comando do Major Manuel Gonçalves da Silva, que tinha sob as suas ordens 1100 homens. Labatut, por outro lado, que tão severamente punira os escravos que se encontravam do lado adversário, propunha a formação de um corpo de primeira linha de cativos "visto que estes indivíduos se tornam soldados conseguindo a liberdade como me convengo experimentalmente com a conduta dos libertos do Imperador, que disciplinei e instruí". (50)

O Batalhão dos Libertos adquiriu, mesmo, durante as operações, um cartel de heroísmo ponderável, em consequência do seu procedimento nas inúmeras vezes que foi chamado a atuar.

Com a vitória dos libertadores, vejamos como entraram na capital baiana as tropas nacionais e como formaram as que eram constituídas de escravos e de elementos a eles afins. Na vanguarda ia um corpo de exploradores sob as ordens do Coronel Antero José Ferreira de Brito, seguindo-o o Coronel Lima e Silva, comandante-chefe e seu estado-maior, um batalhão do Imperador, o batalhão de Pernambuco, as tropas baianas e logo em seguida o batalhão dos pretos, comandado por Manuel Gonçalves da Silva, tendo ficado na retaguarda parte deste grupo, de guarda no acampamento. (51)

Conforme estamos vendo de forma muito sumária, no episódio militar que redundou na consolidação definitiva da nossa independência política, o escravo dele participou, dando o seu labor e o seu sangue ao procurar abrir e alargar as trilhas da nossa formação como nação.

Após o fracasso da revolução pernambucana de 1817, ainda em Pernambuco iremos encontrar os escravos em novo levante juntamente com outros elementos e camadas da população, fato que se verificou no ano de 1823.

(46) Apud Brás do Amaral: "História da Independência da Bahia".

(47) Idem, idem.

(48) Idem, idem.

(49) Idem, idem.

(50) Idem, idem.

(51) Idem, idem.

Se na revolução de 1817 a participação dos escravos foi parcial, no levante a que nos estamos reportando agora foi decisiva, fundamental. Nele quase que só tomaram parte escravos e ex-escravos. Seu líder foi Pedro da Silva Pedroso, que declarava sua preferência pela gente de cor: ele próprio era mulato. Convém notar que esse famoso Capitão Pedroso vinha das lutas de 1817, nas quais tivera atuação destacada e violenta. Pertencente à 3.^a Companhia do Regimento de Artilharia, amotinou-se naquele movimento. Do seu ato resultou matarem o Brigadeiro Antônio Joaquim e o seu ajudante-de-ordens Alexandre Tomás. Foi o mesmo que tentou de espada desembainhada matar José Luís de Mendonça quando esse elemento procurou, no mesmo movimento, um acordo temporizador, "conservando na fortaleza o estandarte real, como convite à negociação."⁽⁵²⁾

Quando do esmagamento da revolta de 1817, foi o mesmo Pedroso quem acompanhou com mais dois mil soldados o Padre João Ribeiro na sua retirada para o norte.

Após a Constituição de Portugal, Pedroso toma posição radical e dias depois da Independência depõe a Junta Provisória presidida por Gervásio Pires Ferreira. "Aos 18 de setembro (1822); apresentou-se ante a Câmara do Recife o comandante da força armada, Capitão Pedro da Silva Pedroso, depois de haver feito pegar em armas os corpos da guarnição e mandar alguns oficiais aos membros da Junta intimar que se demitissem, o que eles fizeram: e declarou que a força armada e o povo ali reunidos depunham a Junta, por ter esta, no ofício que dirigiu ao Príncipe-Regente, tratado de facciosos os autores do pronunciamento de 1.^o de julho, isto é, o mesmo povo do Recife e a tropa, e acrescentou que requeriam a eleição de um governo temporário de cinco membros, para proceder à eleição de uma nova junta."⁽⁵³⁾

Sua exigência foi aceita. Foram eleitos: presidente, Francisco de Paula Gomes dos Santos; secretário, José Mariano de Albuquerque; membros, o padre Inácio e Filipe Néri Ferreira."⁽⁵⁴⁾

Pedroso, que além da participação na revolução de 1817 e no movimento que estamos relatando, ainda tomará parte na Confederação do Equador, de 1824, foi o líder incontestável desses fatos. Em consequência do levante, o comércio fechou as portas como medida de cautela e durante vários dias a cidade foi praticamente dominada pelos insurretos.

Enquanto durou a ocupação, os escravos e pardos que se haviam engajado à revolta, cantavam nas ruas do Recife:

Marinheiros e caídos
todos devem se acabar
porque só pardos e pretos
no país hão de habitar.
Pois só pretos e mulatos
no país hão de habitar.

(52) Calmon, P. "História do Brasil", R. de Janeiro, 1959, vol. 4, p. 1431.

(53) Op. cit.

(54) Op. cit.

A esse movimento insurrecional aderiu a quase totalidade das forças da 1.^a e 2.^a linhas e as companhias Monta Brechas e Intrépidos, compostas de mestiços e negros e sobre as quais Pedroso exercia grande influência, que já vinha capitalizada dos movimentos anteriores, quando ele se transformou num verdadeiro condutor das camadas mais radicais. Seu proselitismo, que já se havia manifestado nitidamente em 1817, continuou em 1823, para desembocar, finalmente, em 1824, na Confederação do Equador.

Durante a fase na qual o movimento se considerou virtualmente vitioso, as ruas da capital pernambucana estiveram cheias de "grupos ruidosos da ínfima gentinha de cor e seminau."

Pedroso, aliás, parece que gostava dessa "gentinha", sendo ela, um dos seus alicerces políticos e caldo de cultura do seu prestígio. Ao referir-se a ele, Pedro Calmon escreve que "a patuleia (pretos, mulatos, dizem os papéis) seguia os mata-marinheiros com o Coronel Pedro da Silva Pedroso."⁽⁵⁵⁾

Alarmados com tal situação, que se apresentava inesperadamente, e tendo em vista os acontecimentos anteriores que conturbaram a Província, pondo em perigo a ordem tradicional, os senhores de engenho logo se organizaram para liquidar aquele movimento que punha em perigo a estabilidade do regime. No Engenho do Cabo formou-se um verdadeiro exército recrutado pelos donos dos engenhos e fazendas de Pernambuco que, comandado por Pais de Barros, seguiu para esmagar a revolta. Segundo Alfredo Carvalho, estavam "armados de grossos bacamartes de boca-de-sino, pesadas granadeiras reiúnas, compridas lazarinhas de fuzil, monstruosas pistolas de coldres, chuchos de todos os formatos, ferrugentos espadões de gala, facões de rabo-de-galo, recurvos como cimitarras".⁽⁵⁶⁾

Essas tropas, aliadas às que a elas se juntaram, conseguiram esmagar, com relativa facilidade, a "revolta de Pedroso".

Em 1824 participará o escravo, embora de forma mais diluída. Assim, também, na República de Sabino Vieira, instalada na Bahia em 1837. Os escravos negros dela participaram ativamente, formando um corpo de tropa constituído de cativos: o Batalhão dos "Leais à Pátria" que operou sob o comando do Major Santa Eufrásia.⁽⁵⁷⁾ Como vemos,

(55) Calmon, P.: op. cit.

(56) Citado por Gilberto Freyre: "Região e Tradição", Rio, 1941, p. 189.

(57) Vide sobre o assunto "O Batalhão dos Libertos", de Edison Carneiro, in "Antologia do Negro Brasileiro", Porto Alegre, 1950, p. 137 ss. Interessante é o trabalho do escritor Aidano do Couto Ferraz no qual apresenta a composição social das forças libertadoras na Bahia: "não foram apenas os senhores de engenho, comerciantes e letrados que estiveram à frente das ações de massas e da luta armada que culminou com a derrota e expulsão dos colonizadores portugueses do nosso solo, mas fundamentalmente os homens do povo, as pessoas das camadas pobres da população, pequenos proprietários de terras, lavradores de roças, ferreiros, calafates, pescadores, empregados da indústria de cal, empregados nas "armações" de baleia, escravos dos "contratos" e escravos empregados nas plantações de fumo e açúcar, que eram destemidos combatentes ou eram utilizados na tarefa de transportar tropas a remo para abordagens silenciosas da noite. O Batalhão Henrique

até depois da Independência o escravo participava de outros movimentos que ainda lhe ofereciam aquela "ilusão de liberdade" que o 7 de Setembro não lhe deu.

Enquanto no Nordeste movimentos como a Confederação do Equador apareciam como sintomas inofensíveis da disposição emancipacionista de diversas camadas da população, o que decorria de uma série de fatores que, na sua essência, afirmava a formação da nossa consciência nacional, no Sul a efervescência não era menor após a Independência. Certos problemas políticos que eram fruto do desenvolvimento desigual das economias regionais, traduziam a conscientização das contradições emergentes na sociedade brasileira que se diversificava economicamente, criando novas e mais complexas formas de divisão do trabalho e de acumulação de riquezas. Houve, por este motivo, uma interligação sub-reptícia mas constante entre as camadas rebeldes das diversas regiões, interligação que refletia a coincidência de interesses desses elementos novos que apareciam mas se encontravam geograficamente separados. Exemplo disto é o contacto havido entre os homens que fizeram a Confederação do Equador, no Nordeste, e os que dirigiam a Revolução Farroupilha no Sul. O fato é muito visível e explicável. Bento Gonçalves esteve preso em Salvador durante algum tempo, conseguindo fugir em consequência da cooperação de oficiais e elementos ligados aos sediciosos locais. Para o Rio Grande do Sul, por seu turno seguiu o Padre José Antônio Caldas, que foi um dos organizadores da Confederação do Equador em Alagoas; seguiram da Bahia o Coronel Rocha e o Professor João Rios Ferreira Firmino Teles, todos eles elementos ativos durante o tempo que durou a República de Piratini. (57-A)

Era, por conseguinte, a conscientização de vastas áreas e camadas sociais que se configuravam nesses movimentos.

Não tendo surgido a Abolição em 1822, como esperavam, os escravos não perderam a esperança. Continuaram, como já vimos, se engajando nos movimentos subsequentes. Na Revolução Farroupilha eles se sentiram à vontade porque, afora a insurreição dos alfaiates, na Bahia, nenhum outro movimento foi tão enfática e ostensivamente antiescravista como o chefiado por Bento Gonçalves. A participação do escravo tinha um caráter racional, lógico. Não havia a contradição existente nos demais acontecimentos quando eles participavam das lutas por ordem dos seus senhores, conforme já vimos. Além do mais, como não pesava muito fortemente na economia da região conflagrada, o escravo se transformou em soldado rapidamente, adaptando as suas técnicas de combate

Dias compunha-se de mil e cem crioulos. Nas cidades do Recôncavo e nas ilhas não era menor o contingente de homens de cor, filhos leais de nosso povo que ansiavam pela emancipação e o direito de viver". (O Guerrilheiro da Independência, in "Voz Operária", Rio).

(57A) "Quinze dias apenas esteve Bento Gonçalves preso no Forte do Mar. Desde a sua chegada entrou em confabulações com os republicanos da capital. Não combinou com eles apenas o plano da sua fuga, mas ainda o da sublevação baiana. Tinha o prisioneiro a praça de armas por menagem. Conversava com oficiais e via-se diariamente da permissão de tomar banho de mar" (Collor, L.: Garibaldi e a Guerra dos Farrapos, Porto Alegre, 1958, p. 105).

aprendidas no Continente Negro às lutas da campanha. As próprias autoridades farroupilhas se encarregavam de emancipá-lo.

De fato, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná não receberam um contingente demográfico africano considerável, embora, o seu coeficiente fosse bem maior do que muitos supõem. O tipo da economia pastoril prescindia do escravo africano. Os trabalhos agrícolas, especialmente o da erva-mate, também não eram de molde a exigir uma concentração de braços escravos como a que a economia dos engenhos ou da mineração impunha. Além disto, devemos salientar que, nas regiões fronteiriças, havia sempre o perigo de o escravo fugir para outros países. Houve mesmo alguns atritos de caráter internacional em consequência desses fatos. (58) Dai não terem as camadas dirigentes da região conflagrada interesse em manter o estatuto da escravidão, tão acirradamente como aconteceu no Nordeste, onde era o esteio em que se escorava toda a economia regional. O Rio Grande do Sul tinha a seguinte população negra:

1814	1.439
1822	22.000
1835	100.000

O total da população da Província era o seguinte:

1814	79.137
1822	106.196
1835	360.000 (59)

(58) "As Províncias do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, S. Catarina e Paraná, limitadas pelos circunvizinhos (Guianas Inglesa e Holandesa, Venezuela, Nova Granada, Peru, Bolívia, Paraguai, República Argentina e Uruguai), em nenhum dos quais se permite a escravidão, são justamente por isso, perigos permanentes para a tranquilidade interna e para a defesa do Estado. Na última guerra com o governo de Montevideo, e na atual com o Paraguai, os chefes das forças inimigas traziam sempre a missão de sublevar os escravos do Rio Grande; e ninguém ignora que este recurso, posto que bárbaro, se fosse eficaz, causar-nos-ia grandes desastres. A escravidão nas Províncias fronteiras é, pois, na realidade, gravíssimo elemento de fraqueza militar. Além disso em tempo de paz, a fuga de escravos para os territórios vizinhos e outros fatos promovem conflitos e amarguram algumas de nossas questões internacionais. Ainda há pouco, noticiava-se do norte a fuga de escravos do Alto Amazonas para o território do Peru, e uma considerável evasão do Pará para a Guiana Francesa. As discussões que provoca a extradição de escravos evadidos da fronteira do Rio Grande do Sul, as questões que têm originado, a série de reclamações do governo oriental contra o brasileiro, renovadas ainda recentemente em 1864, a dificuldade de se cumprirem tratados de extradição, o constrangimento que a sua execução produz, e os abusos dos rio-grandenses que nas suas estâncias do Estado Oriental querem conservar a escravidão ainda que dissimulada sob a forma de contratos de engajamento com prazos enormes (10, 15 e 20 anos); tudo isso conspira para abolir a escravidão na grande Província fronteira do Sul" (Bastos, Tavares: "A Província", São Paulo, 1937, p. 243/244).

(59) Sobre a composição demográfica do Rio Grande do Sul e o seu coeficiente negro rebaixado com outras regiões, Dante de Laytano nos apresenta os seguintes dados esclarecedores: "A percentagem dos brancos na nossa população é de 10,37% somente ultrapassada por Santa Catarina que tem 84,79% quando existem Estados, como o de Alagoas, com 31,08 apenas. A população de caboclos é, entre nós, de 5,35%, ultrapassada por Santa Catarina com 3,25% e Distrito Federal com 3,23%, chegando à mais alta percentagem no Amazonas, 48,38%, no Pará, 39,94% e no Ceará, 37,12%".

Como muito bem diz Dante de Laytano, as estatísticas revelam que a revolução de 35 encontrou a Província com 1/3 de escravos no total da população.⁽⁶⁰⁾ E acrescenta o mesmo autor: "...os Farrapos encontraram nos negros, não o soldado mercenário e passivo, mas um aliado, numa campanha armada pela libertação de seu estado pelas bolsas avaras de Portugal."⁽⁶¹⁾

O escravo negro, portanto, participa neste quadro como aliado livre, criando zonas de fricção militar em diversos pontos e áreas de combate. Desde o começo, isto é, desde a tomada de Porto Alegre que o escravo negro está presente, comandado por Bento Gonçalves. Uma testemunha afirmará que "de diversas insurreições de Escravatura agentes fizeram armar e reunir em diversos pontos da Província e na cidade de Pelotas onde ainda conservam, para mais de *trezentos a quatrocentos escravos* armados contra a causa da Legalidade..."⁽⁶²⁾ O próprio Bento Gonçalves tinha um ex-escravo que o acompanhava, tendo prestado bons serviços à causa republicana.⁽⁶³⁾

Outros depoimentos ainda mostram que o escravo foi um aliado dos mais importantes da República de Piratini. Ainda segundo Dante de Laytano "foram eles elementos de colaboração, entraram com os primeiros insurretos, estiveram a par dos segredos e das senhas revolucionárias e tomaram parte na primeira avalanche que se jogou contra o Império."⁽⁶⁴⁾ O Major João Manuel de Lima assumiu o comando da 1.ª legião de escravos que entrou na cidade de Pelotas. E, convenhamos, os escravos tinham

A proporcionalidade quanto ao negro, é a seguinte:

Rio Grande do Sul, 8,68%, Paraíba 7,08% e Ceará 8,65% (...)

As estatísticas revelam que a revolução de 35 encontrou a Província com 1/3 de escravos negros no total da população" (Laytano, Dante de "História da República Rio-Grandense", P. Alegre, 1938, p. 147).

(60) Laytano, D. de — Op. cit., p. 147.

(61) Op. cit.

(62) Op. cit.

(63) Diz ainda Dante de Laytano "...um Antônio Joaquim da Silva por alcunha "Menino Diabo" porque este não só andava hostilizando como comandando os lanchões guarnecidos e armados de escravatura..." depunha o funcionário da tesouraria geral Pedro Azevedo e Souza no Juízo de Paz.

Os escravos retomaram — prossegue Dante de Laytano — nessa armada de esperança, que era como bem se poderia chamar a espécie de esquadrão revolucionária, suas qualidades de energia e bravura. O próprio Garibaldi não pode esconder o seu entusiasmo diante da vontade férrea do negro que parecia conduzir os navios de guerra para uma vitória certa." (Op. cit., p. 150).

(64) "Contava-se que depois de interrompida a fuga de Laje, recebera Bento Gonçalves aviso de que as autoridades militares iam ordenar uma busca em sua pessoa e bagagem, e que todo o dinheiro encontrado seria entregue em depósito ao comandante da fortaleza, a fim de dificultar-lhe novas tentativas de evasão.

Acompanhava-o desde a Cisplatina um escravo fugido, o Congo. Temendo ficar privado dos recursos que trazia consigo, resolveu fosse o negro à cidade levá-lo à custódia de pessoa de sua confiança. Respondeu o preto que preferível lhe parecia guardasse ele próprio a soma. Não gostou o amo da resposta, e com alguma irritação reiterou, peremptório, a ordem. Congo não ousou insistir, e foi à cidade. De volta, afirmou que fizera a entrega de acordo com as instruções do senhor.

"A busca, entretanto, não se efetuava. E um belo dia foi o prisioneiro surpreendido com a ordem de embarcar imediatamente num brigue de guerra pronto a

razões de sobra para combater ao lado dos Farrapos. O sentimento anti-escravista dos seus líderes, como já assinalamos, justificava plenamente esse engajamento. Bento Gonçalves e Domingos de Almeida, ministro da Justiça e Interior da jovem República, assinavam, a 11 de maio de 1839, documento no qual afirmavam: "o Presidente da República para reivindicar Direitos inalienáveis da humanidade, não conseguindo que o livre rio-grandense de qualquer cor que os acidentes da Natureza os tenham distinguido, sofra impune e não vingado o indigno, bárbaro, aviltante e afrontoso tratamento que lhe prepara o infame Governo Imperial, em represália, a que lhe é provocado, Decreta:

Artigo Único: Desde o momento em que houver sido açoitado um homem-de-cor a soldo da República pelas autoridades do Governo do Brasil, o General Comandante-Chefe do Exército, ou Comandante das diversas divisões do mesmo, tirará a sorte aos Oficiais de qualquer grau que sejam das tropas Imperiais nossos prisioneiros e fará passar pelas armas aquele que a mesma sorte designar."⁽⁶⁵⁾

Compare-se este documento com o lançado pelo governo revolucionário de 1817. A diferença é flagrante e o saldo é todo a favor dos farroupilhas.

E havia mais: a jovem República comprava centenas de escravos aos seus senhores, todas as vezes que eles assim o exigiam, para que pudessem combater como soldados livres nas fileiras dos Farrapos.

Não foi apenas como lanceiro, soldado de infantaria ou nas cargas de cavalaria que o negro se destacou pela importância do papel, mas na Marinha também.

Lanchões armados, tripulados por ex-escravos faziam parte da pequena frota farroupilha. Em várias oportunidades tiveram de provar a sua bravura, conforme testemunho de outros participantes dessas refregas. Rafael e Procópio, negros, participaram juntamente com Garibaldi, do combate que as tropas farroupilhas mantiveram em Camaquã contra Frederico Moringue. Muito da resistência que foi oferecida àquele chefe legalista deve-se à disposição dos escravos que estavam ao seu lado. O próprio Garibaldi, que tão ativa e corajosamente participou ao lado das tropas de Bento Gonçalves, criando mesmo uma auréola de herói de dois mundos, nas suas memórias, declarou: "Quisera um lugar para escrever, gravar em bronze os nomes destes valentes companheiros, que em

sair para a Bahia, sendo-lhe ao mesmo tempo comunicado que não podia levar consigo o escravo.

Desesperava-se Bento Gonçalves com a impossibilidade de mandar buscar o dinheiro, quando dele se aproxima o "Conguinho" e lhe segreda, desapertando o cinto:

— O dinheiro está aqui!"

(Collor, Lindolfo: "Garibaldi e a Guerra dos Farrapos", Porto Alegre, 1958, p. 105).

(65) — Laytano, Dante de, op. cit.

número de quatorze se reuniram, combatendo durante cinco horas cinquenta inimigos".⁽⁶⁶⁾

O abolicionismo dos chefes da República de Piratini não arrefeceu mesmo nos momentos mais críticos. Depois de reconhecidamente derrotados, não abdicaram das suas posições antiescravistas.

Nas condições de rendição não abandonaram à sua própria sorte aqueles que, sendo escravos, lutaram ao seu lado.⁽⁶⁷⁾

Na Paraíba, em 1874, quando foi adotado no país o novo sistema de medidas (métrico decimal), o povo da cidade de Campina Grande saiu às ruas para protestar, supondo tratar-se de novos e mais elevados impostos. Aos descontentes, juntar-se à uma parcela de escravos daquela cidade que, comandados por um negro chamado Manuel do Carmo, assumiu praticamente a direção do levante. O escravo Manuel do Carmo e seus companheiros marcharam para o Sítio Timbaúba em busca do presidente do Conselho Municipal, Bento Gomes Pereira. Cercada a casa, aparece a figura do presidente da Câmara, visivelmente nervoso e temeroso, sendo, na ocasião, interpelado pelos escravos que exigiam "o livro de fundo da emancipação onde estavam pintados os escravos novos".

O movimento já tinha assumido proporções inteiramente novas e dramáticas; os escravos haviam aproveitado o descontentamento dos habitantes da cidade para exigirem a sua liberdade. Gomes Pereira, maliciosamente, entregou um livro aos escravos sediciosos que não sabiam ler, afirmando ser o do "fundo". Ludibriados dessa maneira, retiraram-se e levaram consigo, como reféns, todos os que se encontravam no sítio.

Quando chegaram em Campina Grande, de regresso, são procurados pelo Padre Calixto Correia Nóbrega, vigário local, que tenta dissuadi-los do seu intento. Já haviam os escravos, a essa altura, compreendido o logro de que foram vítimas. Sem uma orientação clara, apesar das contínuas levadas de escravos que vinham de todos os pontos engrossar as fileiras de Manuel do Carmo, os escravos resolveram internar-se nas matas próximas. Por outro lado, marchava para Campina Grande um forte contingente chefiado por Belarmino Ferreira da Silva. Compreendendo a sua inferioridade numérica e a desvantagem tática de permanecerem na cidade, embrenharam-se nas matas transformando-se em quilombolas.

Com a saída dos escravos de Campina Grande, o movimento do "Quebra-Quilos", como ficou sendo conhecido, logo seria abafado e os seus principais dirigentes aprisionados.⁽⁶⁸⁾

(66) — Garibaldi: "Mi Lucha por la Libertad" — B. Aires, 1944, p. 36.

(67) — A posição antiescravista dos Farrapos foi mantida até o fim. Quando foi discutido o Tratado de Paz com o Império, estando já, portanto, os farrapos derrotados pois era o documento de sua rendição, impuseram uma cláusula, a quarta, que tinha a seguinte redação: "São livres e como tais reconhecidos os cativos que serviram na Revolução". Como vemos, os escravos que se engajaram no movimento de Bento Gonçalves, mesmo com a sua derrota, conseguiram a liberdade por que lutaram de armas nas mãos.

(68) Jurema, A. "Insurreições Negras no Brasil", 1935, p. 13.

Conforme estamos vendo, não foram lutas esporádicas — e o quadro que acabamos de apresentar está longe de ser completo quer na sua extensão, quer na sua profundidade — mas uma sequência decorrente da própria estrutura econômico-social da Colônia e do Império, o que vale dizer, decorrência da estratificação quase impermeável de uma sociedade escravista.

Além das lutas em que o escravo negro participou, juntamente com as demais camadas e classes da sociedade, há as revoltas de escravos nas quais ele lutou isolado, por objetivos próprios. É o que veremos adiante.

Quilombos e Guerrilhas

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituiu-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava. (1)

Em Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Maranhão, onde quer que o trabalho escravo se estratificava, ali estava o quilombo, o mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência. Lutando. Desgastando as forças produtivas, quer pela ação militar, quer pelo rapto de escravos, fato que constituía, do ponto de vista econômico, uma subtração ao conjunto das forças produtivas dos senhores de engenho. Sua organização interna tinha como elemento importante as instituições tribais que os negros traziam da África e que aqui deixavam de ser meros elementos supérstites à medida que o escravo se rebelava, tornando-se elementos de negação do sistema escravista. A hierarquia que se estabelecia nos quilombos exprimia um novo sistema de valores criado pelos rebeldes, isto é, significava que a dicotomia senhor-escravo deixava de existir para se estabelecer outra que funcionava dentro dos padrões de controle dos próprios elementos do quilombo.

(1) — As autoridades entendiam por quilombo "toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles" (Resposta do Rei de Portugal a consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740).

Como dissemos, era portanto o quilombo uma instituição natural na sociedade escravista. As fugas sucessivas que decorriam da própria situação do escravo, exigiam que se organizassem núcleos capazes de receber o elemento rebelde que necessitava, como é natural, de conviver com semelhantes para sobreviver.

Elemento complementar do quilombo, muitas vezes independente de sua estrutura, foi a guerrilha, que proliferou em diversos locais nos quais os quilombos apareciam. Menos numerosa, a guerrilha tinha outros objetivos: o quilombo aglutinava os elementos que fugiam e procurava dar-lhes uma estrutura organizativa estável e permanente. Daí funcionar aquela hierarquia de valores tribais a que nos referimos, além dos seus traços de cultura que funcionavam no desenvolvimento da agricultura local, na fabricação de armas, na forma de governo.

A guerrilha era extremamente móvel. Por isto mesmo pouco numerosa. Atacava as estradas, roubando mantimentos e objetos que os quilombos não produziam. Eram seus componentes também sentinelas avançadas dos quilombos, refregando com as tropas legais, os capitães-do-mato e os moradores das vizinhanças.

Edison Carneiro, estudando as formas de luta dos escravos, caracteriza-as da seguinte maneira: a) a revolta organizada, pela tomada do poder, que encontrou a sua expressão nos levantes dos negros males (muçulmanos), na Bahia, entre 1807 e 1835; b) a insurreição armada, especialmente no caso de Manuel Balaio (1839) no Maranhão; c) a fuga para o mato, de que resultaram os quilombos, tão bem exemplificados no de Palmares.⁽²⁾ De fato, estas três formas fundamentais de luta caracterizaram, de um modo geral, os movimentos dos escravos contra o instituto da escravidão. Devemo-nos lembrar, porém, para que não fique o panorama incompleto, de duas outras formas de resistência usadas pelos escravos: 1) as guerrilhas, como já foi dito acima e 2) a participação — como vimos no capítulo anterior — do escravo em movimentos que, embora não sendo seus, adquirirão novo conteúdo com a sua participação.^(2A) No presente capítulo estudaremos especialmente os quilombos e as guerrilhas.

(2) — Carneiro, Edison — O Quilombo dos Palmares, São Paulo, 1947, p. 13.

(2A) — Algumas vezes o quilombola terminava transformando-se em bandido. É o caso do célebre Lucas da Feira, na Bahia. "Lucas era um negro crioulo escravo. Em 1828, ele fugiu do seu senhor e organizou com a ajuda de alguns outros escravos furtivos, chamados Flaviano, Nicolau, Bernardino, Januário, José e Joaquim, um bando que desde esse tempo até 1848, infestou as grandes estradas que conduziam à cidade de Feira de Santana, então simples vila.

Durante vinte anos estes bandidos cometeram crimes de toda espécie. Mantinham a pacífica população da vila presa de tal terror que, quando em 1844, o bandido Nicolau foi morto pelos policiais que o perseguiram e sua cabeça trazida à cidade, se celebrou o acontecimento com verdadeiras festas públicas, que foram renovadas e duraram três dias, quando Lucas foi aprisionado." (...) mesmo sem insubordinação fez-se chefe do bando. Não agiu absolutamente como os negros escravos que se suicidavam: ele tomou a ofensiva. (...) Interrogado muito habilmente neste sentido, tomou todo cuidado em não comprometer seus cúmplices. Negou todos os fatos que pudessem denunciá-los. Premido ao extremo acabou por declarar que não denunciaria jamais seus amigos, sabia, que seus dias estavam contados, mas jamais

Incluímos a luta dos escravos do Preto Cosme neste capítulo por motivos óbvios: se aparentemente ela se assemelha a uma insurreição pela tomada do poder, e em determinados momentos afigura-se com tonalidades nitidamente voltadas para este fim, foi, no entanto, no seio de um quilombo que fermentou inicialmente, pelo menos no aspecto que nos interessa mais diretamente. Além do mais, foi apenas o coroamento de todo um longo processo de lutas dos quilombolas maranhenses, como veremos adiante. Como, por questões metodológicas, separamos este núcleo mais radical do conjunto de forças políticas que desencadearam oficialmente o movimento, achamos que a ênfase que damos ao aspecto justifica a sua inclusão neste capítulo: saíram dos quilombos para as guerrilhas. Poderão pensar que a participação de Manuel Balaio e do Preto Cosme em aliança com os *bem-te-vis* obrigá-los-ia a apresentar esses fatos enquadrados nas linhas do capítulo "Participação dos Escravos nos Movimentos Políticos". Quem estuda, porém, detidamente, as forças sociais que desencadearam o movimento, vê facilmente que os escravos sempre tiveram objetivos independentes dos políticos *bem-te-vis* e por eles sempre foram aliados de posições mais importantes, não se podendo portanto falar em uma aliança entre essas duas forças. Quando a luta chegou à sua derradeira fase, com a derrota das forças rebeldes, essa diferenciação poderá ser mais facilmente verificada com a participação dos elementos *bem-te-vis* na caça aos remanescentes dos homens do Preto Cosme e do Balaio. Essa ala, porém, continuou a luta até ser definitivamente esmagada, depois que esses políticos capitularam e passaram a agir como aliados do inimigo de ontem.

O processo de luta dos escravos no Maranhão, é bom insistir, continuará após o esmagamento da Balaiada como já existia antes da sua eclosão. O mesmo podemos afirmar em relação aos "Papa-Méis" de Alagoas, também estudados no presente capítulo.

Os quilombos proliferaram inicialmente como forma fundamental de resistência. Em todas as partes da Colônia ele surgia logo surgisse o sistema escravista e o seu modo de estratificação. Enchiam as matas e punham em polvorosa os senhores de terras e vidas humanas. Por isto mesmo, no decorrer da escravidão, vemos tumultos constantes e lutas de quilombolas se sucederem, conforme já acentuamos: ataques às fazendas, mortes de feitores e capitães-do-mato, lutas de guerrilhas. Escrevê Afonso Arinos de Melo Franco, referindo-se aos escravos do Rio de Janeiro: "Atacam os seus próprios senhores. Assim, em Rio Bonito, o fazendeiro José Martins da Rocha Portela foi morto pelos seus negros. Tentativas de morte contra senhores também havia, como a que se deu com o fazendeiro Miguel Teixeira de Mendonça, de Barra Mansa, ou

traíra aqueles que outrora o haviam ajudado." (Rodrigues, Nina: "As Coletividades Anormais", Rio de Janeiro, 1939, p. 153 ss) — Lucas da Feira depois de confessar todos os seus crimes foi condenado à morte e enforcado na cidade de Feira de Santana (então vila) a 25 de setembro de 1849. Ver a respeito: "Lucas, o Demônio Negro" de Sabino de Campos (Pongetti, 1957), que apesar de ter como subtítulo, "Romance Folclórico Baiano", é um documentário valioso, contendo pesquisas inéditas sobre Lucas da Feira.

com o sinhô-moço, filho do fazendeiro José Joaquim Machado, do local Murundu, em Campos".⁽³⁾

Mas a revolta coletiva — conforme já tivemos ocasião de salientar — será a forma característica de luta entre os escravos.

Os quilombolas criarão vários focos de ação nas margens do Rio Paraíba, de onde incursionarão para atacar as fazendas mais próximas. Ali juntar-se-ão aos índios que também lutavam contra a escravidão, constituindo força capaz de atacar inesperadamente os senhores de engenho que, alarmados e temerosos de suas atividades, várias vezes solicitarão providências à Câmara contra tais atos.

As providências surgirão. Isso, porém, não impedirá que os quilombolas continuem atacando até vilas e povoados.

Em consequência desses fatos, grupos de capitães-de-mato percorrerão o interior dando caça aos escravos fugidos. A Câmara instituirá prêmios para os captores dos quilombolas. Em 1669, apesar das inúmeras medidas repressivas, são vistos refugiados na Serra dos Órgãos, onde continuam suas investidas contra os seus senhores. A audácia desses quilombolas aumenta com o passar do tempo, chegando mesmo a atacar a estrada de São Cristóvão.⁽⁴⁾

Os escravos paraibanos lançaram-se muito cedo à luta por sua libertação. Foi, inicialmente, o quilombo, a forma adotada. Fugiam para as matas, tornando-se um perigo constante ao sossego dos senhores de terras e de engenhos daquela área, fato que não passará despercebido ao Governo de Portugal, que enviará, logo depois de ser cientificado, instruções para que fossem impiedosamente destruídos. Muitos dos escravos vindos de Palmareis — com a experiência de luta adquirida naquele reduto — estabelecerão um agrupamento de quilombolas em Cumbe, hoje usina Santa Rita. Iniciarão, logo depois de estabelecidos no local, uma série de ataques que os deixará temidos. Investiam contra fazendas para

conseguirem víveres, armas e novos elementos que iriam engrossar o corpo dos insurretos.⁽⁵⁾

Os fazendeiros solicitarão imediatas providências contra os "roubos que experimentavam os moradores do Sertão do Cariri, Tapuá e Taipu do mocambo Cumbi". A Carta Régia que comunica o fato diz ainda que naquele mocambo se encontravam índios, orçando em cerca de setenta o número de indígenas e negros ali aglomerados. As medidas repressoras serão imediatamente postas em prática, sendo enviado Jerônimo Tovar de Macedo com quarenta homens para fazer frente ao reduto de quilombolas, no que não lograram êxito. Com a derrota sofrida pelas tropas enviadas, a situação se agravou para os senhores da região, atacados constantemente pelos escravos fugidos. Novas providências serão tomadas e, tempos depois, João Tavares de Castro, com um corpo de mercenários, marchará contra o quilombo, travando combate cerrado com os seus componentes. "suprimindo muitos", aprisionando vinte e cinco, arrasando, finalmente, o reduto. Muitos anos depois, em 1851, será dissolvido outro foco de quilombolas que constituía "sério perigo" e vinha resistindo tenazmente às investidas das autoridades.⁽⁶⁾

A Metrópole, ante o agravamento de situação tão vexatória, tomará novas providências contra tal estado de coisas e, em 1741, mandará que seja rigorosamente cumprido o Alvará de 7 de março daquele ano, que estatuiu fosse ferrado — ferro em brasa — com um "F" na testa todo cativo que fugisse e fosse encontrado em quilombo e cortada uma orelha em caso de reincidência. Essas medidas, porém, não conseguirão deter a marcha da luta dos escravos paraibanos contra o estatuto da escravidão. Pelo contrário: as cadeias públicas se encherão de escravos rebeldes. Assassínios de feitores, de senhores de engenho, de capitães-do-mato serão fatos comuns na região paraibana durante a vigência da escravidão. Em 1865 a cadeia da Capital foi palco de uma cena que bem ilustra o grau de rebeldia desses escravos. Um negro que ali fora recolhido se rebelou contra os maus tratos a que vinha sendo submetido. Em consequência foi condenado a receber quatro dúzias de palmatoadas. Encontravam-se também presos na ocasião, na mesma cadeia, inúmeros outros escravos. Imediatamente a solidariedade dos demais prisioneiros se fez sentir para com o que seria castigado e, na ocasião em que o condenado — chamava-se Francisco — era retirado da prisão para sofrer o castigo, os demais atiraram-se sobre a guarda, originando-se em seguida violenta luta corporal. No conflito foram mortos os escravos "Ildefonso, condenado à morte pelo júri de Sousa; Félix, condenado às galés perpétuas pelo júri de Pilar; Tomás, pertencente a Joaquim Moreira Lima, que se achava recolhido à requisição do seu senhor; o guarda nacional Manuel do Prazeres, que fazia parte da guarda da

(3) — Mello Franco, A. A. — "Agitação dos Escravos do Rio de Janeiro", in "Antologia do Negro Brasileiro, Porto Alegre, 1950. — Aliás, em todo o Brasil as mortes ou tentativas de assassinio dos senhores pelos escravos eram muito frequentes e enchem todo o período escravista. Em 1831, em Pernambuco, os escravos do Engenho Genipapo levantaram-se, assassinaram o feitor e fugiram para as matas. Em correspondência para a Corte comunicava na época uma autoridade o "funesto acontecimento havido no dito engenho no dia 22 do mês próximo passado" (MS transcrito por Gilberto Freyre in "Nordeste", R. de Janeiro, 1938). Pandiá Calógeras, abordando o mesmo assunto, escreveu que "começavam os escravos a ser considerados como um perigo social, pela frequência dos assassinatos praticados em seus senhores. A 26 de fevereiro de 1834, Aureliano declarava em aviso ao Juiz de Direito da 4ª comarca de S. Paulo, que não deferira a Regência o recurso de graça de um réu escravo condenado à pena última pois tais crimes, por sua repetição, ameaçavam a ordem social "e deve a sentença dar-se pronta execução, e que para o futuro assim se deverá praticar em quaisquer réus de igual natureza, independente de subirem à presença da mesma Regência as sentenças na conformidade do citado Decreto de 11 de abril de 1829". ("Da Regência à Queda de Rosas", S. Paulo, 1933, p. 333).

(4) — Coaracy, Vivaldo: "Quilombolas no Rio de Janeiro", in "Antologia do Negro Brasileiro", P. Alegre, 1950.

(5) — Ver o capítulo sobre Palmareis no qual procuramos resumir o que foi o reduto da Serra da Barriga, baseados em alguns autores e documentos antigos e no trabalho de Edison Carneiro, evidentemente a melhor obra aparecida até o momento sobre o assunto, trabalho clássico.

(6) — Vidal, Ademar: — "Dois Séculos de Escravidão na Paraíba", in "Estudos Afro-Brasileiros", Rio, 1935.

cadeia; e foram feridos gravemente os presos José, escravo pronunciado por ferimentos graves em Pedra de Fogo; Joaquim, escravo fugido e o guarda nacional João Francisco do Nascimento; levemente feridos os escravos Raimundo, condenado às galés pelo júri de Mamanguape; dois soldados de linha — Luís Fernandes Duarte e Telésforo Pereira da Silva — e 3 guardas nacionais.”⁽⁷⁾

Pelas conseqüências podemos avaliar as proporções da luta.

Certas particularidades da sociedade mineira propiciavam a fuga dos escravos. Havia uma cisão profunda entre as duas partes fundamentais da sociedade — uma ligada à Metrópole e outra discordante da situação em que se encontrava (era composta de contratadores, falcadores, artesãos, pequenos comerciantes, militares de baixa patente, etc). Isto sem falarmos na própria massa escrava inteiramente destituída de bens materiais e direitos políticos. Criou-se, portanto, o caldo de cultura onde fermentaram, desde o século XVII, sucessivas revoltas.

Os quilombolas se aliavam aos contrabandistas de diamantes e serão uma preocupação constante; muito trabalho darão aos dirigentes da Capitania. Segundo um historiador dessa região — M. M. de Barros Latif — em conseqüência das facilidades que os escravos encontravam para a fuga na mineração, a repressão se processará com mais vigilância em Minas Gerais de que nas demais capitanias, tendo, mesmo, as cadeias, públicas se transformaram nos edifícios mais importantes das cidades, vilas e povoados mineiros; importância que advinha da vigilância repressiva movida pelo governo, repressão tanto mais acentuada quanto era o interesse da Metrópole em arrancar as riquezas do subsolo mineiro.

Durante muito tempo viveu no distrito diamantino um legendário negro chamado Isidoro, conhecido posteriormente por “O Mártir”, que durante anos atuou à frente de 50 quilombolas, praticamente invencível até a morte, no ano de 1809.⁽⁸⁾

(7) — MS transcrito por Ademar Vidal, loc. cit., p. 126.

(8) — Joaquim Felício dos Santos descreve as atividades de Isidoro da seguinte forma: “Isidoro era um pardo que fora escravo de um frei Rangel, que vivia da mineração. Processado como contrabandista foi confiscado a seu senhor em benefício da fazenda Real, e condenado a trabalhar nos serviços da Extração como galé. De caráter altivo e não podendo suportar a pena, que o obrigava a trabalhar de calceta, um dia limou os ferros, conseguiu iludir a vigilância dos guardas, fugiu do serviço e atirou-se à vida de garimpeiro. Sucedeu que outros escravos, também condenados, imitassem seu exemplo. Reuniram-se e Isidoro constituiu-se o chefe de uma tropa de garimpeiros escravos”. (...) “... entrelinha frequentes comunicações com pessoas importantes do Tijuco que lhe compravam os diamantes que extraía”. (...) “Câmara foi o mais acérrimo perseguidor de Isidoro: ainda mais que João Inácio. Declarou-lhe uma guerra encarniçada; dissimulou patrulhas por toda parte; bateu-o em diferentes lugares; empregou os meios de sedução, de ameaças, de violência com as pessoas que supunha protegê-lo. Isidoro, porém, sempre conseguiu pôr-se a salvo de suas perseguições, já resistindo com a força, já por traças contaminando-lhe os planos bem combinados”. (...) “Assaltado de improviso por grande número de pedestres da intendência, resistiu (Isidoro) só e valorosamente

De todos os quilombos existentes em Minas Gerais, possivelmente, embora não seja certo, o mais importante — pela duração e número de quilombolas reunidos — foi o de Campo Grande, ajuntamento que muito trabalho deu às autoridades mineiras, antes de ser destruído, embora outros, como o de Ambrósio, fossem apontados como mais numerosos. Em 1741 já se tinha notícias desse reduto como sendo de alta periculosidade. Partiu, em conseqüência disto, para dar-lhe combate, um grupo de carijós, negros forros e mulatos sem ofício, comandado pelo Sargento-mor João da Silva Ferreira. Em 1746 o Governador Gomes Freire referiu-se a esse quilombo como já existindo “há mais de 20 anos”, o que bem demonstra a sua antiguidade na região.

O Quilombo de Campo Grande estendia-se numa superfície considerável, entre as capitanias de Minas Gerais e Goiás, e estava localizado num espaço compreendido entre rios, e certamente, pelo que depreendemos da leitura de diversos documentos e informações de historiadores, não era apenas um quilombo, mas uma série deles, interligados por diversos escalões de interesse, tendo em vista o bem comum. A segurança dos seus moradores era, incontestavelmente, um dos aspectos mais importantes e o seu sistema organizativo interno estava vinculado, como não podia deixar de ser, à segurança dos mesmos, tendo-se em mira as constantes incursões contra ele. O interesse que os unia era, sem sombra de dúvida, a defesa contra essas expedições enviadas para destruí-los. Segundo informações que temos, possuíam um rei e uma rainha, embora documentos se refiram ao quilombo como sendo dirigido por uma república. É o mesmo problema do Quilombo dos Palmares, já definitivamente esclarecido com o trabalho de Edison Carneiro. Segundo Diogo de Vasconcelos, cada quilombo “tinha o seu rei com oficiais e ministros regendo-se pelo despotismo africano (...) imitação quase dos Palmares.”⁽⁹⁾ Usavam também um sistema defensivo parecido com o de Palmares, com paliçadas protetoras. Além de se defenderem, faziam surtidas, sendo as suas atividades predatórias tão temidas que a região se foi despovoando, pois os moradores se retiravam à medida que eles investiam, com medo de novos ataques, coisa que se repetia frequentemente. Mas se os moradores da região fugiam apavorados, elementos de outras regiões estabeleciam com esses quilombolas um verdadeiro comércio clandestino. “Tinham mesmo em povoados, e até vilas, agentes

por muito tempo até cair ferido com três balas. Então o prenderam, e ainda o maltrataram, espancaram, feriram como se se tratasse de um animal brávio” (...). Isidoro, com as carnes rasgadas, e mal podendo sustê-lo, é levado à tortura. Em público, defronte da porta da cadeia, foi amarrado a uma escada, com os membros estirados e movimentos tolhidos. Dois pedestres começaram a açoita-lo com bacalhau. Logo as carnes se rasgam, o sangue salpica e abrem-se feridas ainda não cicatrizadas”. (...) “Foi recolhido à prisão”. (...) “Isidoro alguns dias depois, sentindo aproximar-se os seus últimos momentos, declarou que queria falar com o intendente para fazer-lhe uma revelação”. (...) “Quis falar, tentou erguer-se; mas já era chegada a sua hora e caiu morto” (...). “Isidoro, depois de sua morte foi venerado como um santo. Hoje ainda se diz: “Isidoro, o mártir.” (J. Felício dos Santos: “Memórias do Distrito Diamantino”, R. de Janeiro, 1924, p. 308 ss.).

(9) — Vasconcelos, Diogo L. A. P. de: — “História Média de Minas Gerais”, B. Horizonte, 1918, p. 169.

secretos que com eles especulavam, comprando-lhes o ouro, peles, poaia e mais coisas que podiam enviar, fornecendo-lhes em troca munição e gêneros. Entre os objetos desse comércio ilícito vinham os que pilhavam na picada de Goiás, e nos mais caminhos como nos povoados e fazendas que assaltavam, sobretudo nas comarcas do Rio das Mortes e Sabará." (10)

O número de negros fugidos reunidos no quilombo de Campo Grande era considerável, embora não possa ser precisado com exatidão. Sabemos, contudo, que naquela região se elevava a mais de vinte mil o total de negros aquilombados. Por aí podemos fazer uma dedução da potencialidade e da quantidade populacional desse reduto. Mais de seiscentos, pelo menos, formavam o seu exército, que atacava os moradores locais.

Em 1748 houve uma expedição contra esses quilombolas, comandada pelo Capitão Antônio José de Oliveira, deixando-os "escarmentados." Um ano depois o Dr. Marcos Freire de Carvalho foi enviado com poderes de vigário "pelos sertões do Piauí, Rio das Abelhas e Cabeceiras do São Francisco, para abrir novas igrejas." "No entanto, ao invés de salvador de almas, o que o Dr. Marcos desejava, na verdade, era explorar o ouro da região. O aparato bélico de que se revestiu a sua expedição deixou os quilombolas de sobreaviso. O resultado de tudo isto não foi favorável ao Dr. Marcos. Pelo contrário. "A comitiva do Padre Marcos — narra cronista da região — dando de rasto e suspeitas, não acabava de sair da picada de Goiás e entrava no Campo Grande e eis que foi assaltada. Cairam-lhe os negros em cima matando-lhe 42 companheiros dos quais 19 escravos seus próprios, sendo-lhe tomada toda a bagagem, armas, munições, víveres e instrumentos que levava a mineração e de carpintaria: um despojo de guerra ótimo." (11)

Esse ataque produziu viva revolta e imediata reação das autoridades. Como os "pequenos remédios" enviados contra o reduto rebelde não surtiaram os efeitos almejados, Gomes Freire apelou para outro recurso muito mais eficiente: formou companhia de cabos "levando reguladas companhias comandante mui capaz e a que todos obedecessem." O corpo seria de trezentos homens. Após essa decisão, providenciaram-se os recursos materiais para as diligências. Os senados das Câmaras de Vila Rica, Mariana, S. João del Rei e Vila Nova da Rainha contribuíram com 2.750 oitavas de ouro. Além das incursões maciças como as que foram noticiadas e que eram realizadas por cerca de setecentos negros, os quilombolas a esta altura atacavam com pequenos destacamentos móveis de vinte e trinta negros que se aproximavam dos povoados; atacavam-nos de surpresa e praticavam "crudelíssimas mortes." Com essas atividades levavam cada vez mais escravos para o reduto, o que fazia aumentar progressivamente o seu número. Com esta tática chegaram a atacar um quartel, possivelmente em maio de 1755. Na sua última fase, o quilombo era comandado por negro conhecido como "Bateeiro." Além dessas ligações com elementos que comerciavam com eles, os quilombolas

de um modo geral mantinham relações amistosas com os garimpeiros contrabandistas de diamantes. Ambos marginalizados pela sociedade estratificada de Minas Gerais, procuravam, através dessa aliança, defender as suas posições. Daí afirmar Aires da Mata Machado Filho; "Ao garimpeiro se aliou o quilombola, pois um e outro fora da lei, ainda que por motivos diversos, não tardou que se encontrassem solidários, buscando a subsistência nas minerações furtivas." Era todo um complexo econômico, portanto, que se formava, dentro de categorias *extralegais* e conferia possibilidades de sobrevivência ao quilombo. O "Bateeiro", que comandou o quilombo na sua última fase, como o próprio nome indica, devia ser um escravo intimamente ligado à vida do garimpo.

Mas, prosseguindo nas suas batidas repressivas contra os quilombos em geral e do Campo Grande em particular, temos notícias de um ofício de 1750, no qual sabemos que Diogo Bueno "representou, que são precisas vinte canoas para a expedição ao Quilombo Grande na forma que está determinado, como se deve cuidar desta diligência para o tempo próprio, Vmcs., vendo pouco mais ou menos o que elas podem importar para dar ordem ao Tesoureiro para que entregue ao dito Diogo Bueno o dinheiro que Vmcs. votarem para ser preciso para se fazerem ditas vinte canoas, e o tesoureiro tenha livro em que se assente estas despesas." (12) O processo repressivo continuava a sua marcha através da mobilização de recursos para esse fim.

Esses componentes do quilombo do Campo Grande provavelmente foram aqueles que mantiveram contatos com os organizadores da chamada revolta malograda dos escravos mineiros, que Xavier da Veiga afirma ter sido arquitetada em 1756 o que Nina Rodrigues e Diogo de Vasconcelos põem em dúvida. O "levantamento geral dos negros" que as autoridades temiam, pode estar entrosado às atividades constantes do Quilombo de Campo Grande, como afirma Miguel Costa Filho, um dos estudiosos modernos mais probos e competentes. (13) O certo é que mesmo levando em conta o alarma geral em que viviam as Câmaras — o que já é um sintoma da amplitude do movimento dos quilombolas — não podemos aceitar como efeito de pânico infundado a circular que a Câmara de Vila Rica distribuiu às demais informando da *confederação* que estava sendo urdida pelos negros aquilombados. Diz a circular que "as notícias que temos de se haverem confederado os negros aquilombados com os que existem nesta e nessa Capitania para a noite de 15 do corrente darem um geral assalto em todas as povoações, privando de vida a tudo que fossem homens brancos e mulatos, determinando morte a seu Senhor cada escravo que lhe for mais familiar. É a ordem desta execranda determinação cometerem aos brancos, ao tempo em que dispõem se ocuparem em correr as Igrejas sem perdoarem qualquer pessoa que seja, não sendo mulher". A circular continuava dando detalhes do plano dizendo "Esta notícia que, a princípio com voz vaga foi só-

(12) — Op. cit., p. 173.

(13) — Costa Filho, Miguel: — "Quilombos" in "Estudos Sociais" n.ºs. 7, 9, 10, Rio de Janeiro, 1960-61. Aliás devemos destacar aqui a grande contribuição que esse estudioso trouxe com os artigos citados que são atualmente de consulta indispensável ao conhecimento do assunto e do qual nos valem largamente.

(10) — Op. cit., p. 167.

(11) — Op. cit., p. 167.

mente atendida, tem chegado a manifestar indícios, que requerem toda atenção por se assinalarem escravos que se dizem prepostos para regerem as Minas, régulos além de patentearem em muitas práticas tendentes a tal conspiração; e ser certo que em anos diversos se tinha percebido andarem de semelhantes intentos sem que se chegasse a se experimentar seus cruéis efeitos, não parece desacerto acautelar uma mina que pode com lastimoso sucesso enganar de sua possibilidade".

Concluindo, dizia o documento: "A grande capacidade de Vmcs., compete dar providências necessárias em um tão factível acontecimento comunicando também aos senados mais distantes o justo receio de um golpe, que a todos ameaça, ao que nós ficamos aplicando nosso cuidado, pela obrigação, que nos corre, e serviço de Sua Majestade, dando justamente conta ao Ilmo. Sr. Governador e a Excia. Reverendíssima para que naquela noite determine se não abram as igrejas por melhor evitarem os grandes concursos de negros, que todos os anos se observam." (14) A delação, porém, fez abortar o movimento e os escravos, ao que parece, foram punidos, depois de o governo haver tomado todas as providências para o seu fracasso, o que se verificou. A ligação desses insurretos citadinos com os quilombolas de Campo Grande, pelo visto, não foi possível. O que não quer dizer que eles recusassem ou amainassem suas incursões. Pelo contrário. Continuaram, fato que determinou em contrapartida providências sucessivas das autoridades. (15)

Como, porém, essas medidas fossem infrutíferas e servissem apenas para desgastar militar e politicamente as autoridades, recorreu-se, a exemplo do que se fizera em Palmares, a um bandeirante para a empreitada. O contratado desta vez foi Bartolomeu Bueno do Prado. Depois de partir da Vila do Príncipe, com um corpo de quatrocentos homens na sua marcha destruiu os quilombos das Serras de Marcília, da Canastra, o do Paraíba, o do Andai, os de Andai e Bambui, chegando finalmente ao famoso Quilombo de Campo Grande. Como vemos, o paulista realizou uma verdadeira "razzia" contra os negros sublevados. Finalmente, em 1759 destruiu o famoso quilombo do Campo Grande. Pedro Taques afirma, ao referir-se a esta expedição vitoriosa de Bartolomeu Bueno do Prado, que "desempenhou tanto o conceito que se formava de seu valor e disciplina de guerra contra os índios e pretos fugidos, que depois de organizar e atacar o quilombo voltou em poucos meses apresentando 3.900 pares de orelhas dos negros que destruiu, sem mais prêmio que a honra de ser ocupado no Real Serviço." (16)

Não davam tréguas os escravos sublevados. Outro ajuntamento que muito trabalho deu foi o Quilombo do Ambrósio. (17) Foi dos mais famosos de Minas Gerais e resistiu durante muitos anos às investidas lançadas contra ele. O primeiro ataque que lhe foi feito (em 1746 ou 1747)

redundou em nada. O reduto continuou a crescer, recebendo novas levas de fugitivos. Dez anos depois, em consequência das proporções que adquirira, nova expedição punitiva foi organizada, visando exterminá-lo. A esta altura "o quilombo grande chamado Ambrósio" constituiria-se em perigo permanente. Foram traçados novos planos e outra expedição determinada. Os planos que as autoridades traçaram, porém, parece que excederam às possibilidades da execução da Câmara de Vila Nova da Rainha, mesmo com auxílio real. Gomes Freire agradece a remessa de 168 oitavas de ouro, mas acha insignificante a quantia enviada.

Outros quilombos serão organizados durante o transcurso da escravidão em Minas Gerais. Com eles as autoridades travam batalhas e escaramuças ininterruptas: é o de Sapucaí, que alguns acreditavam ser o mais populoso de Minas Gerais, inacessível às tropas de capitães-do-mato, pois os negros que eram contratados para servir de guias ludibriavam as tropas sobre o seu verdadeiro local e sobre o qual, infelizmente, temos poucos elementos para sua reconstrução histórica. É o de Paraibuna, contido por tropas, capitães-do-mato e pedestres. É o do Inficionado, também perseguido por capitães-do-mato. É o de Pitangui, que foi localizado por acaso e em seguida atacado e destruído depois de séria resistência, tendo as suas quatorze casas demolidas ou incendiadas pelos assaltantes e suas roças de milho, feijão, algodão, melancia e outras frutas destruídas.

Os quilombolas, porém, não se deram por vencidos. Refugiaram-se nas matas próximas e voltaram à carga atacando a fazenda do chefe assaltante com flechas, destruindo a sua roça e o seu gado.

Mas, não foi somente o quilombo a forma de resistência usada pelos escravos mineiros. Procuraram também insistentemente organizar sublevações nas cidades e vilas, aliando-se nesse intento aos quilombolas das matas próximas. Várias dessas insurreições foram registradas e notificadas pelas autoridades do tempo que, nas suas informações à Metrópole, destacavam sempre a periculosidade de que elas se revestiam. Eram revoltas que não significavam um protesto *passivo* como os quilombolas, mas criavam áreas conflitantes mais profundas de vez que, aproveitando-se do quilombola das matas, transformava-o em elemento ativo, dando com isto um conteúdo dinâmico ao movimento. Os escravos citadinos, desta forma, ao envolverem os quilombolas na sua trama, elevavam o nível de compreensão do fugitivo, inculcando-lhe na mente a necessidade de destruir os brancos, membros da classe senhorial.

Em 1720 o Governador e Capitão-Geral de São Paulo e Minas dava conta de um movimento desse tipo que ameaçou a região mineira. Reportava-se a cartas de 20 de abril e 21 de junho de 1719 do Conde de Assumar onde os acontecimentos eram relatados. Relatava a "sublevação que os negros intentaram fazer fiando-se na sua multidão e na néscia con-

(14) — Ofício da Câmara de Vila Rica, transcrito por Diogo de Vasconcelos. Op. Cit., p. 170.

(15) — Taques, P. "O Quilombo do Rio das Mortes", in "Antologia do Negro Brasileiro", P. Alegre, 1950, p. 220.

(16) — Costa Filho, M. — Loc. cit.

(17) — Vasconcelos, op. cit.

(18) — Machado Filho, Aires da Mata: — "O Negro e o Garimpo em Minas Gerais", R. de Janeiro, 1943, p. 54.

fiança dos seus senhores, por lhe fiarem não só todo o gênero de armas, mas lhe encobrirem a sua insolência e os seus delitos". (19)

Refere-se o mesmo documento às cartas escritas pelos oficiais das Câmaras de Vila Rica e São José ao povo de São João d'el Rei, que davam conta do fato. Diziam essas cartas, com o que estava de pleno acordo o Governador, que o "bom sucesso" não se consumou em face da "grande atividade do Conde Governador." (20)

Para ele, a tentativa de sublevação dos escravos, se vencedora, "certamente se acabariam as Minas e pereceriam todos os brancos que as habitam." (21) A "malícia servil", de acordo com a linguagem pitoresca do documento, somente não vingou, portanto, pela pronta diligência do Conde de Assumar. Mas, achamos que deve haver boa dose de exagero no relato, pois a insistência do missivista em fazer louvações e solicitar recompensas é visível e flagrante. Dizia mais que "pareceu ao Conselho de Vossa Majestade mande agradecer ao Conde de Assumar, Dom Pedro D'Almeida, Governador das Minas, o zelo e prudência, com que acudiu a impedir o intento da sublevação dos negros de que dá conta, devendo-se à sua diligência o não conseguirem a sua deliberação a qual seria de mui prejudiciais consequências se tivesse efeito, pois se viram totalmente a perder as mesmas Minas, e os seus moradores sentirem aquele horrível golpe, a que os ameaçava esta fabricada conjuração". (22)

Depois, como é óbvio, solicitam-se medidas repressoras. Pede-se que nenhum escravo ou livre possa usar arma ofensiva ou defensiva. A medida não se prendia apenas ao seu porte em lugares públicos mas exigia que não fossem permitidas também nas suas habitações. Caso a proibição fosse desrespeitada o infrator incorreria em "pena de morte natural o que entenderá ainda no caso que acompanhe o seu senhor, salvo em jornada e a caminho." (23) Os próprios senhores que escondessem escravos passíveis de punição também não ficariam imunes às sanções: pagariam de multa "o transdobro do valor do escravo." (24)

As medidas solicitadas, porém, iam mais longe: os negros de Minas que usavam trajes de seda "e vestidos como brancos" ficavam terminantemente proibidos de assim procederem, devendo contentar-se com "pano da terra, e só aquilo que for bastante para cobrir e livrar da inclemência do tempo porque assim perderiam os brios e entenderiam que nasceram para escravos dos brancos." (25)

O delator da conjura, Tenente-General João Ferreira Tavares, era elogiado pela sua pronta decisão em cientificar às autoridades o que

estava ocorrendo e pela maneira como se portou durante a repressão ao movimento. Quanto às sentenças capitais, deveriam ser "executadas até a morte natural, fazendo-se execução se possível nos lugares onde for mais conveniente para terror e exemplo, e os mais negros cabendo na forma do seu delito o castigo de galés, sejam condenados a elas e mandados para o Rio de Janeiro, para servirem naquela praça na obra de suas fortificações amarrados de dois em dois." (26)

Fervilhava, como estamos vendo, a escravatura mineira. Se a revolta de 1756 pode ser contestada, temos notícia de outra organizada em 1864, continuando o processo dessas lutas; esta já muito mais bem organizada do que a malograda de 1756. Segundo o depoimento de algumas testemunhas e pessoas implicadas, ficou mais ou menos esclarecida sua estrutura. Tinham marcado a data e esperavam para êxito do movimento o apoio dos quilombolas, ou, como eles diziam, "a rapaziada sujeita das matas". O levante tinha como objetivo "a liberdade dos cativos", segundo depoimento do escravo Adão, um dos seus líderes. Objetivando isto iniciaram o aliciamento de adeptos para aquela empreitada. Nesse trabalho se destacou o escravo Adão, que foi depois condenado. A cidade do Serro foi o palco dessas articulações. Entrosaram-se essas parcelas de escravos insubmissos com os de Diamantina, além de fazerem repetidos contatos com os das fazendas e lavras vizinhas. O plano seria o seguinte: lançariam fogo em algumas casas e, quando os brancos estivessem distraídos na tarefa de extinguir as chamas, assassinariam "todos quantos chegassem e por meio dessa insurreição obteriam a liberdade." (27) O trabalho de aliciamento e os preparativos que esses escravos certamente faziam, sem muita cautela e discrição, no momento, logo chamaram a atenção das autoridades, principalmente do delegado da cidade, Jacinto Pereira de Magalhães Castro. A delação, como aconteceu com a maioria dos levantes de escravos, não se fará demorar e Vicente, *cabra* escravo de Francisco Cornélio Ribeiro, cientificou às autoridades o que estava acontecendo. São tomadas imediatamente as providências de praxe nesses casos e aprisionados os principais cabeças. Com essas prisões ficou-se sabendo da organização e finalidades do levante.

Haviam-se associado aos quilombolas que atuavam nas matas adjacentes para uma ação conjunta e coordenada. Estabeleceram para isto, um sistema de senhas para que ambos os lados que participavam da revolta (quilombolas e escravos da cidade) atacassem simultaneamente. A senha era dizer no dia, que: "a gente de João Batista Vieira estava pronta e que os de cá ainda estavam à toa, que a galinha estava morta e pronta e só faltava assar-se." Isto significaria — segundo depoimento de um dos implicados — "fugirem para o sertão mas ao mesmo tempo fazer-se uma porcaria na cidade do Serro com a rapaziada." A rapa-

(19) — Idem, idem.

(19) — MS do Arquivo do Conselho Ultramarino "Consultas do Rio de Janeiro." vol. de 1718 a 1720, fls. 232 — In Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. LIII, 1931, Imprensa Oficial, p. 191 ss.

(20) — Idem, idem.

(21) — Idem, idem.

(22) — Idem, idem.

(23) — Idem, idem.

(24) — Idem, idem.

(25) — Idem, idem.

(26) — Idem, idem.

(27) — Carvalho Neto, P. de: — "Rebellão de Escravos" (Apresentação de um documento inédito) — In "Resenha Literária", Recife.

ziada obviamente eram os quilombolas. Dado início à revolta seriam queimadas as casas do Tenente-Coronel Sebastião e de José Bento de Melo. A delação, porém, pôs por terra o plano desses escravos.

Após as prisões — que foram muitas — iniciam-se os processos contra os implicados. Um dos mais destacados organizadores da revolta, o escravo Adão, será considerado "incurso no artigo cento e treze do Código Penal", "combinado com o artigo trinta e quatro do mesmo Código" e condenado às galés por vinte anos. Outro acusado, o branco Herculano de Barros, foi absolvido por falta de provas contra a sua pessoa: todas as testemunhas arroladas no processo acharam-no incapaz de meter-se "em súcias de escravos" ou de "aconselhar escravos para semelhante fim." A sentença foi: "soltura a favor de Herculano de Barros, visto que contra ele não há prova" e mandado de prisão contra o escravo Adão.

Pelo que se infere dos manuscritos, duas eram as tendências dos escravos no movimento. A primeira era a de, logo depois de vitoriosos ou mesmo antes, internarem-se no sertão, transformando-se em quilombolas. Outra tendência era a de continuarem na cidade e ali liquidarem completamente os seus senhores. Uma das testemunhas declara textualmente: "... o plano foi combinado no lugar denominado Escola, na Fazenda Sesmaria, entre José Cabrinha, Nuno e Demétrio e ajustaram que José Cabrinha viesse entender-se com Adão e do resultado mandasse avisar a Nuno na Fazenda de Magalhães (denominada Liberdade) o este depois de entender-se com Adão mandou dizer a Nuno que isto por cá estava tudo pronto e muito bom que ele lhe mandasse notícias de lá. Declarou mais que quando Nuno declarou que tinha ido à Fazenda da Sesmaria e propôs a José Cabrinha o plano de fuga, este lhe respondeu que tinha coisa melhor, e era o plano da insurreição, e então ele Nuno, que tinha conversado com Adão sobre a fuga, e que ele José Cabrinha viesse se entender com Adão que é um rapaz ativo, e astucioso, sobre a insurreição pois que ele Nuno estava pronto, e que ele só arranjaria uma boa porção de escravos por estas oito léguas em redor". (28)

No final, presumivelmente haviam chegado a um acordo que envolvia as duas táticas — tanto a de Nuno, que era a da insurreição no Serro, como a dos escravos José e Demétrio, que defendiam a fuga para o sertão; pelo menos a leitura dos manuscritos nos induz a assim concluir. Não chegaram, porém, a pôr o plano em execução, como vimos. A delação e a falta de organização poriam por terra mais essa tentativa dos escravos mineiros contra a escravidão.

O desenvolvimento da agricultura no Estado do Rio e a concentração de grande número de escravos trabalhando nas plantações de açúcar contribuíram para que a área fluminense tivesse sido um foco dos mais importantes de revoltas. Com apreciável índice demográfico de negros na sua população, trabalhando na agricultura como escravos, fato que

determinou ser até hoje um dos Estados do Brasil com maior percentagem de sangue negro (29) essa região foi palco de inúmeras revoltas, algumas muito violentas. Repetia-se nas terras fluminenses o mesmo drama de todas as áreas onde o trabalho escravo se estratificava: as revoltas surgiam num verdadeiro rosário. Quando não eram revoltas eram as simples fugas para o mato, subtraindo-se o negro do conjunto dos trabalhadores ativos. Muitas foram de envergadura e deram muito trabalho ao aparelho repressor da classe senhorial.

Justamente na época em que, na Província baiana, verificavam-se as revoltas dos nagôs (1826-1844); no ano em que os escravos maranhenses levantavam-se de armas nas mãos, os escravos da Fazenda Freguesia (1838), de propriedade do Capitão-mor Manuel Francisco Xavier, liderados pelo escravo Manuel Congo, assassinaram um lavrador branco, expulsaram os feitores e dirigiram-se armados para a Fazenda Maravilha, propriedade do mesmo senhor, que foi invadida e depredada.

Em seguida fizeram aquilo que sempre acontecia como segunda etapa dessas revoltas: retiraram-se para as matas. Refugiaram-se nas de Santa Catarina e organizaram um quilombo, no molde dos muitos que foram criados durante a escravidão. O escravo Manuel Congo, incontestavelmente o líder do movimento, foi aclamado rei. Depois disto, iniciaram uma série de violentos ataques às fazendas e engenhos das vizinhanças. As autoridades, porém, não estavam inativas. Organizaram a primeira expedição para dar-lhes combate. Essa tropa, composta de praças e comandada por um oficial da Guarda Nacional, foi fragorosamente derrotada e seus componentes retrocederam praticamente em bandada, completamente desmoralizados, tendo o fato repercutido na classe senhorial de forma altamente negativa. De outro lado, despertou um sentimento de euforia nos escravos, que lhes foi desfavorável. O excesso de otimismo levou-os a não se prepararem para novas refregas mais difíceis.

Animados com esse feito prosseguiram nas suas atividades, atacando e depredando, fato que porá em pânico os fazendeiros da região e levá-los-á a solicitarem repetida e desesperadamente providências ao Governo Imperial. Este não se fará de rogado. Os pedidos dos fazendeiros fluminenses que tinham as suas propriedades ameaçadas pelos constantes ataques dos quilombolas serão imediatamente atendidos. O governo enviava para a região ameaçada um destacamento de tropas regulares que, no dia 11 de dezembro de 1838, dá combate ao quilombo, fazendo entre os escravos pavorosa matança. Verdadeira carnificina, pois os quilombolas não dispunham de armas capazes de enfrentar, em pé de igualdade, os enviados pelo Governo. Foram trucidados sem piedade pelas tropas Imperiais. Os principais dirigentes de mais essa tentativa de re-

(28) — Apesar da imprecisão das estatísticas sobre a percentagem exata e o número de escravos nas diversas províncias, Artur Ramos, transcrevendo estatística de Veloso de Oliveira, dá, para o Rio de Janeiro e Corte, em 1819, época da publicação da estatística, um total de 146.060 escravos, quantidade que representava 23,4% da população (Vide Artur Ramos: "Introdução à Antropologia Brasileira", R. de Janeiro, 1943, 1ª vol., págs. 322 ss.).

(28) — Idem, *idem*.

sistência ao regime escravo, caíram prisioneiros. Caxias foi o comandante das tropas repressoras. Submetidos a julgamento sumário e rigoroso como costumavam ser quando julgados escravos rebeldes, sofreram penas que oscilaram entre o enforcamento e o açoite público. O principal dos cabeças, Manuel Congo, foi condenado a morrer na forca, sendo a sentença executada no dia 6 de setembro de 1839. Outros líderes como Miguel Crioulo, Justiniano Benguela, Antônio Magro e Pedro Dias sofreram a pena de seiscentos açoites cada um. Este feito do jovem oficial, talvez tenha contribuído para que fosse escolhido pelo governo Imperial para ser enviado ao Maranhão a fim de esmagar a Balaiada, especialmente os quilombolas do Negro Cosme.

Durante a devassa que se processou do movimento, constatou-se que havia um embrião de estrutura organizativa, porém ainda muito débil. Haviam, como os da Bahia, formado uma associação secreta e tudo leva a crer que tivessem alguns dos seus membros ligações com os insurretos daquele Estado, pois em outros levantes de escravos fluminenses tal ligação foi constatada.⁽³⁰⁾ Mais uma prova de que essas revoltas não eram atomizadas mas se interligavam numa rede subversiva que se espalhava por toda a área do trabalho escravo. Da mesma forma como a Ogboni ajudou os escravos na sua luta contra o instituto que os oprimia, essa organização secreta de Vassouras foi elemento aglutinador dos escravos fluminenses. Depois da derrota de Manuel Congo essa organização secreta continuou. Prosseguia com o mesmo objetivo: lutar contra o cativo. Isto levou a que em 1847 os escravos fluminenses novamente se articulassem contra o instituto da escravidão. Com a experiência da derrota sofrida, procuraram se rearticular de forma mais organizada. A estrutura era bem mais sólida do que a anterior, embora ainda incapaz de derrotar os senhores de escravos. Formaram grupos de cinco indivíduos que se reuniam para discutir os detalhes da revolta, a sua data, os seus objetivos, finalmente tudo aquilo que os levaria à vitória, segundo a expectativa dos mesmos. O chefe chamava-se Estevão Pimenta, um pardo livre.

O movimento, porém, abortou ainda no seu início, sem sequer haver-se configurado mais nitidamente. Era para ter começo no dia de São João, 24 de junho de 1847, no Município de Vassouras. Descoberta a conspiração foi logo sufocada pelas autoridades. Devassou-se então a organização dessa sociedade secreta que já foi chamada de "maçonaria negra", fundada pelos escravos. Os chefes intitulavam-se "Tates Coroncos" e organizavam os escravos visando a emancipá-los da escravidão. Assim como a Ogboni, com suas evidentes reminiscências tribais, serviu para dar estrutura orgânica aos movimentos dos escravos baianos, os

(30) — Esses escravos tinham ligações com os de outros Estados, numa prova de que essas revoltas não eram tópicas, mas constituíam uma verdadeira rede. Quando em São Salvador dos Campos, Província do Rio de Janeiro, foram presos escravos sediciosos "usando tope no chapéu" um deles declarou que tinham recebido ordens da Bahia. Essas ordens consistiam em se sublevar na quarta-feira de cinzas seguinte (Padre Etienne Brazil: "Os Malês — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, LXXII, II parte, 1909).

Tates Coroncos deviam ser elementos armados com atributos de mando e liderança em consequência do *status* tribal de que estavam investidos. As supervivências tribais, agindo em um contexto social inteiramente diferente — uma sociedade estratificada — mudaram a sua função. Passaram a atuar como casulos dos quais surgiriam formas de resistência contra a nova situação em que se encontravam. Os diversos níveis de hierarquia tribal que, dentro daquele tipo de organização, teriam valor apenas interno, isto é, para a tribo, passaram a desempenhar um papel diverso, dentro de uma nova constelação sociológica. Esses valores hierárquicos organizavam os escravos contra a escravidão. Convém acrescentar que, do ponto de vista do senhor, esses escravos eram iguais a máquinas de trabalho. Entre eles, porém, a hierarquia tribal funcionava com um objetivo: restabelecer os valores da tribo e extinguir o estado de sujeição a que se encontravam submetidos. Queriam, portanto, fazer com que, extinta a escravidão, os diversos valores sociais da tribo voltassem a ter validade.

É interessante notar, também, como os escravos se aproveitavam de datas religiosas cristãs para deflagrar movimentos sediciosos. Em Minas, na Bahia, no Estado do Rio, eles não respeitavam aquelas datas mas, pelo contrário, aproveitavam-nas para mais facilmente iniciarem os levantes. Fato que bem demonstra como aquela "ilusão da catequese" de que nos falou Nina Rodrigues é um fato incontestável. Os escravos negros não foram aculturados, como pretendem certos sociólogos, de forma mecânica. Pelo contrário. A sua situação dentro da sociedade estratificada da época, o seu *status*, era o que determinava o seu comportamento fundamental.

A aceitação da religião da classe senhorial pelos escravos, muitas vezes apontada como o segmento psicossocial explicador da sua docilidade, é, portanto, mais um estereótipo a ser desmontado e reanalisado pelos estudiosos que desejam não apenas justificar posições conservadoras mas captar o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira na sua dinâmica. Querer subordinar esse processo de transformação a processos fisiológicos secundários ou — através de um culturalismo exagerado — subordinar a situação global das classes na sociedade a um processo de assimilação de valores chamados espirituais é mera escamoteação. Quem analisa os fatos que se sucederam durante a escravidão, através de critérios objetivos, pode ver isto com muita facilidade.

Mas, após as revoltas a que nos referimos, no Estado do Rio de Janeiro, outras se sucederão. A exemplo do que aconteceu em São Paulo, quando a campanha abolicionista se havia manifestado como um movimento do qual participavam amplos setores da opinião pública, como sintoma da decomposição do escravismo, os escravos fugidos, os quilombolas, receberam apoio de inúmeros políticos liberais e antiescravistas. Em Campos, os escravos incendiavam os canaviais e fugiam. Em 1887 esses incêndios adquiriram maior vulto do que os executados em anos anteriores. Segundo Evaristo de Moraes "no decurso dos meses de janeiro, fevereiro e março arderam canaviais em quase todo o município, nas

principais fazendas e usinas." O abolicionista Carlos de Lacerda era considerado pelos senhores como responsável pela ação dos escravos, tanto assim que tentaram assassiná-lo, não conseguindo. Morreu em seu lugar Luís Fernandes da Silva, ao sair de um teatro onde se tentara realizar um ato em prol da manumissão dos escravos. Para pôr cobro aos incêndios que se sucediam, o Barão de Cotegipe expediu aviso ao presidente da Província do Rio de Janeiro ordenando que fossem dadas providências para a punição dos incendiários. Punha, para isto, uma verba de Rs. 4:000\$000, destinada a obter testemunhas e "gratificar as pessoas livres e libertar os escravos, delatores dos verdadeiros culpados."

O mesmo Carlos de Lacerda, estimulava a formação de *bastilhas* (quilombos) da mesma forma que Antônio Bento em São Paulo, fato que determinou reação das autoridades. Daí a Câmara Municipal pedir imediatas providências contra a *anarquia, insurreição e sedição* praticadas pelos abolicionistas juntamente com os quilombolas.

Por tudo isto solicitaram os senhores de escravos a permanência de uma tropa do Exército naquela localidade a fim de resguardar os seus interesses ameaçados pelos escravos instigados pelos abolicionistas. Ao chegar a Lei de 13 de maio — segundo Evaristo de Moraes — não existia em Campos metade dos escravos que existiam em 1887. ⁽³¹⁾

No Ceará, apesar do fraco índice demográfico de escravos negros, revoltas também se registraram. Temos referências de quilombos de negros. Sobre o assunto escreve Raimundo Girão, evidentemente o estudioso que melhor abordou o tema naquele Estado: "Deixa claro a existência desses ajuntamentos (mocambos) a carta que Jerônimo de Paz, Intendente das Minas dos Cariris, dirigiu ao Tenente-General Correia de Sá, Governador de Pernambuco: "O Padre Antônio Corrêa Vaz pede uma ordem para um crioulo chamado José Cardigo servir de Capitão-do-Campo nestes lugares e eu lhe dei em nome de V. Exa. pela necessidade que julgo de que haja quem se empregue nas prisões dos negros fugidos e criminosos que se acham nestes matos amocambados: me consta que para parte dos Correntes têm saído negros dos mocambos e a algumas pessoas a roubar, e é preciso cuidar muito em destruir estes mocambos e outros que possam ir fazendo." ⁽³²⁾

Tem-se também notícias de um levante de cativos na vila de Sobral, naquele Estado. Houve, igualmente, vários assassinios de senhores, praticados por escravos que, muitas vezes, pagaram o seu crime na forca.

O conhecido episódio da barca "Laura Segunda", ocorrido em 1839, (ano em que os quilombolas do preto Cosme empunhavam armas no Maranhão contra a escravidão, anotemos de passagem) é característico e bem demonstra como o Ceará não ficou imune aos atos de rebeldia do escravo negro. Os tripulantes dessa embarcação, todos escravos, amoti-

naram-se desejando conseguir melhor tratamento a bordo. Compunha-se a tripulação de vinte e três pessoas assim distribuídas: o lusitano Francisco Ferreira, um ajudante de cozinha e mais um contramestre; um prático e dois marinheiros. O resto — compunha-se a tripulação de vinte e três homens — era formado de escravos de Luís Ferreira da Silva, dono também da embarcação. O escravo Constantino fez-se o porta-voz das reivindicações dos seus companheiros de tripulação e solicitou do contramestre melhor tratamento do que o que vinha sendo dispensado aos escravos da "Laura Segunda". Para se ter uma idéia de como eram tratados, basta dizer-se que nem água potável conseguiam para beber. Em consequência do seu procedimento aquele escravo foi barbaramente espancado. Certamente tomaram-no como cabeça de motim e aplicaram-lhe as penas que tal ato exigia. Segundo trechos do diário de Manuel do Nascimento, transcritos por Edmar Morel no seu livro *O Dragão do Mar*, ⁽³³⁾ revoltados com o espancamento do companheiro, os demais negros "começaram a maldizer; e sempre foi de mau agouro nos ergastulos o cativo resmungar. Constantino, que era de grande resolução, afoitou-se a dizer na roda dos seus parceiros que em muitas outras partes já tinham acontecido desordens por motivos de falta de comer..."

"Com efeito, dava-se muita farinha e pouca carne. E tudo quanto um desgraçado podia auferir do trabalho, que para terceiros produzia opíparos jantares, palácios e sono largo era, exclusivamente, um pouco mais de farinha e menos de carne."

"A conspiração toma corpo. Vingança é a idéia ao deixarem as águas de Fortaleza. Constantino é o chefe da rebelião, tramada no porão da masmorra flutuante."

No dia 10 de julho, às 9 horas, Constantino com seus companheiros se amotinam e o líder do movimento assume o comando da embarcação. O contramestre e os demais tripulantes brancos são lançados ao mar, com exceção de um marinheiro de nome Bernardo, que se coloca ao lado dos amotinados. Encalham posteriormente o barco e desembarcam para a jornada de fuga, que empreendem imediatamente. Seguem rumo a Aracati mas, antes de chegarem à cidade são cercados pela polícia, travando-se combate entre as autoridades e os amotinados. São, finalmente capturados. Na refrega, Constantino fora ferido. Ao serem inquiridos confessam tudo, afirmando que nada mais fizeram do que reivindicar um direito. João Brígido, citado por Edmar Morel, ⁽³⁴⁾ afirma que "presos os negros desmentiram o medo com que fugiram e confessaram, com assombrosa lealdade, o que havia feito cada um, dando seu testemunho da inocência dos demais. O que havia na consciência deles era a melhor noção de direito; entendiam que deviam partir ao meio todo senhor que os tolhesse."

(31) — Moraes, Evaristo de: — "A Campanha Abolicionista", Rio, 1924, p. 248.

(32) — Girão, Raimundo: — "A Abolição no Ceará", Fortaleza, 1956, p. 43.

(33) — Morel E. — "O Dragão do Mar, o Jangadeiro da Abolição", R. de Janeiro, 1949, p. 37 ss. — Sobre a percentagem de escravos negros no Ceará convém consultar Djacir Menezes: "O Outro Nordeste", R. de Janeiro, 1937, p. 145 ss.

(34) — Morel, E. — Op. cit., p. 40.

Submetidos a rigoroso julgamento a sentença não se fez esperar: Constantino e mais cinco escravos são condenados à forca e executados na Praça dos Mártires, em Fortaleza, no dia 22 de outubro, tendo Constantino se portado altivamente no momento da execução. O exemplo da barca "Laura Segunda" é um dos inúmeros que — como vimos nas linhas precedentes — encheram o período da escravidão de lutas sangrentas.

Os levantes dos escravos haitianos, que eliminaram praticamente os habitantes brancos daquele país antilhano e causaram pânico na Europa pela extensão das suas conseqüências, tiveram ressonância no Brasil entre os escravos que lutavam pelo mesmo objetivo dos daquela ilha.

Em 1824 um batalhão de pardos levantava-se em armas para tomar a cidade de Recife de assalto. A ele aderem centenas de escravos dos engenhos. Seu líder é Emiliano Manducuru que lançou aos pardos, pretos e ao povo em geral um manifesto originalíssimo, em versos, onde reconhece a inspiração haitiana do seu movimento.

Afirma:

"Qual eu imito Cristóvão,
Esse imortal haitiano,
Eia! Imitar o seu povo,
O meu povo soberano!"

Imediatamente após esse levante o Major Agostinho Bezerra enviou, a fim de dar combate àqueles escravos sublevados, um batalhão que frustrou pelas armas os intentos de Emiliano Manducuru e seus seguidores. Os versos que formam a originalíssima proclamação pertencem hoje ao folclore da região.

II

Conforme afirmamos anteriormente, os movimentos de rebeldia contra a escravidão manifestavam-se onde quer que o trabalho servil se apresentasse. Na Bahia, em 1629, no Rio Vermelho, havia notícias da existência de um agrupamento de escravos rebeldes, destruído três anos depois pelo governo. Em Itapicuru, no ano de 1636, surgirá outro, também esmagado pelas autoridades. E continuarão aparecendo na Bahia os negros adestrados e aguerridos, com armas de fogo, atacando as "entradas", os engenhos, destruindo roças e vidas. Como veremos adiante, os quilombos de Jacuípe, Jaguaripe, Maragogipe, Muritiba, Campos da Cachoeira, Orobó, Tupim, Andaraí, Xiquexique, além dos que se localizavam na própria Capital, muito trabalho deram às autoridades. Nas zonas rurais ou mesmo no perímetro urbano os negros se aglomeravam, transformando-se em constante perigo para as populações. Não havia trégua possível. Borges de Barros afirma por isto que o Nordeste se transformou no centro de convergência das vistas do governo não somente para a "repressão aos índios que assaltavam os estabelecimentos

e povoações, como para destruição de quilombos e mocambos de negros fugidos, os quais se tornavam temerosos nos assaltos das estradas." (1) Em todo o interior do Nordeste e na Bahia em particular os quilombos proliferavam: em Papagaio, Tucano, Rio do Peixe, Gameleira e Jacobina, segundo aquele historiador, os negros se organizaram em quilombos, sendo destruídos pelas forças de Manuel Botelho de Oliveira. (2) Isto sem falarmos nas insurreições citadinas que serão motivo de uma análise especial na presente obra e que se soma a todo este conjunto de movimentos antiescravistas.

Temos notícias de que em 1726 Vasco César de Meneses dava regimento ao Coronel João Peixoto Viegas para mover guerra contra o gentio. No mesmo documento mandava-o destruir os quilombos existentes entre Cachoeira, Jacobina e Rio de Contas autorizando-o a "prisioná-los e extinguir o dito Mocambo, arrasando as estacadas que tiver para que não haja mais memória d'elle, fazendo toda a diligencia por descobrir e conquistar o chamado de Camisam, em que ha muitos annos se falla e porque pode haver n'estes Mocambos alguns negros ou negras que fugissem para elles sendo boças e não conheção a seus senhores, nem lhe saibão os nomes, com estes se praticará o que S. Magestade tem resolutio, e assy da tomada de hus como de outros negros se pagará desta a quantia que repartirão por todos os officiaes e soldados." (3)

Aliados aos índios na região central da Bahia os quilombolas criariam sérios embaraços às entradas e bandeiras do ciclo baiano. Fernão Carriho, em 1655, auxiliado pelas Companhias de Ordenanças da Torre de Garcia d'Avila e Campos do Rio Real destruiu os mocambos de Gere-moabo. Ao que parece, em todas as lutas dos "índios brabos" contra os bandeirantes havia negros fugidos aliados aos indígenas. Os índios Mongoiós ou Nogoíós que lutavam contra o domínio dos bandeirantes eram orientados por escravos fugidos, tendo João Gonçalves da Costa apreendido dos mesmos, em entrada que efetuou em 1783, "um arco de guerra e de caça do gentio homem; o mesmo do gentio mancebo; o mesmo do gentio menino; doze flechas, um colar, um pandeiro de suas folganças, uma tanga de mulher, uma cinta das mesmas, uma compostura de guerreiro, um idolo, imagem do fogo ou do sol, sobre que havia ainda uma machadinha ou acha de pedra com que os índios cortam os paus donde tiram mel e um surrão contendo fragmentos de algum vaso de barro". (4)

O próprio von Martius, numa generalização que tem muito de verdadeira, afirmou ser rara a tribo indígena brasileira que escapou de ter

(1) — Barros, Borges de: — "Bandeirantes e Sertanistas Bahianos", Bahia, 1919, p. 177.

(2) — Idem Idem.

(3) — Acioli, Inácio — "Memórias Históricas da Bahia" — 2º vol., Salvador, 1925, p. 345.

(4) — Barros, Borges de: Op. cit., p. 188. Este autor, referindo-se à aliança entre escravos, negros e indígenas, afirma que "os aborígenes da região central da Bahia, aliados aos negros dos mocambos que a infestavam, traçaram naquela época remota a diretriz a ser seguida pelos seus descendentes, derivados dos inúmeros cruzamento das três raças que ali se encontraram."

contatos com os africanos. Na Serra Negra os escravos fugidos se homiziaram, o que deu motivo a constantes atos repressivos do Governo. Em 1653, visando extinguir esses núcleos de rebeldia, criou-se na Bahia o cargo de capitão-mor das entradas aos mocambos. Tinha jurisdição do Rio São Francisco a Jacuípe. Em 1704 será provido de patente de Capitão-mor Francisco Soares de Moura a fim de estabelecer o "sossego dos moradores circunvizinhos à Serra Negra e residentes nos distritos de Vila Nova até o Canindé, capital de Sergipe del-Rei" e evitar que os ditos moradores continuassem sofrendo os "roubos, desinquietações e escândalos" que, segundo estava o governo informado, eram praticados constantemente por um quilombo composto de uns sessenta negros "providos de grande provenção de armas de fogo".⁽⁵⁾ Eram remanescentes do Quilombo dos Palmares e certamente conseguiam essa "provenção" através de escravos com eles solidários.

Espalhavam-se na Bahia as revoltas de escravos a tal ponto que Borges de Barros afirmou que "eram uma praga espalhada por todos os cantos e sem remédio. Eram como irmãos coligados todos em se tratando de defender o sertão, de sorte que não pudessem penetrar nem mais aventureiros nem descobridores."⁽⁶⁾

Em 1688, Pascoal Rodrigues de Brito era promovido de patente para combater os negros fugidos e levantados "desde o Rio Real da banda da Bahia até a torre de Garcia d'Ávila" isto porque as autoridades sabiam da "honrada satisfação que sempre teve de seu zelo e pontualidade."⁽⁷⁾

Em novembro de 1640 a Câmara de Salvador discutia o meio de terminar um mocambo na região do Rio Real, mocambo esse que, pelas notícias que colhemos, muito trabalho deu às autoridades. O Vice-rei D. Jorge de Mascarenhas achava que se devia enviar um batalhão de negros Henriques, juntamente com um capelão que falasse a língua dos negros a fim de reconduzi-los, prometendo-lhes que, se isto acontecesse, isto é, se reconhecessem que estavam errados e se entregassem, seriam engajados nas fileiras dos Henriques. Esta proposta foi, no entanto, rejeitada pelos oficiais da Câmara. Acharam que "por nenhum modo convinha tratar desconcertos, nem dar lugar aos Escravos que conciliassem sobre este negocio e o que convinha somente hera extingui-los e conqui-

tallos para os que estavam domesticos não fossem para ellez e os levantadoz não aspirassem maiores danoz."⁽⁸⁾ Ciosos de suas posições de classe, dentro da rígida estrutura da sociedade da época, achavam os membros da Câmara que nenhum acôrdo devia ser negociado com os quilombolas. Seria abrir frinchas na rígida carapaça do aparelho de estado escravocrata.

Nas considerações que os representantes da Câmara de Salvador fizeram posteriormente ao Vice-rei, apresentando as causas pelas quais deviam extinguir inapelavelmente os quilombolas sem com eles parlamentarem, dizem que "o mais proveitoso hera conquistar estes negroz e pelo pouco fructo que delles setem ainda que seoz donoz delles os hajam aseopoder como setem experimento." Reportam-se depois a considerações de ordem prática, com base na experiência adquirida, referindo-se a uma expedição anterior contra um mocambo, dirigida pelo Coronel Belchior Brandão que, havendo capturado muitos dos quilombolas, restituiu-os aos seus donos. Os resultados — segundo opinião dos Officiais da Câmara — foram desastrosos. Isto porque "selevaram para Suas Cazas lheternaram afogir levando em Companhia muitos denovo". E resolvia a Câmara que os negros aquilombados deviam ser conquistados e os homens enviados às galés. Estabelecia ainda a Câmara, cautelosamente, que por negro de quilombo se devia entender aqueles que estavam voluntariamente no reduto e não os que eram levados à força para lá. Como vemos, os quilombolas baianos, como os das demais regiões do Brasil, aprisionavam aqueles que não desejavam a liberdade, levando-os para os seus redutos, colocando-os no processo de trabalho — o quilombo tinha de possuir produção para sobreviver — praticamente no mesmo status em que se encontravam antes.

Em 1709, Dias da Costa era provido da patente de Capitão-mor "a fim de extinguir os mocambos, aprisionar os negros e reduzir os índios Maracazes, Cacurus e Caboclos"; em 1700, Pedro Barbosa Leal, que explorava os sertões do Salitre, recebia um regimento para "fazer entradas nos mocambos dos negros fugidos."

Fatos como estes refletem muito bem a extensão da rede de quilombos na Bahia, pois abrangem desde o litoral à região do Rio São Francisco em plena área de sertão e mostram o equívoco daqueles que supõem haver o negro circulado — quer como escravo, quer como quilombola — apenas na faixa litorânea. O mapa da Província estava todo respingado de manchas de quilombos. Houve mesmo o fato de quilombolas ou negros fugidos servirem de guias às levadas migratórias que vinham de Minas Gerais para a Bahia e Piauí.

O Quilombo do Orobó, em 1796, preocupava as autoridades em consequência das repetidas queixas dos moradores da região. No ano seguinte, um relatório sobre as providências que foram tomadas pelas au-

(8) — "Termo que fez sobre os negros do Mocambo, e entradas que se lhe dão por Ordem do Marquez Visse Rey Dom Jorge Mascarenhas, e assento que sobre este negocio se tomou". Livro de Atas do Senado da Câmara de Salvador — apud Luis Viana Filho, "O Negro na Bahia", Rio, 1946, p. 153.

"As guerrilhas — continua Borges de Barros — os levantes inscipientes, os morticínios e sangueiras tão comuns nas regiões compreendidas entre Conquista, Maracás, Condeúbas, Ilhéus, cabeceiras dos rios de Contas, Jequitinhonha, Pardo, Grongogi, Canavieiras, Belmonte, Macaúbas, Lavras Diamantinas e toda a margem do S. Francisco, encontram as suas origens no banditismo que assolou essas regiões durante o período citado" (Op. cit., p. 177). A aliança de índios e negros escravos, pelo menos nessa região baiana, foi uma constante.

(5) — Barros, Borges de: — Op. cit., p. 217.

(6) — Barros, Borges de: — Op. cit., p. 216.

(7) — Acioli, Inácio: — Op. cit., 2.º vol., p. 289.

toridades dava conhecimento de que os escravos fugidos, pertencentes a um quilombo muito antigo, destruíam e assolavam plantações vizinhas. Depois de serem enumeradas as precauções e medidas tomadas para o bom êxito da expedição que estava sendo organizada, o referido documento nos conta que o Capitão-mor Severino Pereira, juntamente com outros capitães-mores, marchou contra o reduto que foi destruído em dezembro pelas forças contra ele enviadas. No mocambo — narra ainda o relatório — havia plantações de mandioca, inhame, arroz, cana-de-açúcar, frutas e outras culturas e “se prenderão treze escravos entre pretos, pretas e crias” que foram entregues aos seus respectivos senhores.” Por esta mesma época era destruído o do Andaraí.

A Câmara de Cachoeira, por seu turno, anunciava em 1705 a existência de um ajuntamento de escravos fugidos nas matas de Jacuípe. Segundo carta que foi enviada a D. Rodrigo da Costa, capitão-general da Bahia, estavam praticando “insolências e roubos.”⁽⁹⁾ Imediatamente medidas eram tomadas pelo aparelho repressor senhorial. O mesmo D. Rodrigo da Costa ordenava aos capitães e mais oficiais que capturassem esses quilombolas, enviando-os em seguida à cadeia de Salvador. Além disto, indicava aquela autoridade a necessidade de serem engajados índios na expedição, a fim de “rastejarem” os ex-escravos. Esses índios, conhecedores da região, serviam para localizar os quilombolas, já que uma das características mais constantes era a mobilidade dos quilombolas ao saberem da aproximação de tropas.

Já em 1706 é em Jaguaribe que se aquilombam os escravos, fato que determinou que o Capitão-general Luís César de Meneses ao tomar conhecimento do mesmo, depois de informar que se havia cientificado da situação penosa em que se encontrava a população daquela vila, mandasse que o sargento-mor partisse em demanda das matas para conquistá-los. No caso de não existir sargento-mor na vila, deviam ser contratados capitães-do-mato.

Depois vêm os quilombos de Maragogipe e Muritiba, em 1713. O de Cachoeira era um dos maiores da época. Mais exatamente em Cachoeira — conforme veremos oportunamente, em capítulo especial — havia uma série deles e durante todo o transcurso da escravidão aparecerão de vez em quando. Em 1714 houve uma batida contra os mesmos ordenada pelo Capitão-general Pedro de Vasconcelos. Segundo os oficiais da Câmara daquela vila, os moradores encontravam-se em constante sobressalto, ou melhor, “recebendo de dia e de noite irreparáveis prejuízos”, conforme se expressa o Capitão-general D. Pedro de Vasconcelos. Ordenava que o Coronel Bernardino Cavalcanti de Albuquerque comunicasse ao capitão-mor da vila que se preparasse uma expedição “sem a mínima demora e dilação” (...) e “com poder bastante” pusesse cerco e prendesse os “negros, negras e crias.”⁽¹⁰⁾

(9) — Carta aos oficiais da Câmara da Vila de Cachoeira sobre Quilombos — Documentos Históricos — Biblioteca Nacional — Loc. cit.

(10) — Carta para o Coronel Bernardino Cavalcanti de Albuquerque sobre os mocambos de Jacuípe. — Documentos Históricos — Biblioteca Nacional, vol. XLI, apud. “Os Quilombos Baianos”, de Pedro Tomás Pedreira, in “Revista Brasileira de Geografia”, ano XXIV, 1962, n.º 4.

Em outras áreas mais afastadas do litoral os quilombos se multiplicavam. Em Xiquexique, documento datado de 1801 dá-nos notícias da existência de dois, ao mesmo tempo que informa a formação de uma expedição para destruí-los. A Província vivia inquieta com as atividades dos quilombolas. A classe senhorial da Bahia armava-se para enfrentar, quer no sertão, quer no litoral, quer na periferia da Capital, as atividades desses escravos fugidos.

Além das insurreições citadianas, que serão estudadas em momento próprio, ainda podemos nos referir a quilombos que existiam na periferia da cidade do Salvador. O do Cabula. O de Nossa Senhora dos Mares O chamado Quilombo do Buraco do Tatu.

Pedro Tomás Pedreira situa esse último ajuntamento “nas cercanias da cidade do Salvador, e a cerca de duas léguas de distância da mesma, nas margens da rodovia que liga atualmente Campinas e a vila de Santo Amaro do Ipitanga”.⁽¹¹⁾ Ainda segundo este historiador o quilombo teve início no ano de 1744. Esses quilombolas, apesar da proximidade da Capital, não se postavam em uma posição passiva. Pelo contrário. Atacavam e roubavam os moradores da vizinhança. Para se defenderem das tropas, punham “estrepes” nas matas, à maneira dos de Palmares, fato que, ainda segundo o mesmo historiador, “dificultava grandemente a aproximação de elementos estranhos e das tropas das milícias.”⁽¹²⁾ Os arredores da cidade do Salvador ficaram perigosos para todos os que entravam ou saíam; também os proprietários de pequenos sítios viam-se constantemente atacados. O mais interessante, no entanto, é que esses escravos, à noite, penetravam na cidade a fim de “prover-se de pólvora, chumbo e das mais bagatelas que precisavam para a sua defesa.”⁽¹³⁾ É óbvio, portanto, que tinham cúmplices no interior da cidade. Aliás, quase sempre os quilombolas dispunham de aliados quer nas senzalas quer nos centros urbanos. Parece que as constantes incursões dos escravos ali homisiados contra os moradores irritaram as autoridades. O governo interino da Bahia ordena a sua destruição. Forma-se, então, uma expedição de mais de duzentas pessoas, com soldados, índios e voluntários para destruí-lo. E, de fato, conseguem reduzir a zero o que era um grande quilombo, no dia 2 de setembro de 1763.

No local foram feitos prisioneiros 61 quilombolas “entre pretos e pretas, que foram recolhidos à cadeia”. Os chefes do reduto foram julgados posteriormente. Na sentença condenatória dos mesmos lê-se: “forão por officiaes e soldados, expurgados varios Quilombos de negros que havião nas vizinhanças desta Cidade, com grande damno dos moradores d'ella e dos seus contornos, de cujos quilombos vierão prezos para

(11) — Pedreira, Pedro Tomás; Loc. cit.

(12) — Idem, idem.

(13) — Ofício do Governo Interino da Bahia a Francisco Xavier de Mendonça Furtado — Arquivo de Marinha e Ultramar — Lisboa. Doc. 6.449 — Loc. Cit.

a Cadêa, grande numero de negros e negras; e procedendo-se em devassa do cazo por este Juízo se pronunciarão os cabeças d'aquelles facinorosos e outras pessoas com as quaes mantinhão communicação; e os negros que não tinham mais delicto que o de calhambolas depois de marcados com a letra F, se mandarão entregar aos seus senhores, pagando cada um d'elles, por huma rateação, o que lhe coubesse para fazer a quantia da despeza que havia supprido a Fazenda Real com o sustento dos dictos officiaes e soldados." (14) Quanto ao destino dos cabeças nada se sabe.

Não foi apenas esse quilombo que existiu na periferia da Cidade do Salvador. Como dissemos, além do acima descrito existiam o de Nossa Senhora dos Mares e o do Cabula. Em 1807 o governador e capitão-general da Bahia convocou o capitão-mor das entradas e assaltos de Salvador — Severino da Silva Lessa — e determinou fossem os dois agrupamentos de negros destruídos imediatamente. O sossego público estava em risco enquanto aqueles quilombos continuassem. No dia seguinte já era requerida uma tropa composta de 80 homens para o assalto aquellos dois redutos. Além desses soldados de linha participavam da expedição punitiva "oficiais do mato e cabos de polícia." O resultado não se fez esperar. Como sempre acontecia, a superioridade de homens e armas dava a vitória às tropas legais. Depois de cercar diversas "casas e arraiais", destruiu os redutos. Parece que esses quilombolas não esperavam qualquer repressão, pois, além de não oferecerem resistência de monta, foram aprisionados em massa, quando podiam ter-se retirado para as matas próximas. Tudo leva a crer, pela carta que o Conde da Ponte escreveu ao Ministro da Marinha de ultramar, dando conta dos eventos, que havia interesses de terceiros envolvidos, pois ali se lê que esses escravos eram dirigidos por mãos de "industriozos importadores" que "aliciavam os creoulos, os vadios, os supersticiozos, os roubadores, os criminosos e os adoentados e com huma liberdade absoluta, dansas, vestuários caprichozos, remédios fingidos, benção e oraçoens-phantasticas e fanáticas, folgavão, comião e se regalavão com a mais escandalozza offensa de todos os direitos, leis, ordens e publica quietação." (15)

É possível que importadores, objetivando tirar de circulação escravos dos engenhos para substituí-los por outros, isto é, vendê-los aos proprietários rurais, tenham, em alguns momentos, através de terceiros, estimulado a fuga dos ladinos, para a venda de boçais.

Na mesma carta aquela autoridade dá conta da destruição de outro quilombo no Rio das Contas, Comarca de Ilhéus, no Sítio Oitizeiro. O ajuntamento já tinha inclusive roças e plantações. Esse chamado "grande quilombo" foi destruído, mas havia outros, na mesma região, "de consideração", que aquela autoridade esperava arrasar. Dizia ainda o Conde

da Ponte: "nascendo destas doutrinas o convidarem-se escravos dos engenhos a se armarem Coroneis e Tenentes-Coroneis com festejos, cantorias e uniformes, o que ouço contar aos próprios senhores com indifference, e merece bem a penna de eu tomar cautelozas medidas, e com prudencia dispersal-os visto que lhe dificultozo he fazel-os recuar em hum momento todo o caminho que com tanta indulgencia se lhes tolerou caminharem." (16)

Um verdadeiro rosário de quilombos se espalhava pela Província. Ainda em Rio de Contas existiu um local que hoje se denomina "Arraial dos Crioulos." Em Camisão, Jeremoabo, Salitre, Tucano, e em muitos outros lugares os negros se organizavam em quilombos. Isto sem nos referirmos aos pequenos ajuntamentos efêmeros de dez e doze cativos fugitivos, pois seria um nunca acabar. Infelizmente não se pode fazer um cálculo da porcentagem de *mercadoria escrava* que não rendia aos seus senhores por se encontrar nas matas. Tal cálculo demonstraria como, durante todo o transcurso da escravidão, o quilombola diminuía a margem de lucros que o sistema escravo proporcionava à classe senhorial. Esse desgaste, em certas regiões do Brasil e em determinados momentos deve ter contribuído para a decadência do regime servil, eufemismo sob o qual a escravidão era disfarçada em nosso País.

Em outras regiões do País a tática de luta dos quilombos variará de acordo com certas circunstâncias e condições. No Maranhão, conseguirão transformar sua luta, que antes se realizava isoladamente, em uma luta em torno da qual se aglutinarão diversas camadas da população maranhense, especialmente a grande massa componesa. Os quilombos que existiam desde há muito sairão da posição atomizada em que se encontravam para formarem uma força de ex-escravos unificada e ativa. Tal fato se verificará em face da situação econômico-social daquela região, que sofria, talvez como em nenhuma outra época, uma crise generalizada decorrente dos males crônicos das nossas relações de produção.

Após a expulsão dos franceses, entrava em decadência acelerada a economia maranhense. O sistema de aldeamentos dos jesuítas mostrava-se altamente desvantajoso. Abastardava o indígena e não dinamizava economicamente a região. O índio, por outro lado, quase não mais pesava demograficamente, dizimado que fora quase inteiramente pela brutalidade dos colonizadores que a tudo recorreram a fim de subjugá-lo. Em 1637 o flamengo Gedeon de Moris dava um total de 40.000 indígenas na Capitania do Maranhão. Pouco mais de um século depois — segundo J. F. Lisboa — não será possível ao Governador André Vidal de Negreiros juntar mais de oitocentos índios para a guerra. Houve mesmo casos

(14) — Loc. cit.

(15) — Idem, idem.

(16) — Doc. cit.

de índios que eram colocados à boca dos canhões e feitos em postas com o tiro. A Capitania estava em decadência franca. Pombal viu no Maranhão uma fonte de rendas de inestimável valor. Sua visão de estadista dos mais avançados para a sua época dentro da estrutura de uma nação colonizadora, não podia deixar de perceber a fonte de rendas que a Metrópole tinha nas suas mãos. Dará nessa circunstância o monopólio do comércio de escravos à Companhia do Grão-Pará e Maranhão, que introduzirá a moeda metálica em substituição ao escambo e à troca em espécie. Ainda circulavam — antes do monopólio da Companhia — novels de fios ou rolos de pano como meios de troca.

A Companhia iniciará um processo sistemático de domínio econômico completo do Maranhão, emprestando capitais aos senhores de terras em dificuldades, vendendo-lhes escravos e recebendo em pagamento os produtos da lavoura, que eram em seguida drenados para Portugal.

Nesta conjuntura é que o escravo negro entrará como elemento mantenedor das bases da economia maranhense. Transformou-se na mercadoria mais solicitada. Somente em 1783 foram importados para o Maranhão 1.602 escravos. De 1812 a 1820 entrarão, em levadas sucessivas, 36.356 diretamente dos diversos portos da África, sem incluímos no cômputo aqueles que, através de migrações internas, penetravam vindos através da Bahia até Caxias. Na base da exploração cada vez maior e mais sistemática do trabalho escravo, as classes dominantes locais gozaram de um período de relativa prosperidade econômica. A exportação do algodão subirá de 651 arrobas para 25.437! O movimento do porto de São Luís crescerá de 3 para 10 navios, em 1769. No ano de 1788 exportar-se-á, em 25 navios, a importância de Rs. 687.748\$788, ou seja: cerca de £790.000. O algodão figurará nesse bloco de exportação com 11.331 sacos, num total de 67.510 arrobas. Caio Prado Júnior dirá por isto que o algodão sendo alvo tornará o Maranhão negro. De fato: todo o trabalho agrícola será mantido pelo braço do escravo africano. Neste ritmo seguirá a marcha da economia maranhense até o ano de 1817, quando, em 155 navios, exportará £1.000.000, ultrapassando a exportação de Pernambuco e igualando a da Bahia, ambas no auge da exportação açucareira.

Essa exportação toda não irá, porém, proporcionar ao povo no seu conjunto, condições de vida mais favoráveis. Mais uma vez a essência colonial de nossa economia se manifestará na penúria da esmagadora maioria da população e na abastança fáustica da minoria que vivia da exportação dos gêneros necessários às nações das quais dependíamos através do controle total de Portugal. Todos os gêneros aqui produzidos eram canalizados para a Metrópole através do monopólio da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Lavrava nas camadas sociais desfavorecidas pela situação um sentimento de revolta pronunciado contra tal estado de coisas, sentimento que virá à tona da sociedade pela primeira vez com a revolta de Bequimão (1684) que subiu à força porque exigia, entre outras coisas, a queda do monopólio e a liberdade de comércio.

No Maranhão, em face disto, grande era o coeficiente demográfico negro. Veloso de Oliveira dava para 1819 um total de 200.000 habitan-

tes, dos quais 133.332 eram escravos e 66.668 livres, com uma porcentagem de 66,6% de escravos sobre a população total. Como se vê, a massa escrava preponderava sobre a população livre. Essa escravaria se localizava na zona agrícola da Província, especialmente nas regiões situadas às margens dos rios Mearim e Pindaré. Como veremos, logo se revoltarão contra o instituto da escravidão. Os quilombos surgirão, em consequência. O primeiro quilombo foi destruído em 1709. No oeste maranhense as rebentinas de negros continuaram. Em Maracáçumé os escravos descobriram ouro e negociavam com aventureiros. Outros quilombos, como o de Jaquarequara, localizado entre o Gurupi e o Sincatã, serão aniquilados. O Governador Franklin Dória destruirá o Quilombo de S. Benedito do Céu, em 1867. Os ataques desses quilombolas chegarão ao conhecimento das autoridades que tomarão medidas repressoras. Em 1772 estouraram as insurreições de S. Tomé, que foram terríveis. Os quilombolas, aliados aos índios, atacaram o povoado de S. José e só foram derrotados depois de sérias lutas.

Segundo Ribeiro do Amaral "a escravaria não poucas vezes ameaçava o sossego público, subtraindo-se parte dela ao jugo do senhorio e aquilombando-se nas matas donde, em surtidas, iam roubar as fazendas circunvizinhas, sendo necessária força armada para capturá-los."

Dos quilombos, um que maiores vestígios deixou, foi o de Turiaçu, que durou cerca de quarenta anos, sendo constantemente atacado, mas sempre se refazendo até que finalmente foi destruído. Esse quilombo situava-se numa vasta região que se estendia entre o Pará e o Maranhão. Apesar de ter sido atacado constantemente quer pelas autoridades da primeira quer da segunda Província, conseguiu resistir por quase meio século. Para que esse quilombo fosse destruído as autoridades tiveram de criar uma delegacia de polícia com jurisdição nos municípios de Paruá e Maracáçumé, enviar uma força armada para o último dos municípios mencionados e fundar uma colônia militar no Gurupi. Os componentes da força militar varreram a região dos negros aquilombados de ponta a ponta, destruindo-os completamente. Como nos outros quilombos, os fugitivos mantinham contato com elementos de fora, inclusive no sentido de intercambiar ouro das minas que esses quilombolas exploravam, por outros artigos.

Em muitos outros locais a escravaria se revoltava. Mas, o líder incontestável desses negros foi o preto Cosme. Estava condenado à força e preso na cadeia de S. Luís. No entanto conseguiu evadir-se, embrenhar-se no sertão e dirigir um quilombo. Nas cabeceiras do Rio Preto organizará um quilombo de mais de 3.000 negros sob a sua direção. Esse reduto ainda não teve o seu historiador nem sabemos se, com a falta de elementos para ser estudado presentemente, será ainda possível uma reconstituição científica de como se formou e desenvolveu internamente. Será difícil a reconstituição da vida social e econômica naquele reduto. A própria personalidade do líder quilombola é apresentada apenas como a de um assassino vulgar, quando não de um megalômano ou paranóico. Caxias refere-se a ele como "o infame Cosme". O que podemos

afirmar, porém, sobre as atividades do preto Cosme no seu quilombo é que, sob a sua liderança, foi fundada uma escola e estabelecido um sistema de piquetes de guerrilheiros que incursionavam às fazendas vizinhas de onde tiravam víveres e traziam novos insurretos.⁽¹⁷⁾ Isto tinha de acontecer pois o número crescente de escravos que aderiam ao quilombo não permitia que se estabelecesse no reduto uma economia auto-suficiente.

Mas não era somente o preto Cosme que se rebelava contra o instituto da escravidão. Em 1838 o subprefeito da vila da Manga terá por cautela uma força de vinte e tantos homens por causa dos quilombolas do Itapicuru. Ao estourar o movimento da Balaiada, em 1838, o preto Cosme será um dos seus chefes mais ativos, mas sem nunca ser aceito pelos políticos *bem-te-vis*, nem aceitar a linha oportunista dos mesmos. Tal posição independente foi reconhecida pelo próprio Caxias, que, ao informar haver pacificado a Província, escreve: "Se a estes (os efetivos dos balaíos) adicionarmos três mil negros aquilombados sob a direção do infame Cosme, os quais só de rapina vivem, assolando e despovoando as fazendas, temos onze mil bandidos, que com as nossas tropas lutaram." Mesmo o chefe pacificador separou as duas forças no seu relatório.

Outro dos seus chefes — também de cor — será o mulato Manuel Francisco, que se intitulará "tenente dos pretos" e (segundo ofício enviado denunciando o início da revolta) "é o que mais tem seduzido a gente de cor, porque essa gente muito acredita no seu semelhante."

O certo é que — com a experiência adquirida durante o tempo em que lutavam nas matas — os quilombolas do preto Cosme, juntamente com os de "Manuel Balaio", aplicarão a tática de guerrilhas que tantos e tão profundos danos causarão às tropas legais. No dia 7 de março de 1839 as tropas das diversas colunas dos *balaíos* farão sua junção na vila da Manga, região já tradicionalmente conhecida como foco de quilombos. O preto Cosme chefiará três mil escravos, iniciando a marcha, depois vitoriosa, sobre a cidade de Caxias. No dia 1.º de julho daquele ano, a cidade, sitiada, cairá ante o impacto das forças rebeldes. Ali instaurará uma junta governativa que tomará a si a responsabilidade de preparar a defesa da cidade e entender-se com as autoridades.

Os quilombolas do preto Cosme cantavam nas ruas ocupadas da cidade de Caxias:

O Balaio chegou!
O Balaio chegou!
Cadê branco?
Não há mais branco!
Não há mais sinhô!

Após a capitulação da ala menos radical da Balaiada, constituída de elementos vacilantes aglutinados no chamado partido *Bem-te-vi*, serão os líderes como Cosme e Manuel Francisco que — mesmo desorde-

nadamente — continuarão a luta, até seu esmagamento total. Aliás, os *bem-te-vis* se aproveitaram do movimento de massas que os líderes *balaíos* realizaram, para conseguirem proveito político imediato, obtendo posições e facilidades. Contribuíram, por outro lado, para prejudicar a união total dos camponeses sublevados com a massa escrava que pululava nas fazendas de algodão do Maranhão. A luta, de qualquer forma, prosseguia. Ao chegar Caxias ao Maranhão a coisa que mais lhe interessou foi esmagar os quilombolas. Em agosto de 1840 assistiu pessoalmente um ataque à concentração de escravos do preto Cosme. Outros líderes, ao verem o movimento em declínio e a perspectiva de uma anistia por parte do presidente da Província, passaram a combater os quilombolas, seus antigos aliados. O caudilho Poderosa, por exemplo, aceitou a condição imposta por Caxias: combater os quilombolas para conseguirem o perdão. "Aceita a condição — narra um historiador — Poderosa lançava-se contra os negros fugidos, nas florestas, e os reduzia mais ainda como força organizada, e assim, jogando os balaíos brancos e mestiços contra os escravos negros, já ao raiar de 1841 podia anunciar em ordem do dia que a rebelião estava terminada, com a rendição, em Miritiba e Icatu, na sua presença, dos últimos caudilhos em armas, Raimundo Gomes inclusive, com aproximadamente 3.000 homens. Só o "infame Cosme" ficava restando, "vivendo de rapina e assolando fazendas", perseguido pelas forças legais e por muitos balaíos que com eles já colaboravam beneficiados todos ele — menos o capitão quilombola — pelo Decreto de anistia."^(17-A)

Finalmente, Cosme foi derrotado e feito prisioneiro, depois de baleado na perna. Juntamente com ele foram capturados 2.400 quilombolas que estavam sob seu comando. Levado para São Luís, foi julgado e enforcado.

Apesar da repressão sangrenta de Caxias contra os quilombolas, as lutas dos escravos continuam. Em 1840 vê-se obrigado a baixar a Lei 98, criando o Corpo de Guardas Campestres, cuja finalidade era esmagar os quilombolas. Diz a Lei no seu artigo 6.º: "O Cmt de guarda ou guardas que prenderem escravos fugidos receberão do senhor do escravo a gratificação de 2\$000, e quando em quilombo, dez mil réis, pagos estes premios antes da entrega do mesmo escravo, e dividido entre os que concorreram para a prisão." E no seu artigo 7.º: "... quando o ataque dos quilombos foi feito a requerimento de interessados, pagarão estes, vencimentos diários dos guardas que forem empregados no mesmo ataque, se este porém for ordenado sem proceder requerimento de interessados, e nele forem apreendidos escravos, pagarão seus senhores pro-rata conforme o número dos que pertencerem a cada um, o vencimento diário dos ditos guardas, não excedendo em caso algum, vinte mil réis, o que o senhor houver de pagar por cada escravo apreendido."⁽¹⁸⁾ Como se vê o "Código Negro" que Teixeira de Freitas se recusou a escrever, nem por isto deixou de existir, através de uma série infindável de leis como esta.

(17-A) — Gérson, Brasil: — "Garibaldi e Anita", R. de Janeiro, 1953, p. 95.

(18) — Documento transcrito por Astolfo Serra no seu livro — "Caxias e o seu Governo Civil na Província do Maranhão", R. de Janeiro, 1942.

(17) — Serra, Astolfo: — "A Balaiada", R. de Janeiro, p. 220.

III

Em Alagoas podemos citar o exemplo dos *papa-méis*. Esses negros fugidos, de lendária fama na região onde atuaram, engrossarão substancialmente as fileiras do caudilho Vicente de Paula, um dos chefes do movimento Cabano, naquela área. Convém destacar, para melhor esclarecer o assunto, que a participação desses quilombolas em um movimento nitidamente restaurador, modificará o seu conteúdo, pelo menos na sua fase derradeira, pois o leque de forças populares se abrirá enquanto aquelas forças conservadoras, ligadas à economia tradicional — os grandes donos de terras — dele se desligarão. As causas do movimento, isto é, a sua configuração política restauradora para sermos mais precisos, serão levadas de roldão ante as modificações que se processarão na sua composição de forças sociais. A participação dos quilombolas da região e o prestígio que lhes deu Vicente de Paula são fatos que virão modificar substancialmente os objetivos da luta. É que os articuladores do movimento, ao verem que o mesmo não se iria resolver rapidamente, procuraram entrar em entendimentos com as autoridades. O melhor historiador desses acontecimentos escreve a respeito: "Com Antônio Timóteo, pequeno proprietário e homem humilde de Panelas do Miranda, e com os índios do Jacuípe, ganhou a rebelião o apoio das massas, das camadas mais pobres da população, que a continuaram por muitos anos, enfrentando as maiores dificuldades, ao mesmo tempo em que os homens poderosos que a tramaram, que a organizaram, ou foram presos, ou depuseram as armas. É que iniciaram uma simples quartelada, uma revolução para ser vitoriosa em poucos dias, mas a plebe, os índios e depois os escravos, iniciada a luta, fugiram ao seu comando, ao seu controle, e se colocaram sob as ordens de chefes humildes como eles, saídos da própria plebe, como Vicente Ferreira de Paula, que melhor consultava aos seus interesses." (19)

Depois dessa primeira etapa, Vicente de Paula contará apenas com os *papa-méis* no prosseguimento da luta. O presidente da Província na sua Fala de 1.º de dezembro de 1833 afirmava que "homens que mais se assemelhavam a uma horda de antropófagos do que cidadãos, sem princípios, sem moral, e sem Religião, levados pelo único instinto imitador das bestas ferozes, entre as quais vivem, e favorecidos da posição que habitam de matas impenetráveis (Jacuípe e suas imediações) tais são os revoltosos e são as tropas com que temos empenhado uma luta tão porfiada, debalde o Governo tenha dado todas as providências ao seu alcance para os chamar à ordem." Em seguida enumerava os danos causados por esses rebeldes que praticavam, entre outros, "a dissolução de um terreno imenso nos subúrbios de Porto Calvo, a destruição de muitos engenhos, o definhamento da agricultura, a paralisação do comércio, a

(19) — Correia de Andrade, Manuel: — "A Guerra dos Cabanos" — R. de Janeiro, 1965, p. 49.

diminuição das rendas públicas e o que mais é, o derramamento de sangue e a perda da vida de muitos bravos defensores da Lei." (20)

Manuel Correia de Andrade agrega: "Compreende-se que fossem os escravos, por medo de voltar ao cativeiro, os que se conduzissem com mais dedicação a Vicente Ferreira de Paula. Os que lutaram até o fim. Nenhuma esperança lhes trazia a paz e, temerosos da conclusão da luta, passaram a fiscalizar os que queriam depor as armas. Por isto, à proporção que se tornava mais difícil a situação dos rebeldes, era dos escravos que Vicente de Paula recebia as maiores provas de dedicação e fidelidade e era neles, que nada tinham a lucrar com a paz, que o chefe mais confiava. Por isto, iam-se tornando o grupo mais influente nas hostes rebeldes. Dai uma revolução, iniciada por políticos absolutistas sequiosos de poder, ir-se tornando, gradativamente, uma verdadeira luta de negros contra a escravidão. Tomava, assim, pouco a pouco, a Guerra dos Cabanos, um sentido bem diverso daquele sob cujo signo se iniciara, e só não sofreu certamente tal transformação em seus objetivos porque não possuiu líderes mais esclarecidos, melhor conhecedores dos problemas das massas que conduziam." (21)

Dentro das próprias forças de Vicente de Paula chegou mesmo a haver certa divergência entre a gente livre "e os escravos que compõem a força dos Saltiadores, por serem estes mais promptos em suas execuções e por isso merecem maiores elogios dos seus Chefes." (22) O Presidente Manuel de Carvalho resolveu estimular a captura desses escravos, obrigando os seus proprietários a pagarem vinte mil réis por escravo, a quem os prendesse. Um chefe cabano, em carta apreendida pelas autoridades relatando as dificuldades em que se encontravam, dizia que "não ha gente para o piquete, e Sentinella, e se não fossem os negros estavam desamparados". Muitos dos que não estavam engajados nas tropas cabanas encarregavam-se de levar cartuchos para eles. (23)

Quando o Bispo D. João Marques da Purificação Perdigão resolveu ir parlamentar com os homens de Vicente de Paula, foram os *papa-méis* que permaneceram fiéis ao movimento, ao lado do chefe.

Em 1835 Vicente de Paula ainda conseguiu reunir uma tropa de 300 homens, na maioria negros escravos e índios, e atacou o ponto Roçadinho. Em Japaranduba, no mesmo ano, contava apenas com cativos. Fugiu com 50 desses homens deixando o restante para se apresentar às autoridades. Pacificada a região, a ordem era a de prender os quilombolas. Como houvesse resistência de militares que foram destacados para essa tarefa, o Presidente Francisco de Paulo Cavalcanti de Albuquerque respondeu que "Indecoroso não he a tropa, como diz ser o Commandante-em-

(20) — Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, nº 14, 4.º vol., 2 de dezembro de 1881, citado por Carlos Pontes: "Tavares Bastos", S. Paulo, 1939.

(21) — Correia de Andrade, Manuel: — Op. cit., p. 92.

(22) — Cit. por Manuel Correia de Andrade, op. cit., p. 130-31.

(23) — Idem, idem, p. 139

Chefe perseguir e apreender esses escravos, o que julga elle serviço proprio de capitães-de-campo. Estes capitães-de-campo procurão e prendem hum ou outro negro fugido a seo Sr., que anda isolado sem cometer roubos, e assassinos, como forão os que se conseguirão em corpo, que a tranquillidade publica, como tem acontecido em os quilombos das mattas de Catucá, e com esses que ora se formão nas de Jucuípe e Panellas contra os quaes se faz mister o emprego da Força Publica." (24)

Apesar de as autoridades considerarem a região pacificada, Vicente de Paula nem se rendeu nem parou de atacar. Depois, vendo-se irremediavelmente derrotado, recuou para o Oeste, fundando um misto de povoação e quilombo onde permaneceu até 1841, sem ter nenhuma ligação com o mundo exterior. (25) O certo é que, quando naquele ano foi encontrar-se com o frade José Plácido de Messina, fez-se acompanhar de mais de quatrocentas pessoas. Estava terminada, finalmente, a luta dos *pa-méis*.

Em Sergipe os escravos marcarão todo o período em que vigorou o regime escravista de continuos levantes. Esses levantes de escravos sergipanos revestiram-se de características particulares: neles predominou, com grande eficiência, a tática de guerrilhas. Desde bem cedo (muito antes da destruição do Quilombo de Palmares), Fernão Carrilho será convidado a destruir quilombos na Capitania de Sergipe. E desde então, não mais deixarão sossegados os proprietários de engenhos e fazendas.

As autoridades da Capitania reconhecerão a audácia desses negros, não subestimando suas forças. Pelo contrário: estarão em constante vigilância através de sucessivas medidas, quase todas inúteis porque os quilombolas prosseguiram a luta em outro local e com formas diversas de comportamento. No relatório apresentado pelo Chefe de Polícia Manuel Spínola Júnior, publicado no "Jornal de Sergipe", em 1873, lê-se que reunidos em grupos nos termos de Laranjeiras, Divina Pastora, Rosário, Capela e Japarutuba, os quilombos são "uma constante ameaça à segurança individual e da propriedade."

"Desde que entrei em exercício nesta repartição — continua o relatório — chegando ao meu conhecimento os fatos praticados por tais escravos, e a maneira aterradora por que assaltavam os lugares mencionados, tenho me empenhado seriamente para que sejam eles capturados, procurando tranquilizar os proprietários daqueles municípios circunvizinhos." (26)

Os quilombolas sergipanos homiziavam-se com muita frequência em alguns engenhos onde obtinham facilmente ligações com os escravos que lá se encontravam. As senzalas eram ponto de encontro entre os escravos fugidos e os dos engenhos e fazendas que com eles estavam soli-

dários. Conseguiram desses aliados informações e viveres, estabelecendo-se um verdadeiro serviço de ligação entre os primeiros e os últimos. O Chefe de Polícia não estava alheio a esses fatos e verberará constantemente contra os mesmos. No relatório citado dirá claramente o grau de desgaste a que chegaram as forças do governo. Porque — usando a tática de guerrilhas — esses quilombolas jamais se empenharão em batalhas de envergadura. Atrairão habilmente as tropas para o recesso das matas e lá, com movimentos rápidos, as irão submetendo a um desgaste de energias, munições e homens, desesperador. Como elemento auxiliar dessa tática funcionava o sistema de ligação com os escravos das senzalas dos engenhos e fazendas, muito eficaz e que os auxiliará muito na luta. (27)

Será esse sistema de guerrilhas certamente o mais indicado para as condições da época, a região e os objetivos da luta e o que maiores frutos produzirá. Muitas vezes o governo organizará expedições de envergadura, principalmente nos fins do século XIX, contando esmagar definitivamente os escravos sublevados. Sempre regressarão, contudo, sem conseguirem o objetivo que desejam alcançar. No dia 8 de fevereiro de 1872 uma grande expedição partirá para dar combate a um grupo que agia ativamente em Rosário. Sob o comando do próprio Chefe de Polícia e obedecendo a um plano discutido no mais completo sigilo com o próprio Presidente da Província, marchou a tropa ao encontro dos quilombolas. Oitenta praças da Guarda Nacional reforçavam a tropa e mais destacamentos de outras localidades. Tinham estabelecido no plano, de antemão discutido, que uma parte daria batida nas matas dos engenhos onde supunham se encontrassem os escravos fugidos, ficando o grosso da tropa na retaguarda da mata. Os quilombolas, ao serem atacados, se veriam compelidos a fugir e ficariam então, sob dois fogos; seriam facilmente cercados e liquidados.

Orientado por este plano foi enviado o Alferes João Batista da Rocha para dar uma batida nos engenhos de Capim-Açu, Varzea Grande e Jurema. Na batida então realizada descobriu aquela autoridade represora, dez ranchos abandonados, primitivas residências dos quilombolas, que foram destruídos. Os escravos haviam batido em retirada para mais longe. "Avisados a tempo — diz um jornal da época (28) — apenas perderam grande "porção de sebo de gado, cordas, alimentos etc. A amizade e a proteção que quase todos os escravos dos engenhos votam aos quilombolas são sérios obstáculos: dão não só aviso como guarida no caso de qualquer emergência, mesmo dentro das senzalas", afirmava o mesmo órgão. (29)

O Chefe de Polícia cercou as senzalas do Engenho Capim-Açu, na esperança de que os quilombolas que lhe escaparam estivessem ali homiziados em aliança com os escravos daquele engenho: nada, porém, foi

(24) — Doc. citado por Manuel Correia de Andrade, op. cit., p. 185.

(25) — Op. cit., p. 190 ss.

(26) — "Jornal de Sergipe", Aracaju, 19 de março de 1873.

(27) — Cf. Sampaio, Aluysio: "Apontamentos sobre a História de Sergipe" in "Fundamentos", n.º 36, 1954, p. 67 ss.

(28) — Jornal de Aracaju, março de 1972

(29) — Diz textualmente a notícia do jornal: "Infelizmente, os resultados não

encontrado. Apenas quatro cativos tidos como suspeitos de cumplicidade foram presos e fizeram "importantes declarações."

No domingo seguinte rumaram sessenta e duas praças, sob o comando do Capitão João Estêves de Freitas, para Divina Pastora, acompanhados pelo Chefe de Polícia, além de contarem com a colaboração do delegado daquela localidade e do Major Félix Zeferino Cardoso. Cercaram em seguida as senzalas dos engenhos Limeira, Piedade e Quidongá. Os proprietários daqueles engenhos que — segundo afirmativa do "Jornal de Aracaju" — viviam "aterrados e com razão", exultaram com o aparecimento dessa força e dessas autoridades. Os escravos rebeldes, porém, não ofereceram combate. Retiraram-se para as matas, tendo a tropa recuado para a vila de Rosário. Apenas duas prisões foram efetuadas nessa diligência, da qual tanto esperavam as autoridades. Desistiram-se na missão, ainda segundo depoimento do jornal, o "Alferes Rocha na arriscada missão em que se acha e devemos louvar o auxílio prestado pelos particulares como bem o Tenente-Coronel João Gonçalves de Siqueira Maciel, pela prontidão com que dispõe a força da Guarda Nacional da Vila de Rosário".⁽³⁰⁾

No dia 16 nova investida será feita contra os quilombolas nas margens do Engenho Floresta, com auxílio do seu proprietário. Homens a cavalo e a pé reforçaram a tropa regular. Os escravos do engenho, no entanto, avisaram em tempo os quilombolas que fugiram "deixando vestígios da precipitação com que o fizeram."

No dia 23 de março do mesmo ano será realizada uma batida nas matas do Engenho Batinga, onde havia um quilombo de onze escravos. A expedição, como as anteriores, fracassou, diz o "Jornal de Aracaju" de 3 de abril — "por inércia de algumas praças, senão pusilanimidade". Conseguiram apenas prender uma escrava e tomar quatro cavalos com mais duas armas de fogo e muitos "objetos de alojamento."

As batidas continuavam ininterruptamente. Os sítios Baracho e Fação, entre a vila de Rosário e o Pé do Banco, serão cercados sem resultado; a mesma coisa acontecerá no Engenho Floresta.

correspondem ainda aos esforços empregados, por isso que em diversas diligências procedidas depois que estou em exercício, nas quais se tem distinguido o tenente do corpo de polícia João Batista da Rocha auxiliado pelas autoridades policiais encarregadas de promovê-las, não se pôde passar além das seguintes capturas: 8 em Rosário, 4 em Divina Pastora e 2 em Laranjeiras.

Para isso não pouco concorrem alguns proprietários dos referidos municípios, os quais por um desleixo criminoso não só deixam que esses escravos se acutem em suas terras, como também não impedem que se relacionem com os que possuem nos seus engenhos, o que é de grande proveito àqueles que não podem ser apreendidos sem grande dificuldade" ("Jornal de Sergipe", 19 de março de 1873).

(30) — Idem, idem.

Em agosto de 1872, com a aproximação do inverno, os escravos fugidos se acercaram dos povoados para conseguirem "a proteção dos parceiros dos engenhos." Aproveitando essa particularidade — a proximidade dos quilombolas — as autoridades reforçaram o combate. Na vila de Japarutuba realizaram uma diligência que fracassou pelo auxílio que os quilombolas conseguiram receber dos escravos dos engenhos. Foram avisados, deixaram os seus ranchos e refugiaram-se nas próprias senzalas, onde foram escondidos pelos escravos que ali se encontravam. É de se destacar o fato de serem apreendidos entre os quilombolas inúmeros animais de montaria, o que explica a espantosa mobilidade que possuíam.

Não viviam, porém, esses escravos, em simples passividade de fúgies. Pelo contrário: tinham um espírito ofensivo surpreendente, atacando estradas, assassinando capitães-do-mato, feitores etc, recolhendo-se em seguida para o recesso das matas que tão bem conheciam. Disto encontramos testemunho nos jornais do tempo.⁽³¹⁾

O Chefe de Polícia falava — conforme vimos — no perigo que os quilombolas representavam para a "segurança individual e da propriedade" mostrando também o cuidado que a Polícia vinha tendo com a captura desses negros fugidos. Lamentava o pouco resultado obtido em consequência dos precários recursos de que dispunha, mas, por outro lado, apresentava alguns resultados obtidos em Rosário e Divina Pastora. Comentava ainda e deplorava o pouco caso de alguns proprietários que não impediam as relações estabelecidas entre os quilombolas e os escravos dos engenhos, o "que é de grande proveito àqueles que não podem ser apreendidos sem grande dificuldade."

No dia 24 de dezembro de 1873 organizou-se uma grande batida contra os quilombolas. Os detalhes do plano foram traçados sigilosamente, como da vez precedente, para maior segurança da operação. As tropas legais marchariam para extinguir um grupo que agia entre Capela e Rosário, na certeza de que iriam destruí-los e vê-los "capturados sem o menor desastre", segundo o relatório de Antônio Passos Miranda, abrindo a Assembléia Provincial. No entanto, ao contrário do que se esperava, os quilombolas de tudo foram avisados e bateram em retirada a tempo de impedir o choque com as tropas do governo. A expedição, comandada pelo próprio Chefe de Polícia, voltou inteiramente desmoralizada, pois os escravos, "apesar de todas as reservas, foram sabedo-

(31) — É o que temos por exemplo, no "Jornal de Aracaju" — "A audácia tinha chegado ao ponto de entrarem nas vilas e povoados, 10 e 12, armados e bem montados, disparando as armas na porta de algumas autoridades." No mesmo órgão de 8 de fevereiro de 1872: "... sabe-se ter sido assassinado Manoel de Sousa, mestre de açúcar do engenho do sr. Barão de Propriá, por um escravo fugido a quem aquele indivíduo procurava prender." Ainda o "Jornal de Aracaju" de 15 de março do mesmo ano estampava: "na noite de 23 de fevereiro, no engenho denominado Cruzeiro, distrito da Chapada, o escravo do Coronel Joaquim Curvelo assassinou barbaramente o feitor do mesmo engenho".

res da diligência que se combinava." (32) Continuava a atividade dos quilombolas que chegaram muitas vezes a, em grupos de dez e doze, portando armas de fogo e bem montados, entrar em vilas e povoados, disparando as suas armas às portas das autoridades. Em seguida retiravam-se rapidamente, sem darem ensejo a que se organizasse qualquer reação a esses atos. Usavam a surpresa como aliada e obtinham assim não apenas vitória do ponto estritamente militar mas psicológica também.

Ainda operavam no ano seguinte: na abertura da Assembléia Provincial, Antônio dos Passos Miranda referia-se amargamente ao assunto. Ao informar as providências tomadas, analisava as dificuldades e dizia: "Asseguro-vos que não permanecerei inativo nesse serviço, se bem que mais de uma dificuldade existam contra os meus melhores desejos a respeito. É a primeira não ter-se um número suficiente de praças para destinar-se ao menos vinte para cada termo em que os quilombolas mais se apresentam, ou então para formar-se um destacamento volante de não menos de 50 praças, sob o comando de um oficial brioso, que se encarregasse de bater aqueles malfetores em todos os pontos que os encontrasse." (33) Como vemos, não se tratava apenas de contratar capitães-do-mato para prear escravos fugidos, mas sugestão para uma verdadeira operação militar permanente contra os insurretos. Prova do grau de eficiência da luta de guerrilhas praticada por eles. Outro elemento importante na eficiência da resistência dos quilombolas estava no sistema de ligação mantido entre eles e os escravos dos engenhos. Dos últimos recebiam não somente acolhida nas situações difíceis, mas informações constantes, víveres, armas e solidariedade. O "Jornal de Aracaju" de 3 de abril de 1872 reconhecerá esse fato e estampará sem rodeios: "A experiência tem mostrado o grau de relação que entretêm os quilombolas com os escravos dos engenhos: acham aqueles apoio e proteção; trocam estes farinha e agasalho pela partilha nos roubos dos primeiros e em caso de perigo invadem as senzalas". E acrescentará: "desde que os proprietários situados nos lugares mais percorridos pelos quilombolas exerçam assídua fiscalização na sua escravatura, cortando quando for possível a comunicação protetora que tanto tem embaraçado as diligências, os quilombolas, entregues aos próprios recursos, não oporão resistência à estratégia e serão capturados".

Os quilombolas continuavam atacando ou se escondendo nas matas. Houve mesmo uma quilombola que, ao ser presa, declarou haver depositado a sua filha, nascida nas matas, em casa de uma mulher conhecida pelo nome de Maria Cabocla, residente em Laranjeiras. O delegado de Capela promoverá uma batida nas matas do Engenho Lagoa Funda. Ali conseguiu capturar os quilombolas Luís e Antônio Dias Ferreira da Cruz e Tomásia, além de cinco cavalos e um burro. Como estratégia de combate, em consequência da solidariedade dos escravos dos engenhos, sugeria aquela autoridade verba para a formação de um corpo de espíões...

(32) — "Jornal de Aracaju", de 5 de março de 1874.

(33) — "Jornal de Aracaju", 3 de abril de 1872.

Em Sergipe, segundo podemos ver de inúmeros fatos, os quilombolas conseguiram lutar até, praticamente, a extinção do escravismo. Usando uma tática inteligente, albergando-se em pequenos núcleos de oito a dez casas que podiam ser facilmente abandonadas à aproximação das tropas repressoras, e, além disto, mantendo um sistema de ligação efficientíssimo com os escravos dos engenhos, escravos que os supriam de mantimentos indispensáveis à subsistência, não tendo, portanto, necessidade de plantarem roças e se fixarem definitivamente, esses quilombolas desgastaram enormemente o aparelho repressor montado pelas autoridades daquela Província.

O pessimismo das autoridades ao se referirem a esses quilombolas é uma constante. Sempre se referem à agilidade dos mesmos, à solidariedade dos escravos dos engenhos ou à falta de recursos suficientes como causas dos sucessivos fracassos. Mas, o certo é que os escravos sergipanos, negaceando combates nos quais estavam inferiorizados, fugindo para as matas ou refugiando-se nos próprios engenhos, organizaram uma tática de luta que não foi derrotada até o fim.

Alguns documentos, especialmente correspondência do governador de Mato Grosso e do Conselho Ultramarino (34) dão-nos notícias da existência de quilombos na região mato-grossense. Esses negros fugidos, aliados aos índios daquela área, durante muito tempo viveram aquilombados. Um dos mais famosos deles foi o Quilombo do Piolho, que depois passou a ser chamado "Quilombo da Carlota."

Teve início aproximadamente em 1770 sendo atacado no mesmo ano pelo sertanista João Leme do Prado, que capturou "numerosa escravatura." Apesar disso, os escravos continuaram no quilombo que se localizava na Serra dos Parecis, vizinhança de Guaporé e do arraial de Vila Bela, à margem do rio que lhe deu o nome. Sua base econômica era a agricultura, principalmente plantações de milho, feijão, fava, amendoim, mandioca, batata, cará e outras raízes, além de banana, ananás, abóbora, fumo, algodão — de que faziam tecidos grossos com que se vestiam — além de possuírem criação de galinhas.

Segundo a descrição que os documentos que estamos acompanhando fazem, o governo do Quilombo do Piolho era constituído por um conselho de seis membros, escolhidos entre os mais velhos, sobreviventes da primeira investida contra o reduto, "os quais eram os regentes, padres, médicos, pais e avós do pequeno povo." (35)

Vinte e cinco anos depois da primeira expedição é organizada a segunda para "pôr fim à fuga de muitos escravos" e "aliviar estes danos e

(34) — Doc. do Arquivo do Conselho Ultramarino — Correspondência do governador de Mato Grosso, 1777-1805. Código 246 p. 165, transcrito por Roquette Pinto: "Rondônia", S. Paulo, 1950, p. 33 ss.

(35) — Idem, idem.

felicitar a utilidade pública." A bandeira, comandada por Francisco Pedro de Melo, composta de quarenta e cinco membros "municipiados e armados pela Real Fazenda", partiu de Vila Bela no dia 7 de maio de 1795. Acompanhando o Diário dessa bandeira ficamos sabendo que, no dia 19 de junho, os seus componentes encontraram de repente três índios, um negro e um caburé (mestiço de negro e índio) que foram aprisionados, tendo fugido um índio que conseguiu avisar os componentes do quilombo da aproximação dos inimigos. Apesar disso, a bandeira conseguiu ainda nesse dia aprisionar mais 32 quilombolas sendo que "uns eram índios, outros caburés". No dia seguinte conseguiu prender mais doze pessoas. A bandeira estacionou ali até o dia 5 de agosto, esperando prender o restante dos membros do quilombo que se encontravam "pelos matos vizinhos."

Após a "diligência" a bandeira prosseguiu percorrendo "ranchos que mostravam serem de pretos fugidos" em direção ao Arraial de São Vicente, onde um total de 54 quilombolas aprisionados foi entregue a Geraldo Urtiz de Camargo a fim de que o mesmo os conduzisse a Vila Bela. Esses quilombolas foram enviados depois pelo governador "para o mesmo lugar em que foram apreendidos", a trinta léguas de Vila Bela, onde formaram a aldeia Carlota.

Prosseguindo nas suas batidas, a bandeira dirigiu-se para a região do Rio Sararé onde, segundo informações de dois escravos que se agregaram à mesma, havia um outro quilombo, o de Pindaituba. No dia 2 de outubro, finalmente, alcançaram o quilombo que procuravam. Os quilombolas haviam-no, porém, abandonado, ao serem informados da aproximação da bandeira. Refugiaram-se em outro reduto — o do Motuca — perto do córrego do mesmo nome. A bandeira encontrou o Quilombo de Pindaituba formado de "dois quartéis, um composto de 11 casas e o outro de 10, a 50 passos de distância do primeiro." Ali só conseguiu aprisionar três negros que vinham buscar mantimentos para a sua nova morada. Em vista disto, a bandeira prosseguiu viagem em direção ao Quilombo do Motuca onde chegaram no 3 de outubro, encontrando-o também abandonando "pelo aviso dos negros fugidos."

O Quilombo do Motuca era "também dividido em dois arraiais três léguas distantes um do outro". Do primeiro era chefe o ex-escravo Antônio Brandão, com quatorze negros, e o segundo era chefiado pelo ex-escravo Joaquim Félix, com treze negros e sete negras. Em consequência do mau êxito obtido, a expedição marchou para o quilombo de Joaquim Teles, também abandonado à aproximação da bandeira, que regressou, em seguida, com 18 escravos aprisionados.

Com vemos, Mato Grosso teve os seus quilombolas. Vale assinalar aqui que Vila Bela, posteriormente, com a mudança da capital para outro local, transformou-se em um reduto de negros fugidos que, certamente saídos das matas mato-grossenses, ali se homizaram. Diz Roquete Pinto: "Vila Bela, antigo centro de mineração mui pujante; hoje não passa de simples logradouro de uma centena de pretos. As últimas informações

que nos foram prestadas, por testemunhas insuspeitas e seguras, sobre essa curiosa cidade, cujos palacetes oficiais já se acham escondidos pela floresta que a vai avassalando, dizem que lá não existe domiciliado um só habitante branco.

Reduto de antigos escravos, cujos descendentes vivem em sociedade original, em mais de um ponto semelhante a certas cabildas africanas, é um caso interessante de segregação espontânea, promovida pelas condições de insalubridade a que só os negros, parece, conseguem resistir; mesmo assim ela é perniciosa à colônia, que já se vai extinguindo." (36)

(36) — Pinto, Roquete: — "Seixos Rolados", Rio de Janeiro, 1927 — p. 128.

Insurreições Baianas

A Bahia no Tempo das Revoltas — A Bahia, no século XIX, era uma Província cuja economia se baseava quase exclusivamente na exportação de produtos agrícolas para o exterior, especialmente açúcar. Talvez como em nenhum grande outro Estado as relações sociais pré-capitalistas se conservem até hoje de forma tão visível como lá.⁽¹⁾ Imagine-se a situação na época. A carestia de vida era alarmante. Os víveres faltavam no mercado e seus preços eram elevadíssimos. O plantio exclusivo dos gêneros destinados à exportação era uma das causas fundamentais desse estado de coisas. Um economista da época dirá que os donos da terra não queriam perder os "preciosos torrões do massapê" com a "mesquinha plantação de mandioca."⁽²⁾ Os poucos alvarás e assentos existentes no sentido de se plantar quinhentas covas de mandioca por escravo de serviço não eram respeitados. A carne era outro gênero caríssimo. Ninguém podia criar o gado numa distância inferior a dez léguas do litoral. Além disso, o comércio abatedor era monopolizado, o que concorria ainda mais para o encarecimento do preço da carne. A falta de estradas contribuía para dificultar o transporte do gado para o corte em Salvador.

(1) Sobre a situação atual da economia baiana o Prof. Milton Santos, em seminário internacional sobre resistência a mudanças, em primeiro lugar cita o fato de que, "por ser capital do Estado — Salvador — dotada de um parque fabril débil, ocorre o subemprego que favorece as correntes do êxodo da população para o sul do Brasil. Por outro lado, a fraqueza do parque industrial de Salvador faz com que não esteja ele em condições de competir com os centros industriais do Sul, de modo que a tendência é para um enfraquecimento progressivo.

Além disso, o baixo poder aquisitivo das cidades não provoca a introdução de melhorias técnicas na agricultura.

A análise das importações do Estado da Bahia revela serem estas constituídas preponderantemente de bens de consumo e não de bens de capital, fato que demonstra uma descapitalização progressiva, com a canalização das poupanças para outros centros.

Mas, se internamente a balança comercial é desfavorável, no comércio externo apresenta um grande saldo positivo. Entretanto esse saldo, devido à política cambial, val servir aos centros industriais de outros Estados, dele não se beneficiando a Bahia" In "Resistência a Mudanças" (Anais do Seminário Internacional reunido no Rio de Janeiro, em outubro de 1959), Rio, 1960, p. 211/12 — Ver também: John Friedmann e José Leal: "População e Mão-de-obra na Bahia", Salvador, s/d, passim.).

(2) Brito, R. de: "A Economia Brasileira no Alvorecer do Século XIX" Bahia, s/d. p. 54.

Vejamos como uma testemunha ocular pinta a situação da época: "Os miseráveis lavradores de farinhas, grãos, e legumes, que pela sua pobreza mereciam até comiserção, não têm liberdade de vender seus frutos onde eles têm melhor saída, apesar das razões de justiça, e interesse público acima ponderadas, e de Leis expressas, que não só lhes facultam aquela liberdade, mas até franqueza de direitos, tais como a Lei de 4 de fevereiro de 1773, e Assento de 24 de abril que sobre ela tomou; Avisos de 1.º de julho de 1794, e de 17 de agosto de 1798; o Foral desta Capitania etc. Uma vez são inibidos de exportá-los ao Celeiro desta Cidade, ainda que às vezes o consumidor, que os há de gastar, more lá bem perto do lavrador, que a produziu, e ainda que eles venham já ensacados para a Europa; e uma vez dada a entrada não tem mais de os levar para fora, posto que lhes venha à notícia haver em outras partes maior preço, e falta do mesmo gênero. Eles sofrem pois, a despesa de uma viagem, ou pelo menos de um rodeio escusado, o empenho do seu capital, e da embarcação, a perda do seu tempo (que às vezes só no porto passa de mês para obterem descarga, pois as tulhas não cabem nem quanto gasta em uma semana) retenção forçada do seu gênero para não poderem aproveitar o justo preço dele, a contribuição que se lhes exige a título de benefício da tulha." (3)

E prossegue o mesmo historiador pintando o quadro da situação da Bahia: "entre nós para estabelecê-lo na própria casa (um engenho de cana) cumpre beijolar ao Governador, peitar o Ouvidor, e o Escrivão da Comarca, os quais sem exorbitantes salários não vão fazer a indispensável vistoria que deve proceder a informação. Miseros lavradores, em que mãos estais metidos! Os que só devem empenhar a espada, e a pena para proteger vossa liberdade, são os que vo-la tiram ou vo-la vendem."

Em consequência do "monopólio natural que logram os senhores atuais" a situação era das mais opressivas na Bahia. Continua Rodrigues de Brito, na mesma obra: "Se lançarmos os olhos para outros distritos da Capitania, o quadro não será menos triste; por toda parte não se vê senão monopólios, subsídios, taxas e impostos de toda a casta, estabelecidos sem legítima autoridade, nem reconhecimento de S. A. R.; e se alguém vai de fora estorvar a aqueles régulos os seus monopólios, concorrendo com sua indústria, um tiro, ou pelo menos uma denúncia de armas curtas é o meio por que eles se desembaraçam de sua concorrência." (4) Segundo Martius, que percorreu a Bahia na época, "a administração da casa está sob a direção de uma comissão nomeada pelo conselho municipal. Essa autoridade arrenda, ao arrematante, o abastecimento da cidade em carne fresca, peixe e outros mantimentos; e, em virtude de não haver concorrência, a Bahia sofre, por vezes, a falta do fornecimento de boa carne verde." (5) Como vimos, o gado não podia ser criado no litoral; vinha dos campos de Rio Pardo e principalmente do

Piauí, pela estrada de Juazeiro, enfrentando as péssimas estradas da região e as secas. Era proibida a instalação de fábricas, armações, engenhos, sem licenças e formalidades abusivas que anulavam, na prática, esse direito. Para a moagem da cana o pequeno plantador pagava metade da safra aos donos dos engenhos, mais a renda da terra. Por outro lado, acelerava-se em ritmo ininterrupto a produção de gêneros de exportação. O açúcar — gênero que ocupava o primeiro lugar no conjunto da economia — atingiu, em 1817, segundo dados fornecidos por Felisberto Caldeira Brant a von Martius, a 1.200.000 arrobas, produzidas nos 511 engenhos que existiam. Esses dados, aliás, segundo o próprio Martius, estão em contradição com os citados por St. Hilaire e von Humboldt, que são muito mais elevados. Os ingleses procuravam cada vez mais algodão, tendo subido a exportação desse produto para 40.000 sacos. O número anual de navios que entravam no porto da Bahia era calculado em mais de 2.000, sem contar as embarcações costeiras.

Essa produção era toda baseada no trabalho escravo. As relações escravistas determinavam todo o conjunto da sociedade baiana na época. Pelo simples peso específico dos escravos no conjunto da população poderemos deduzir isso. Vejamos:

De acordo com os cálculos de Baldi, a população da Bahia (incluindo a de Sergipe del Rei) seria a seguinte em 1824:

Branços	192.000
Índios	13.000
Gente livre de cor	80.000
Escravos de cor	35.000
Negros escravos	489.000
Negros forros	49.000. (6)

Ou seja: numa população de 858.000 habitantes havia 524.000 escravos. Isso sem falarmos dos índios, que viviam num regime de semi-escravidão, e dos "forros", que tinham uma vida quase idêntica à dos cativos. Como vemos, era uma enorme massa que constituía a base da pirâmide social baiana e cuja efervescência exigia da parte dos senhores de escravos uma vigilância constante e enérgica. Por este motivo a Bahia era fortemente policiada. A força militar de que dispunha a Província, voltada de maneira aguda contra os escravos dos engenhos, das plantações e das cidades, contava com 23.070 homens. Desse total, 3.138 constituíam a força de linha (2.169 de infantaria, 747 de artilharia, 222 de cavalaria) e 19.932 a milícia, tropa auxiliar com a seguinte distribuição: 16.687 pertenciam à infantaria, 659 à artilharia e 2.586 à cavalaria. A milícia era organizada com "a gente melhor e mais rica da so-

(3) Op. cit. p. 60.

(4) Op. cit. p. 81.

(5) Von Spix e von Martius "Através da Bahia", Bahia, 1928, p. 9v.

(6) Sobre a população apenas da Província baiana temos, também, os cálculos de Warden e Veloso. Para eles a população não chegava a 500.000 habitantes. Pelas estimativas do Padre Pompeu a população da Bahia seria, no ano de 1864, de 1.400.000 sendo 1.100.000 livres e 300.000 escravos. Em 1872 seria de 1.380.670 e em 1892 — pouco depois de Abolição — de 1.870.093.

cidade", em consequência da "falta de meios e pela existência de grande quantidade de negros, que podiam ser contratados para todas as ações más." (7)

Como vemos, se de um lado a Província produzia uma considerável soma de produtos, do outro lado a quase totalidade dessa produção era enviada aos portos europeus, que a consumiam. Os escravos, os pequenos lavradores, sitiantes, pecuaristas, intelectuais e artesãos viviam asfixiados pelos senhores de engenho e de escravos, que usufruíam vantagens desse sistema de economia colonial.

Esse ambiente quase irrespirável não podia deixar de influenciar seriamente a política da Província. O descontentamento que vinha de longe (como vimos com a revolução de 1798) era geral e sintoma de que a crise já havia atingido camadas muito largas da população. Os jornais refletiam esse descontentamento. A imprensa baiana, com uma equipe das mais valentes e capazes, verberava a situação, exigindo providências do governo. Entre os anos de 1831 e 1837 circularam na Bahia sessenta jornais. Jornalistas de talento e coragem como Cipriano Barata, Antônio Pereira Rebouças, Inácio Acioli e inúmeros outros tomavam posição radical contra o governo. Cipriano Barata, com seus "Sentinela da Liberdade" e "A Nova Sentinela da Liberdade"; Gonçalves Martins com o "Diário da Bahia"; Próspero Dinis com "A Marmota", cujo lema era:

"Sou pequenina
porém sou forte.
Digo a verdade
não temo a morte"

agitavam os problemas do seu tempo com destemor, coisa que se repetia em outros órgãos como "O Guaicuru", redigido por Guedes Cabral que, em 1836, dirigiu também "O Democrata" e que, além de jornalista, era cientista avançadíssimo para sua época, tendo, em 1876, sustentado tese médica sobre "Funções do Cérebro", rejeitada pela Faculdade como inteiramente materialista. (8)

Sabino Vieira, também jornalista, era obrigado a assassinar à entrada da Câmara Municipal, em legítima defesa, o alferes do Exército

(7) Von Spix e von Martius, op. cit., 84.

(8) "A orientação materialista da filosofia do século XIX pertence ainda ao Brasil — escreve o Prof. Cruz Costa na sua interessante obra "Contribuição à História das Idéias no Brasil" — o trabalho de Domingos Guedes Cabral — As Funções do Cérebro (Imprensa Econômica, Bahia, 1876). 2. XXXVIII — 226 pags.). Domingos Guedes Cabral (1852-1883) escrevera esse trabalho para apresentá-lo como tese de doutoramento em Medicina à Faculdade da Bahia. A congregação dessa escola, porém, recusou-o por achá-lo lesivo à religião do Estado (Cf. Sacramento Blake, ob. cit. vol. II, pág. 207). Em vista de tal atitude os colegas de Guedes Cabral, como protesto contra "coartação da liberdade de pensamento que, por toda parte, entre nós, vemos limitada, inclusive nos estatutos da nossa Faculdade" (D. G. Cabral ob. cit. pág. VII) publicaram-lhe o trabalho. Nos agradecimentos aos colegas, nas primeiras páginas do seu livro, Guedes Cabral explica alguma coisa que tem certa importância para a história das vicissitudes das correntes filosóficas no Brasil daquele tempo. "Vai para dois anos — escreve Guedes Cabral — que, des-

Ribeiro Moreira que tentara chicoteá-lo por motivos políticos. Guedes Cabral cumpriu sentença na Fortaleza do Barbalho pelos seus artigos contra os senhores de escravos. Fortunato de Freitas foi demitido do lugar que ocupava e agredido; Domingos de Faria Machado, outro jornalista da oposição, morreu subitamente, de maneira misteriosa; o livro de Lindolfo Medrado "Os Cortesãos e a Viagem do Imperador" foi queimado num verdadeiro auto-de-fé; inúmeras outras arbitrariedades ainda poderiam ser arroladas em longa lista com testemunho da efervescência política desse período da história baiana. Além disso, as idéias liberais da França continuavam conseguindo cada dia maior número de prosélitos; vapores aportavam trazendo ligações para os oposicionistas baianos, livros, panfletos, jornais e revistas. Apesar de serem poucas as livrarias — em 1835 inaugurou-se a do italiano Pongetti — essas idéias tinham ampla circulação. Em 1809, a Carta Régia de 17 de novembro dizia que "na Bahia há um grande número secreto de pessoas vendidas ao Partido Francês". Como consequência pululavam os clubes secretos, as lojas maçônicas, os grupos de intelectuais que, na Faculdade de Medicina, no Liceu Provincial e em outros locais discutiam as idéias avançadas da época e pregavam a república, o federalismo e muitas vezes o separatismo. No seio da tropa reinava em alguns momentos o descontentamento e o espírito de revolta. As manifestações de desagrado e quarteladas eram frequentes. O Batalhão Piauí exigiu a expulsão dos portugueses. A soldadesca da Capital reivindicou melhor tratamento. No Recôncavo baiano a situação não era muito diferente: em 16 de fevereiro de 1832 rebentou um motim em um dos batalhões ali aquartelados.

É nesse conjunto de circunstâncias que se gera na Bahia uma literatura combativa e popular, até hoje pouco estudada, mas que fundamentalmente influenciou nos acontecimentos do tempo. A poesia, através da sátira e da poesia conscientemente política, ocupa uma posição de destaque nesses eventos. Como exemplo desse tipo de poesia podemos citar a de João Nepomuceno da Silva, conhecido na época como "o poeta graxeiro" que, quando da visita do segundo Imperador à Bahia, fez uma espécie de relatório em versos, em que dizia:

"Senhor meu, toda a Bahia
Nada aqui em porcarias.

Eu vos afirmo, eu vos juro:
Se não fosse a vossa vinda
Oh! existiria ainda
Em cada canto um monturo".

pertado por leituras de literatura médica, encaminhei meus estudos para assuntos de uma especialidade delicada, essa que nos oferece a filosofia positiva, que não é outra mais do que a lógica aplicada aos fatos e que diverge de outra filosofia e que tem, ao invés dela, como base as ciências naturais e a experimentação". (Contribuição à História das Idéias no Brasil", R. de Janeiro, 1956, p. 442).

e terminava:

Eu, João, poeta novo,
Graxeiro denominado,
Que não tarda proclamado
Ser defensor de seu povo,
Faço ciente que o rei,

Que visitou nossa grei,
Recebeu meu relatório,
Este folheto notório
Que sobre o povo atirei."

Em outra oportunidade, João Nepomuceno da Silva escrevia:

"O rico além da riqueza
que nem à força do burro
não escreve um nome inteiro;
chamam-lhe douto, eloqüente,
chamam-lhe belo, excelente,
acho razão, tem dinheiro.

tem logo e logo o perdão,
recebe absolvição
de pena, culpa e agravo.
Filho de rico é talento
que escreve em breve momento
sobre o céu e pinta a Cintra;
nome de pobre não soa,
porque mesmo, ora, esta é boa!...
tudo que é pobre é pelintra

O rico, além da riqueza
por vênia feita à nobreza,
tem na mão fechada as leis
tem mais de quarenta achegos,
porque, tendo dois empregos,
terá quatro, cinco ou seis...

O rico, só por ser rico,
porque dá pra melhor bico
dos outros o seu dinheiro,
porque tem leite e tem vaca,
traz suspenso na casaca
a medalha do Cruzeiro.

Se ele é senhor de engenho,
e no maior desempenho
do furor mata um escravo,

Outro poeta que no seu tempo imprimia às suas poesias o tom crítico e satírico da época era Manuel Pessoa da Silva, falecido em 1878. Além de poeta era jornalista — como a maioria dos poetas de seu tempo — e combateu o governo do Gen. Andréa. Publicou o poema "A Escapula do Diabo", atacando a subida dos conservadores em Pernambuco, em consequência da parcialidade do Imperador. Políticos da época, como Gonçalves Martins e o Padre Joaquim Cajueiro de Campos, são atacados ferinamente pelo poeta. Chamado à responsabilidade, afirmou: "Meus senhores, sou chamado à barra deste tribunal, apenas por ter usado da liberdade de pensamento", defendendo-se ativamente das acusações que lhe haviam sido imputadas.

Economicamente, a Província baiana vinha sofrendo de um estado crônico de crise. Desde a transferência da Capital do País para o Rio de Janeiro que o seu eixo econômico sofrera um sério abalo. Sua agricultura continuava monopolizada, havia crise de transportes e penúria.

O povo sofria enormemente com esse estado de coisas e, pouco tempo depois de uma das últimas insurreições de escravos da série que estudaremos em seguida, (a de 1835), pegará em armas e, sob a liderança de Sabino Vieira, instaurará uma república independente (1837) de vida efêmera mas que é uma prova do descontentamento geral da época.

Nessa situação — pois as condições não iriam se transformar no fundamental — a Província exportará 17.142.260 quilos de açúcar e 26.400.880 quilos de fumo. As riquezas estavam nas mãos da minoria detentora dos setores básicos da economia e esse montante de exportação não iria melhorar a sorte do povo: era precária a situação de grande parte da população da Província. Em 1893, poucos anos após a Abolição, o Estado da Bahia possuía "pouco mais de mil quilômetros de estrada de ferro." Nesse mesmo ano trabalhavam na indústria têxtil 805 operários.⁽⁹⁾

Além dessas causas particulares e específicas da Bahia, agravava-se a crise geral do País. Havia uma conjuntura que favorecia as lutas contra o governo. Os "Farrapos" levantavam-se no Rio Grande do Sul (1835); em Pernambuco os escravos levantavam-se nas fazendas, assassinando feitores; no Pará, em 1833, os Cabanos revoltaram-se contra a prepotência imperial. Na época em que se verificaram as revoltas dos escravos baianos, no Leão do Norte já estavam sendo aglutinadas as forças que liderariam a Revolução Praieira. A Balaiada, no Maranhão, em 1838, será uma continuação desse estado geral de coisas. A situação era francamente favorável às insurreições e os escravos souberam aproveitá-la. As lutas ascenderiam a tal nível que o governo imperial, amedrontado e vendo o que significaria o aumento ininterrupto do número de escravos, proibiu, em 1850, definitivamente, a entrada de africanos no País, extinguindo o tráfico.

Primeiras Insurreições (1807-1813) — O capítulo das revoltas de escravos da Capital baiana abrange quase toda a primeira metade do século XIX e marca de maneira funda esse período da história da Província.

Começará com a revolta dos aussás, que delimitará o início do primeiro ciclo de lutas, no ano de 1808, e será dirigida por escravos maometanos. É verdade que — como acentua com acerto Nina Rodrigues — essa primeira escaramuça — como também a de 1809 — foi apenas um ensaio parcial e ainda vacilante da que eclodirá no ano de 1813, de proporções já bem maiores.

Na noite do dia 26 de maio de 1807 a primeira delação sobre o levante chega ao conhecimento do Governador que, imediatamente, toma as providências que o fato requeria. Os escravos da Capital, unidos aos do Recôncavo, juntar-se-iam — segundo o plano estabelecido — para, reunidos, liquidarem seus senhores. Havia estruturado o movimento

(9) Viana, F. V.: "Memória sobre o Estado da Bahia", Bahia, 1893.

com certa experiência, se atentarmos no fato de ser essa a primeira revolta. Designaram um Capitão em cada bairro e nomearam "um agente a que chamavam Embaixador". Aproveitaram o dia da procissão de Corpus Christi para, durante a distração dos seus senhores, entretidos no ato, levantarem-se em armas e assumirem o poder. A denúncia, porém, chegada ao conhecimento das autoridades antes do levante, poria por terra esses planos. O Governador conseguiu saber o nome dos Capitães que operavam nos bairros e o principal local de suas reuniões. Sabedor de que, no dia 27, às 7 horas da noite, seria iniciado o levante, tomou todas as medidas dentro do maior sigilo, distribuindo ordens aos comandantes das patrulhas para que tomassem as portas principais de acesso à cidade, sem nenhum ruído que despertasse suspeita, além de enviar grupos de capitães-do-mato para fora da cidade. O local em que se reuniam os escravos foi invadido pela polícia, sendo presos, na ocasião, sete dos seus capitães que se encontravam reunidos e apreendido vasto material: perto de quarenta flechas, um molho de varas para arcos, "meadas de cordel, facas, pistolas e um tambor." Além dessas prisões — ainda informa Nina Rodrigues, a quem estamos acompanhando neste capítulo — os capitães-do-mato efetuaram as de mais quatro cabeças fora da cidade. Outras detenções se sucederam; foi aberta devassa e tomadas severas medidas contra os escravos em geral, em consequência da insurreição abortada; nenhuma referência encontramos sobre esse movimento nos manuscritos do Arquivo Público do Estado da Bahia que pudemos consultar.

Continuando, no entanto, a luta contra o cativo, os escravos, longe de esmorecerem com o primeiro revés, recomeçaram a organização de outro movimento, que ainda será dirigido pelos escravos aussás, embora já estreitamente ligados aos nagôs, que dele participarão ativamente. A unidade dos escravos estava se processando: era o "esquecimento da aversão recíproca que lhes era natural" e a união com a "desgraça comum" que tanto temor causava ao Conde dos Arcos. Assim, unidos e já com a experiência do levante precedente, puderam realizar um movimento de proporções muito maiores que o primeiro e de repercussão bastante ponderável em comparação ao de 1807.

Em 26 de dezembro de 1808 — antes de completar um ano que se haviam levantado — os aussás e nagôs dos engenhos do Recôncavo embrenham-se nas matas, fugindo dos seus senhores. Ali ficarão aguardando os escravos da Capital que cedo a eles irão se unir; no dia 28 de dezembro, fogem os de Salvador e fazem junção com os que se encontravam nas matas. Oito dias depois — 4 de janeiro de 1809 — iniciam juntos a ação com grande violência, atacando indistintamente a todos, destruindo, incendiando propriedades e matando.

Seguem imediatamente forças da Capital para combatê-los, indo alcançá-los a nove léguas da cidade, entrincheirados junto a um riacho, sendo aí cercados e atacados. Iniciou-se o combate com grande violência, tendo morrido grande número de escravos e sido aprisionados oitenta. Sufocada com certa facilidade, ficou-se sabendo da organização dos escr-

vos; pretendiam estender a luta por todo o Recôncavo baiano, especialmente nos distritos de Jaguaribe e Nazaré onde a Polícia foi prender 23 implicados na insurreição. Para êxito do movimento, haviam estruturado uma associação secreta que tinha por objetivo aliciar os escravos e dirigí-los na luta contra o cativo — a OGBONI — de poderosíssima influência e que desempenhou importante papel nessa luta, o que explica o relativo sigilo com que se processou sua preparação.

Não sabemos das punições a que foram condenados os principais implicados: nada encontramos nos arquivos ou nos livros que se referem ao assunto.

Quatro anos depois dessa nova revolta, estourará outra com mais violência e de maiores consequências.

Ascendia o nível de luta daqueles que estavam sujeitos ao cativo. Os escravos de algumas armações levantaram-se, em número de 600, e marcharam na madrugada do dia 28 de fevereiro de 1813, para ocupar a Capital. O forte contingente cedo iniciou suas atividades, atacando as senzalas de suas armações, incendiando-as, tendo igual procedimento com as casas dos seus senhores. Investiram, em seguida, contra a família de um feitor, mataram-no e seguiram depois para atacar Itapoã. Ali incendiaram algumas casas. Os escravos de Itapoã aderiram imediatamente à luta, engrossando ainda mais o contingente. Depois de atacarem e matarem alguns brancos naquela localidade, travaram combate com as forças legais, enviadas para sufocar o levante, demonstrando heróica bravura no fogo sustentado. Em ação morreram cinquenta escravos, tendo outros se enforcado ao pressentirem a derrota e alguns se atirado ao Rio Joanes a fim de não caírem com vida nas mãos dos seus senhores e da Polícia. O ba'anco de mortos da parte dos brancos foi de treze pessoas.

Esmagado o levante a ferro e fogo, os escravos não esmoreceram, contudo, e reiniciaram a organização de um novo movimento para aquele mesmo ano.

Nos últimos dias do mês de maio de 1813, um advogado de nome Lasso denunciava ao Conde dos Arcos um novo levante aussá de grandes proporções, com a participação, desta vez, de ganhadores dos "cantos" — do cais de Cachoeira, cais Dourado e cais do Corpo Santo — e dos negros do Terreiro e do Paço do Saldanha, além de elementos de mais outras "nações" e de escravos do Recôncavo. Era, como se vê, um movimento que englobava negros de diversas "nações" africanas, liderados pelos aussás. Reuniam-se em uma pequena capoeira que se localizava por trás da Capela de N. S. de Nazaré, numa roça da Estrada do Matatu e nos matos do Sangradouro. Nessas reuniões traçavam o plano geral da insurreição que seria o seguinte: aproveitando as festas de S. João, partiriam para atacar a guarda da Casa da Pólvora do Matatu de onde retirariam a pólvora necessária, molhando a que sobrasse para que não pudesse ser usada. Realizada essa primeira parte, contavam os escravos que as tropas legais marchariam para atacá-los, des-

guarnecendo a cidade, do que se aproveitariam os escravos do Terreiro, do Paço da Saldanha etc., para entrarem em ação, atacando a cidade, degolando todos os brancos e tomando o poder. Era, como se vê com facilidade, um plano bem urdido que, se posto em prática, iria produzir consequências imprevisíveis. Mais uma vez a delação fez abortar essa insurreição como já fizera com quase todas as outras. Por divergências quanto à data do início do levante, um escravo aussá chamado João, que desejava fosse a mesma iniciada no dia 10 de junho, denunciou seus companheiros, fazendo, com isso, ir por terra todo o plano arquitetado por eles. Os principais responsáveis pelo levante, sabedores da traição de que foram vítimas, providenciaram imediatamente esconder todo o material que seria usado e que se encontrava nos locais apontados pelo delator. Não encontrou a Polícia, ao dar busca, nada que denunciasse ou implicasse os suspeitos ou organizadores.

Continuando as diligências, ordenou o Conde dos Arcos fosse proibida a festa de São João, o uso de foguetes, busca-pés, ronqueiras etc., com ordens severas contra os infratores. Essa Portaria proibindo a festa foi lida, ao som de tambores, para que ninguém alegasse desconhecimento, nas principais artérias da Capital baiana. Em seguida, iniciou uma série de prisões. Depois de presos, os escravos revoltados foram processados — em cumprimento à carta de 18 de março do ano seguinte — e condenados 39 dos implicados. A Justiça foi de uma severidade somente compreensível se atentarmos nas relações sociais da época: doze faleceram nas prisões, vítimas de maus tratos, certamente; quatro foram condenados à morte e executados na Praça da Piedade, no dia 18 de novembro, com assistência da tropa; inúmeros foram açoitados, outros degredados para Angola, Moçambique e Bengala.

Fracassava, assim abafada em sangue, a primeira série de tentativas dos escravos baianos contra o instituto da escravidão.

Dai até a próxima, haverá um lapso de tempo em que os escravos estiveram se agrupando para uma ofensiva maior, não levantando, em consequência, nenhuma luta; ou os documentos não registram esses movimentos. O certo é que somente no ano de 1822 iremos encontrar outra insurreição, verificada na vila de São Mateus; depois virá o segundo ciclo de lutas, liderado pelos escravos nagôs, com a participação de grande parte dos escravos da Capital e de algumas localidades do Recôncavo. Será assunto dos capítulos que se seguem.

Revolta em Cachoeira (1814) — A efervescência social gerada pelo regime escravista não arrefecia. Os cativos continuavam lutando contra o instituto que os oprimia.

O Recôncavo baiano, onde se estratificara uma nobreza agrária das mais importantes da Província, foi, também, palco de rebentina de negros escravos. Região das mais fortes economicamente, com vasta escravidão nos trabalhos dos seus engenhos, não podia ficar imune a esses movimentos que periodicamente eclodiam.

Já em 1798 José Venâncio de Seixas participava a D. Rodrigo de Sousa Coutinho a existência de um quilombo na vila de Cachoeira e a formação de outro "ainda mais perigoso" a 5 ou 6 léguas de distância da Capital baiana.⁽¹⁾ Por isto mesmo solicitava providências imediatas contra o fato e concluiu: "V. Excia. não ignora o que têm feito os negros marões nas colônias francesas e holandesas. O mesmo se pode reccar vindo os Quilombos a crescer, se não forem destruídos antes de tomarem consistência."⁽²⁾

Em 20 de março de 1814 espocou uma revolta na atual cidade (àquela época vila) de Cachoeira, quase que com as mesmas características das que se vinham sucedendo na Capital da Província desde o início do século. As cinco horas da tarde daquele dia o Juiz de Fora de Maragogipe era cientificado de que os escravos do distrito de Iguaçu, pertencente à vila de Cachoeira, se haviam sublevado e praticado desordens. Preparavam-se para marchar contra Maragogipe. Tinham esses sublevados como plano reunirem-se aos escravos do Engenho do Ponto.

Cachoeira, na época, como já dissemos, era local de grande importância para a Província inteira. Possuía orfanato, escola de latim e outros melhoramentos, além da grande produção dos seus engenhos. Martius comparou-a à Capital da Província pelas suas condições "sociais de civilização".⁽³⁾ Tão importante vila não podia, portanto, correr o perigo de ser atacada por escravos sem que imediatamente todas as medidas acauteladoras fossem tomadas pelas autoridades. Foi o que fez o Juiz de Fora da vila de Maragogipe, para onde os escravos sublevados tinham intenção de ir, numa ameaça evidente aos seus moradores. No ofício que aquela autoridade enviou ao Conde dos Arcos, cientificando-o do acontecimento, nota-se perfeitamente a apreensão de que estava possuída.⁽⁴⁾

Segundo depoimento do Juiz de Fora Antônio Augusto da Silva, para que os insurretos não conseguissem lograr o seu intento foram tomadas as seguintes providências: colocaram-se guardas da Milícia "em todos os pontos por onde os negros pudessem entrar"; foi mobilizada, para igual fim, "toda a gente da Ordenança e da Justiça para guarnecerem aqueles pontos juntamente com os milicianos." O Sargento-mor das Milícias de Cachoeira, que se encontrava em Maragogipe, partiu imediatamente para a vila ameaçada a fim de dar combate aos negros sublevados.

O Major João Francisco Chobi, comunicando-se no mesmo dia com o Juiz de Fora, informou que "vendo todo o Iguaçu incendiado e ata-

(1) — Carta de José Venâncio de Seixas para D. Rodrigo de Sousa Coutinho — Anais da Biblioteca Nacional, vol. 36 p. 42-43, verbete n. 18433.

(2) — Doc. cit.

(3) — Von Spix e von Martius — "Através da Bahia", 2ª ed., Salvador, 1928 p. 169.

(4) — Of. do Juiz de Fora da Vila de Maragogipe, Antônio Augusto da Silva, ao Conde dos Arcos, 1814 — Ms. Biblioteca Nacional, II — 33, 24, 22.

cado pelos negros (...) passo as ordens necessárias aos meus soldados a fim de acautelar as consequências que se podem esperar.”⁽⁵⁾

Além dessas providências tomadas pelo major, o sargento-mor, que se encontrava em Maragogipe passando revista às tropas, antes de partir para Cachoeira efetuou a prisão de três negros aussás.⁽⁶⁾ Essas prisões foram efetuadas por terem “continua e efetiva comunicação com os do Engenho do Ponto” e por darem indícios de conluio com eles para a sublevação que se verificou em Cachoeira.

O que foi feito dos prisioneiros — certamente foram efetuadas outras prisões além dos três aussás a que nos referimos — as proporções do incêndio de Iguape denunciado pelo Major João Francisco Chobi e as consequências judiciais contra os implicados na revolta não são narradas. O certo, no entanto, é que os escravos continuavam se revoltando no Recôncavo baiano, pondo em perigo a estabilidade e tranquilidade dos trabalhos nos engenhos e da classe senhorial. Muitos anos depois, como sintoma disto, desgastados por esses contínuos levantes, os proprietários de engenhos, residentes no Recôncavo, resolvem dirigir-se às autoridades solicitando maiores garantias para as suas propriedades e vidas dos seus parentes. Diziam em abaixo-assinado, que “considerando o perigo iminente que ameaça suas pessoas e bens, e em geral a todos os habitantes do Recôncavo e ainda mais, talvez aos de toda a Província pelas frequentes revoltas de escravos, que têm sido constantes a V. Exa. e que a cada momento põem em risco a vida e a fortuna de cada um deles, se vêm na indispensável obrigação de representar e pedir a V. Exa. a instauração dos Destacamentos que já foram mandados colocar por V. Exa. em diversos pontos do Recôncavo, em virtude do plano policial de 10 de dezembro de 1828 o que, sendo indicado na Proposta do Conselho Geral da Província, fora aprovado com os demais artigos e mandado executar por ofício da Secretaria do Estado dos Negócios da Justiça em data de 20 de março de 1829.”

E continuam os proprietários: “Os Destacamentos, Exmo. Sr., ainda que não sejam suficientes, só de per si, para prevenir qualquer insurreição dos escravos, que atualmente se têm acumulado na vasta extensão do Recôncavo, contudo impõem respeito, e estão prontos a acudir imediatamente ao lugar em que a revolta apareça, sendo esta uma medida já sancionada pelo Governo de S.M.I., que pelo fato de ter sido aprovada e mandada pôr em execução parece autorizar as despesas que pela Fazenda Pública com ela se tenham a fazer”.

Concluía dizendo que “não sendo, porém, da intenção dos Representantes gravarem a fazenda Pública com todo o peso daquela despesa, vão procurar por meio de uma subscrição suprir alguma parte dela”.⁽⁷⁾

(5) — Idem, Doc. 2.

(6) — Idem, idem.

(7) — Citado por Donald Pierson: “Branco e Pretos na Bahia”, São Paulo, 1945, p. 94, nota.

Conforme vemos, a revolta de Cachoeira, em 1814, teve continuidade nos anos subsequentes, levando o temor dos senhores de engenho a recorrerem às autoridades, oferecendo-lhes, inclusive, meios financeiros para que as medidas repressivas autorizadas fossem postas em prática.

Revolta a Bordo (1823) — Os escravos, ao serem transportados para o Brasil, algumas vezes se revoltavam durante a viagem, amotinando-se nos navios que os conduziam. Não era fácil tal tipo de revolta, visto que as guarnições desses navios, sempre alertas, ao menor indício de sublevação puniam drasticamente os escravos. Mas, apesar de todas as medidas acauteladoras tomadas pelos traficantes, muitas vezes a carga dos navios negreiros se insurgia. Os sofrimentos eram tais que preferiam, quando havia oportunidade, a morte a continuarem nas condições a que estavam submetidos.

J. F. Almeida Prado descreve a situação desses cativos durante a viagem. Diz o conhecido historiador: “Terminado o embarque iam começar os horrores da viagem. Discorrendo sobre o tráfico, cerca de 1560, escrevia Frei Tomás de Macedo: “Amontoavam em um navio, às vezes pequeno, quatrocentos ou quinhentos (cativos), e já o fedor ou catinga basta para matar os mais deles... E para que ninguém pense que exagero, direi que não há quatro meses que dois mercadores... saíram para Nova Espanha de Cabo Verde, quinhentos em uma nau, e numa só noite amanheceram mortos cento e vinte, porque os meteram como porcos num chiqueiro ou, coisa pior, debaixo da coberta, onde o seu próprio folego e catinga (que bastavam para corromper cem áreas e tirá-los da vida) os matou. E houvera sido justo castigo de Deus morrerem justamente aqueles homens bestiais que os levaram. E não parou nisso o negócio; antes de chegarem ao México, morreram quase trezentos.

“Contar o que se passa no tratamento dos que vivem seria um nunca acabar. E espantamo-nos com a crueldade dos turcos para com os cristãos cativos, pondo-os à noite em suas masmorras.

“Muito pior tratam estes mercadores cristãos aos pretos que já são também fiéis porque, na praia, ao mesmo tempo de embarcá-los batizam todos juntos com um hissope, o que é outra barbaridade.

“Tinha razão Channing — prossegue J. F. de Almeida Prado — para afirmar, num arroubo de eloquência, que desde o século XVI o navio negreiro era “o conjunto de maior número de crimes reunidos no menor espaço.”⁽¹⁾

Podemos imaginar, por esta amostra, o que significava uma revolta a bordo. Os negros enfurecidos, quando conseguiam dominar as tripulações, faziam verdadeiras matanças. Por isto, os castigos aplicados aos

(1) — Almeida Prado, J. F. de: — “Pernambuco e as Capitânicas do Norte do Brasil”, tomo I, p. 293/96, S. Paulo, 1939.

escravos que se revoltavam ou tentavam amotinar-se durante a travessia eram terríveis. Segundo Artur Ramos "citam-se casos de mutilação, de decapitação, de despedaçamento. Testemunhas de vista relatam-nos algumas destas repressões às revoltas de escravos. Do livro de bordo de um navio negreiro "L'Africain", em 1738, extrai-se esta passagem: Sábado, 29 de dezembro. Amarramos ontem os negros mais culpados, isto é, os negros autores da revolta, pelos quatro membros e deitados de bruços em cima da ponte, fizemos-lhes escarificações nas nádegas para que sentissem melhor suas faltas. Depois de ter posto as nádegas em sangue pelos açoites e escarificações, pusemos em cima pólvora, suco de limão, salmoura e pimenta, tudo pilado, juntamente com outra droga posta pelo cirurgião; e atiramos-lhes às nádegas para impedir que houvesse gangrena..."

E Artur Ramos continua: "Por uma simples suspeita de rebeliões em outro navio negreiro, um capitão condenou dois negros à morte, em 1724. Uma negra escrava foi suspensa a um mastro e flagelada. Depois, com tesouras, arrancaram-lhe com *filetes* de carne até que os ossos aparecessem; o outro condenado foi estrangulado e arrancaram-lhe o fígado, o coração e os intestinos. Seu corpo foi cortado em pedaços que os outros escravos foram obrigados a provar."⁽²⁾

Pois bem, em 1823 os escravos de um tumbeiro que se dirigia provavelmente à Bahia, amotinaram-se e assassinaram inúmeros tripulantes do barco. Vinha a embarcação com um carregamento de negros Macuas, quando, inesperadamente, estourou a revolta, sendo todos os brancos componentes da sua tripulação atirados ao mar com pancadas desfechadas com achas de lenha. Certamente o motim foi sufocado, pois de outra forma não se explica o fato de haver o navio negreiro chegado à Capital baiana.

As prisões se sucederam e os implicados foram levados à barra dos tribunais da época.

Como podemos deduzir dos documentos que compulsamos, existentes no Arquivo Público da Bahia, a revolta foi inteiramente acidental e não teve nenhum caráter organizado, nascendo das próprias circunstâncias favoráveis que certamente, por algum motivo fortuito, se apresentaram durante a viagem. Tiveram a oportunidade que a muitos faltava e se levantaram a bordo, o que era bastante difícil, como já vimos, em face das condições em que esses cativos eram transportados para o Brasil. Os traficantes sabiam que a revolta era um desejo latente naquela carga humana e por isto tomavam medidas como aquelas já relatadas.⁽³⁾

Apesar da maneira improvisada, segundo os documentos citados, houve um líder que se destacou, encorajou os companheiros e dirigiu a rebelião. Foi o preto ladino José Toto ou José Pato. O escravo Niqui-

rita afirmou que o levante "foi insinuado aos negros novos Macuas pelo preto ladino José Toto", depoimento que coincide com o de um ladino implicado — o escravo Lauriano — que também afirmou: "quem aconselhara aos negros novos para se levantarem fora o preto ladino de nome José Pato."⁽⁴⁾

Ainda pelos depoimentos verificamos que as únicas armas usadas ou, pelo menos, mencionadas — foram achas de lenha e outros objetos encontrados ocasionalmente a bordo. Na matança aos brancos destacaram-se os pretos novos Macu e Mamatundu, afirma um dos implicados. Os que mataram os brancos — depõe — "foram os pretos novos Macu, Mamatundu e Macutandu."

Esses pretos — todos da nação Macua, ao se levantarem contra os traficantes tinham como certo que "se assim não o fizessem, os brancos os comeriam na sua terra."⁽⁵⁾

Após o motim, várias prisões foram feitas, embora não possamos estabelecer o seu número exato. Além disto, não conseguimos saber, também, que fim tiveram os implicados ou qualquer indicação que nos facilitasse sabê-lo. Devem, porém, ter sido enforcados — pelo menos os seus cabeças — pois, por crimes muito menores, costumava a Justiça da época condenar os escravos a 500, 600 e mais açoites. Nos processos sobre rebeliões de escravos, essas penas eram comuns pela simples suspeita de participação nos movimentos.

Aqui ficamos, porém, no terreno da simples conjectura.

uns com os outros em um pequeno espaço, que, à luz incerta do luar, mais pareciam um montão confuso de braços e pernas, do que corpos humanos.

Pela 1 hora depois da meia-noite começou o céu a cobrir-se de nuvens, e o horizonte escurecia na direção do vento. Um aguaceiro corria sobre nós; caíram algumas gotas d'agua e de repente principiou uma chuva, cujos horrores não é possível descrever. Obrigados a obedecer imediatamente à voz de *ferrar o pano*, os marinheiros embarcados pelos negros estendidos no convés, não puderam manobrar como convinha. "Façam descer os negros", gritou o capitão, e assim se fez. Mas o tempo estava pesado e quente e esses 400 infelizes, amontoados em um espaço de 12 toesas de longo e 7 de largo, com 3 pés e meio apenas de alto, em breve começaram a forcejar para voltar ao convés e respirar o ar livre. Repelidos, fizeram segunda tentativa. Foi preciso fechar-lhes as escotilhas de ré, e colocar uma espécie de grade de madeira na de proa. Então os negros principiaram a amontoar-se junto desta escotilha por ser a única abertura que deixava comunicar o ar. Sufocavam, e, ainda estimulados talvez por algum terror pânico, entraram de juntar-se por tal forma, que impediram completamente a ventilação. Por toda a parte onde pensavam encontrar uma passagem, faziam os maiores esforços para sair; e alguns saíram efetivamente por espaços que tinham cerca de 14 polegadas de longo e 6 de largo... No dia 13 de abril (1843), quinta-feira santa, acharam-se no porão 54 cadáveres que foram lançados ao mar. Alguns desses infelizes tinham perecido de moléstia; porém muitos dos cadáveres estavam machucados e cobertos de sangue. Antônio (um espanhol de bordo da presa) contou-me que foram vistos alguns já prestes a morrer, estrangulando-se ou apertando a garganta uns aos outros. Um por tal modo foi comprimido que as estranhas lhe saíram para fora do corpo. A maior parte deles tinham sido calcados aos pés no delírio e sufreguidão com que buscavam ar que respirasse. Horrroso espetáculo era ver arrojados ao mar, um após outro, esses corpos torcidos, inteirificados, manchados de sangue e de excremento!..." (Vide *Cinquenta dias a bordo de um navio negreiro*, publicação feita em Londres pelo sr. Hill, capitão da fragata Cleópatra) — Apud: Augusto de Carvalho: Brasil — Co. Ionização e Emigração, Porto, 1876, p. 412).

(4) — MS existente no Arquivo Público da Bahia.

(5) — Idem, idem.

(2) — Ramos, A.: — "A Aculturação Negra no Brasil", S. Paulo, 1942, p. 92.

(3) — "Durante o primeiro quarto, refere o sr. Hill, intérprete do navio negreiro "Progresso" (escandalosa antifraxe) aprisionado pelos cruzeiros ingleses navegando com mar tranqüilo, impellido por uma leve brisa que variava de rumo. Os negros dormiam ou estavam estendidos sobre o convés. De tal maneira se enlaçavam

Insurreição da Vila de São Mateus (1822) — Na série de revoltas de escravos que estamos estudando, encontramos vestígios de uma eclodida na vida de São Mateus. Os documentos que conseguimos acerca da mesma, foram escassíssimos — apenas uma petição de dois escravos pedindo liberdade às autoridades e os respectivos despachos — mas suficientes para não termos dúvidas sobre sua veracidade.

No ano de 1822 estouraria a rebelião com o objetivo de tomar o poder e instalar um reinado nos moldes dos existentes no Continente Africano. Segundo lemos no documento citado, os pretos, escravos e forros, organizaram uma sedição contra todos os "brancos e pardos." Ao que parece e tudo leva a crer, o movimento foi sufocado no seu início. Mas as prisões se sucederam — as autoridades, alarmadas com a série de revoltas dos escravos, estavam em constante vigilância e alguns cabeças foram remetidos para a cadeia da capital. Ali aguardaram o resultado da devassa que as autoridades mandaram abrir sobre a insurreição, cujo fim não pudemos apurar. Os remetidos para a Cidade do Salvador foram os escravos Claudino de Jesus e Luís Benguela, sendo que o último — reza o manuscrito — seria aclamado rei, após a vitória do movimento.

Em abril de 1822 farão esses dois escravos requerimento solicitando liberdade por estarem presos "quarenta e quatro dias sem culpa", doentes, alegando em seu favor o fato de serem pobres: "e como são pobres e não têm meios para poderem tratar-se e por modo nenhum devem sofrer prisão sem culpa..." pediam liberdade.

O despacho foi negativo. Dizia que os acusados se encontravam presos por haverem encabeçado a insurreição da Vila de São Mateus e que se estava processando a devassa para apurar as responsabilidades. Diz textualmente: "os suplicantes tinham sido presos como cabeças d'esse motim querendo hum d'elles ser Rey". A data do despacho é 16 de abril de 1822 e nada mais encontramos que nos orientasse para sabermos as proporções da insurreição e o fim dos implicados.

Quilombo do Urubu (1826) — No ano de 1826 formou-se um quilombo na matas do Urubu, no Sítio Cajazeira, perto da Capital baiana. Começou a atuar atacando e realizando pequenas escaramuças na região e preparando-se para um ataque de envergadura à Capital: "premeditava apresentar hua revolução na Cidade." No dia 15 de dezembro daquele ano praticaram alguns ataques no Cabula contra lavradores, raptando uma menina que com sua família "se passava a uma roça no dito sítio", e que, dois dias depois, foi encontrada "muito maltratada" e recolhida ao Hospital da Misericórdia. Em consequência dos atentados praticados pelos quilombolas e certamente solicitados por moradores das circunvizinhanças, alguns capitães-do-mato partiram para prendê-los e

entraram em luta com os mesmos nas matas onde se encontravam aquilombados. Os escravos opuseram tenaz resistência ao ataque dos capitães-do-mato e na refrega mataram dois e pelo menos feriram um terceiro⁽¹⁾. A luta se travou ao meio-dia, tendo falecido os seguintes capitães: Antônio Neves, cabra forro, e José Corrêa, branco. A Polícia já era sabedora da existência do quilombo, esperando "o momento que havia designado" para atacá-lo; ante a precipitação dos acontecimentos, tomara imediatas providências. No mesmo dia em que os capitães-do-mato foram derrotados, marchará uma tropa de 20 praças do Batalhão de Pirajá — comandada pelo Coronel Francisco da Costa Branco — que se juntará a outra composta de 12 soldados e um cabo da Divisão Militar, partidos da Capital, de onde saíram às 10 horas da manhã.

Essas tropas fizeram junção na Baixa do Urubu.

A tropa que marchava da Capital, sob o comando de José Baltasar da Silveira, encontrou no caminho um capitão-do-mato e mais dois crioulos gravemente feridos em consequência do ataque. Ao chegarem, foram percebidos por vigias dos escravos que imediatamente puseram-se em guarda, dando o alarme, fazendo para isso "uso de um corno de boi" que formava uma "espécie de corneta". Foi dada ordem de atacar pelo comando da tropa.

A essa tropa, de cerca de trinta homens, opuseram-se os cinquenta escravos aquilombados, usando como armas apenas "facas, facões, lazarrinas, lanças e mais outros instrumentos curtos"; aos gritos de "Mata! Mata!", "lançando-se furiosos" sobre os soldados.

A tropa abriu fogo sobre os negros que, depois de alguma resistência, abandonaram o campo da luta deixando quatro mortos — três homens e uma mulher — e, aproveitando-se da noite, internaram-se nas matas próximas, onde pretendiam se reorganizar. Nessa ocasião foi

(1) — Nina Rodrigues, erradamente, noticia que os escravos do Urubu iniciaram suas atividades no Cabula após entrarem em combate com capitães-do-mato enviados para capturá-los e animados com o êxito que obtiveram. Engano: iniciaram antes do choque com os capitães-do-mato. Os ataques feitos no Cabula foram no dia 15, quando raptaram u'a menina. Talvez que, em consequência disso, os capitães-do-mato tivessem resolvido atacá-los, o que foi feito na manhã do dia 17 de dezembro, quando foram derrotados pelos quilombolas. No mesmo dia partiu, às 10 horas da manhã, um contingente da Polícia para dar-lhes combate. Lemos na parte dada por um dos comandantes do ataque: "Participo que marchando da Cidade às 10 horas do dia como me foi por V. Sa. ordenado, com doze soldados e hum cabo, para o Cabula, e chegando à Estrada do 1º lugar tive notícia que os negros estavam reunidos em um lugar denominado — Orubú — numero pouco mais, ou menos, de cincoenta, e também algumas Negras e procurando para ver se os descobria encontrei com hum Capitão de Assaltos, e mais dous Crioulos gravemente feridos, ahi soube terem sido aquelles ferimentos pelos negros que se achavão levantados".

Essas medidas repressoras foram tomadas pelo Comandante da Polícia em consequência de ter sido avisado, no dia anterior, de que os quilombolas "anteontem havião ferido a varias pessoas no Caminho do Cabula e raptado hua menina que com sua familia se passava a hua roça no dito sítio." O documento está datado do dia 17, o que comprova nossa afirmativa.

aprimorada a escrava Zeferina, de arco e flecha nas mãos, que lutou bravamente antes de ser submetida à prisão. Além disso, a Polícia apreendeu grande quantidade de víveres: bolachas, sacos de farinha etc.

Depois do ataque — como não podia deixar de ser... — a Polícia iniciou a repressão. Ordens foram expedidas a diversos oficiais para que, com suas respectivas tropas, marchassem aos "lugares suspeitos" a fim de prenderem "os revolucionários." Começaram as batidas nas matas próximas, tendo sido varejadas inúmeras casas de negros e pardos e se efetuado grande número de prisões. Vasta quantidade de material e instrumentos religiosos foi apreendida.

É de se destacar, ainda, um fato interessante: a prisão de um soldado entre os quilombolas. Era ele o soldado do 1.º Batalhão de 2.ª Linha, Cristóvão Vieira, preso em sua casa em companhia do negro Francisco Romão. Além dessas prisões foram recolhidos em outro local "um tabaque e mais duas violas armadas com piaçabas". Alguém confessou à Polícia a existência de um agrupamento de escravos reunido na Rua da Oração, em um casebre. Imediatamente as autoridades cercaram o local indicado e aprisionaram nove escravos e um pardo. Nesse casebre, além das prisões, a Polícia apreendeu um chapéu grande e coberto de diferentes cores, tendo em cima uma figura com chifres, uma arma com varetas, um ferro de ponta com quatro palmos e meio de comprido, uma faca de ponta, outras flamengas, uma poltrona de couro, cartuchos feitos de paus cheios de pólvora e vários instrumentos de dança. No Maciel de Baixo a polícia aproveitou o pretexto para invadir uma casa, efetuando inúmeras prisões. Em outra batida — comunica uma das partes — foram presos cinco pardos forros e dez negros escravos, além de instrumentos de madeira e objetos de dança.

O centro das batidas, porém, foram os casebres espalhados pelas matas que, segundo o pensamento das autoridades, eram locais perigosos de reuniões e conspiração dos escravos. No dia seguinte ao do levante, em parte ao Chefe de Polícia, o Alferes Costa Veloso comunicava haver prendido nele "quinze negros e oito negras." Detalhe curioso é que entre os quilombolas se encontrava o escravo Antônio, que pertencia a Sabino Vieira.

O terror continuava e as prisões aumentavam: o escravo nagô João foi feito prisioneiro no dia 21 de dezembro. No dia seguinte Davi foi capturado juntamente com Hipólito e ambos internados no hospital por se encontrarem "o primeiro ferido e o segundo maltratado". Ordens de prisão foram ainda expedidas contra os escravos Jonas, Paulo e outros. Contra o pardo Antônio de Tal — provavelmente um dos organizadores do levante ou dos mais influentes líderes do movimento — foi também expedida ordem de prisão com data de 10 de janeiro de 1827.⁽²⁾ Todos os presos foram remetidos ao Forte do Mar, com exceção do soldado Cristóvão, que foi recolhido ao quartel, aguardando julgamento.

(2) — Não conseguimos apurar quais as sentenças proferidas contra Antônio, Jonas e os outros. Os menos importantes foram entregues aos senhores para serem castigados.

O Governo exigirá rigorosa punição para os culpados de "negócios de tanta monta." Mandará — através de Ofício endereçado ao Ouvidor Geral do Crime — que se processe imediatamente os culpados "em conformidade com as leis contra os réus de tão pernicioso crime" e que se agisse "procurando conhecer por meios de perguntas aos ditos réus o fim que se dirigia tal projeto" e que "do que achar me dará conta, para que eu providencie como o exigir a segurança pública. E quanto aos indivíduos que foram achados em casebres, meterá em processo aqueles que pela natureza de suas culpas o merecerem segundo a parte que lhe será apresentada pelo sobredito Tenente-Coronel Comandante, e aos outros fará castigar policialmente conforme a maior ou menor gravidade de seus delitos, para depois serem entregues a seus senhores."⁽³⁾

Em obediência a essas ordens a Polícia continuará as batidas, aprisionando um escravo que se dizia Rei e que foi encontrado "em trajas próprios", negando-se terminantemente a dizer como se chamava "por ser novo", apesar dos esforços das autoridades. Sabe-se, somente, que pertencia a um cidadão chamado Francisco Antônio Mascarenhas.

No dia 30 de maio de 1827 faleceram na prisão, vítimas certamente de maus tratos a que foram submetidos, os escravos José e Paulo. "Dou fé — declara o carcereiro — ter passado da vida presente para a eterna."

Tudo indica que esses quilombolas pretendiam realizar uma insurreição de maior envergadura, contando, para isso, com escravos da cidade para, conjuntamente, iniciarem o ataque à Capital. Depondo no processo, o comandante de uma das tropas que deram combate aos escravos — José Baltasar da Silveira — afirmará que sabia que "os ditos negros se achavam ali reunidos, e armados esperando por negros nagôs que naquela mesma noite haviam de partir da Cidade e reunir-se-lhe" para depois marcharem "sobre a cidade e procurarem a sua liberdade e matarem os brancos que encontrassem."⁽⁴⁾ Depoimento que coincide com o de Paulino Santana que diz haver a escrava Zeferina afirmado estarem "ali reunidos à espera de outros que na noite do dia seguinte haviam (de juntar-se), os pretos da Cidade, para depois de juntos irem para matar seus senhores." Assim, a insurreição estouraria na noite do dia 18 e contaria com o apoio dos escravos da Capital. Estavam, pois, unidos aos nagôs, que se organizavam já para as grandes lutas que sustentariam nos anos seguintes contra seus senhores. Nina Rodrigues comenta acertadamente que os nagôs, com seus planos de envolver nas insurreições todos os escravos dos engenhos vizinhos "deviam naturalmente buscar apoio em um quilombo tão da proximidade da Capital."⁽⁵⁾

(3) — MS do Arquivo Público da Bahia.

(4) — Os quilombolas não se limitaram apenas a alguns ataques sem importância, como à primeira vista poderá parecer. O Governador da Província mandou que o Desembargador Ouvidor-Geral do Crime tomasse providências para punir os "assassinios, roubos, incêndios de casas" praticados por eles.

(5) — MS do Arquivo Público da Bahia.

Tudo leva a crer que a organização desses escravos ainda era muito débil. Não tinham estrutura organizativa que os capacitasse a uma investida mais eficaz e ordenada contra as tropas legais. Tudo — ao que parece — foi mais ou menos espontâneo, surgido de circunstâncias que eles não puderam controlar. O próprio fato de se empenharem em escaramuças preliminares, meramente predatórias e que nada adiantaram mas, pelo contrário, serviram apenas para denunciá-los, mostra como não estavam capacitados para a empresa a que se destinavam. Além disso, as armas desses negros eram bem pobres. Não tinham armas de fogo; apenas armas curtas e brancas, embora num dos casebres fossem encontrados cartuchos de pólvora.

Tinham como centro diretor do movimento, é fora de dúvida, uma casa chamada Casa de Candomblé, localizada nas matas próximas ao quilombo e dirigida por um pardo chamado Antônio de Tal, contra quem o Governo expedirá ordem de prisão, como vimos, logo após a revolta. Da Casa de Candomblé do pardo estendia-se uma estrada que a ligava ao quilombo e pela qual se comunicavam. Além desse centro havia uma certa quantidade de casebres espalhados pelas matas, todos focos de conspiração. Podemos dizer mesmo que o pardo Antônio era certamente o dirigente mais capaz do grupo e quem se comunicava com os escravos da cidade. Sua casa foi varejada pelas autoridades e nela apreendidas — além de instrumentos de culto africano — “roupas de pretos cheias de sangue”. Em outros casebres — as autoridades varejaram treze — foram encontrados materiais que denunciavam ligações com os escravos do quilombo. Num deles descobriu-se “uma coroa de Capelão com alguns enfeites de búzios, contas de vidros de diferentes cores e o mais que consta no termo de apreensão”, além de “uma mesa pintada de encarnado sobre a qual deviam ter uma colcha de damasco”.

Esmagado o movimento, continuaram as prisões por algum tempo, sem que tenhamos descoberto, infelizmente, as sentenças a que foram condenados os principais implicados. Certamente sofreram, como todos os que se levantaram contra a escravidão, as penas severas da legislação da época.

Depois desse quilombo, aparecido nas matas próximas à Capital baiana, Nina Rodrigues refere-se a mais dois movimentos insurreccionais que se seguiram, aos quais, nas buscas que realizamos nos arquivos não encontramos nenhuma referência. O primeiro foi de escravos do Engenho Vitória — hoje Usina Vitória — perto de Cachoeira e que estourou no dia 22 de abril de 1827, ainda nem bem haviam terminado as repressões ao anterior. Os escravos desse Engenho, seguindo o exemplo dos seus companheiros que sucessivamente se vinham levantando contra o instituto da escravidão, revoltaram-se com certa violência, só podendo ser debelada a insurreição dois dias depois de iniciada. Nina Rodrigues não se refere às proporções da luta ou às suas consequências e nenhuma outra fonte esclarecedora pudemos encontrar.

Pouco menos de um ano depois — no dia 11 de março de 1828 — novo levante de escravos será registrado. Na madrugada daquele dia

uma parcela dos cativos dos engenhos próximos a Cabrito aliava-se à parte amotinada dos escravos da Capital e se prepararam para realizar um ataque contra a Cidade do Salvador, depois de reunidos na Armazém. Plano mais ou menos idêntico ao de 1826 e ao do movimento de 1835, como veremos em seguida. Antes, porém, de iniciarem o ataque, foram surpreendidos pela Polícia que contra eles marchou, encontrando-os próximo a Pirajá. Ali o corpo de Polícia e o 2º Batalhão de Linha deram combate às forças dos escravos, saindo os últimos derrotados, após sangrenta luta. Ainda segundo Nina Rodrigues, na luta “pereceram muitos, sendo os demais presos e punidos.”

Insurreição de 1830 — Depois do Quilombo do Urubu e das pequenas revoltas que surgiram nos anos de 1827 e 1828, encontraremos notícias de um novo movimento iniciado no dia 10 de abril pela manhã, no ano de 1830. (1) Esse movimento — ao que tudo indica, surgiu mais ou menos de improviso e teve uma duração mínima, apesar da violência dos movimentos iniciais e seus primeiros êxitos, sendo logo arrefecido e desbaratado pela repressão policial.

O primeiro ataque que esses escravos realizaram, foi contra uma loja localizada na Ladeira da Fonte das Pedras, pretendendo obter armas para continuarem a luta. Alcançaram em parte seu intento, pois após pequena resistência da parte do proprietário — Francisco José Tupinambá — arrecadaram doze espadas de copos e cinco “paraibás”, deixando ferido o dono do estabelecimento, além do caixeiro José Silvino Raposo, atingido por forte cutilada na cabeça e uma estocada na ná-dega.

O número de escravos em luta aumentou imediatamente. No início da insurreição era esse número relativamente insignificante — uns dezito a vinte é a estimativa feita pelo Promotor Público, tempos depois, em libelo contra um dos implicados. Já no fim, havia mais de cem.

Conseguido o primeiro objetivo, que era obter armas, marcharam para atacar uma casa de ferragens de propriedade de Manuel Coelho Travessa. Ali, porém, encontraram tenaz resistência da parte do pro-

(1) Nina Rodrigues equivocou-se quanto à data do levante, afirmando ter sido o primeiro de abril. O acontecimento registrou-se no dia dez. Isso se comprova com o fato de um escravo acusado de ter participado do movimento ser defendido pelo seu advogado com a alegação de que o suposto insurreto se encontrava foragido desde o dia seis, em consequência de roubo praticado em uma caixa de açúcar de seu senhor. Continuando, pondera o advogado de defesa: no dia nove ele já se encontrava preso por um capitão-do-mato. Quando estava sendo conduzido para a cidade, acompanhado do capitão-do-mato que o capturara no dia nove, foi o escravo violentamente arrancado das mãos de seu captor e, depois de espingardeado por um soldado que o feriu na perna “covarde e impiedosamente”, aprisionado pela Polícia. Se no dia nove já estava preso — alega o advogado — como poderia participar de um movimento no dia dez? Todos os outros manuscritos referem-se ao dia dez como data do levante, contradizendo a afirmativa de Nina Rodrigues.